

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP**

**Aline Leite de Souza**

**Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas de mediação no  
cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS em  
Campinas - SP**

**Mestrado em Serviço Social**

**São Paulo  
2020**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PUC-SP**

**Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas de mediação no  
cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS em  
Campinas - SP**

**Mestrado em Serviço Social**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social, Fundamentos e Prática Profissional. sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo.

**São Paulo**  
**2020**

S729d de Souza, Aline Leite  
Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas  
de mediação no cotidiano profissional do assistente  
social trabalhador do SUAS em Campinas - SP /  
AlineLeite de Souza. -- São Paulo: [s.n.], 2020.  
142p ; cm.

Orientador: Antônio Carlos Mazzo.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Programa de  
Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2020.

1. Serviço Social. 2. Dimensão Pedagógica. 3.  
Dimensão Política. 4. Cotidiano Profissional. I.  
Mazzo, Antônio Carlos. II. Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós  
Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

Processo Número: 165417/2018-8

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para incentivo a pesquisa no Brasil – pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização do presente estudo.

I am grateful to the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – an agency linked to the Ministry of Science, Technology and Innovation for encouraging research in Brazil – for the financial support that made this study possible.

À memória de meu pai José,

que sempre foi meu maior incentivador da busca constante pelo conhecimento,  
como principal forma de entender e transformar a realidade.

## AGRADECIMENTOS

Revisitar as memórias dos últimos dois anos desta jornada chamada mestrado, me fez olhar com saudosismo e pensar onde tudo realmente começou. E, na verdade chego à conclusão de que tudo começou muito antes da matrícula. Sendo assim, começarei os agradecimentos pelo início.

Ao meu pai José (*in memorian*), que sempre presente, além do amor que dedicou a mim, a minha mãe e aos meus irmãos, também nos ensinou o valor do saber e a importância de buscar o conhecimento sempre;

À minha mãe Juracy, que além de todo amor dedicado à nossa família, também foi grande incentivadora para minha inscrição no processo seletivo deste programa de mestrado e, ao longo destes dois anos, foi apoio direto e indireto para a conclusão desta caminhada;

Aos meus irmãos Leandro e Éder por todo apoio, incentivo e parceria que só nossa irmandade é capaz de explicar e entender;

Ao terceiro irmão que a vida me deu: Toddy! Obrigada por toda ajuda, parceria, incentivo e momentos de alívio em meio a tanta pressão;

À minha amiga Auda, que compartilhou angústias, me ajudou a viabilizar concretamente esse programa e por toda a parceria ao longo desta caminhada chamada vida;

Também devo lembrar e agradecer ao CEDAP e a minha ex-coordenadora Roberta, pela compreensão que se converteu em redução de carga horária e, por conseguinte, colaborou diretamente para que esta jornada fosse possível;

Aos amigos que o mestrado me deu, especialmente às queridas Perla, Carla, Eliane, Roberta, Fran, Belle e ao querido Iran, sempre mais que dispostos e pró-ativos a me ajudar com todas e quaisquer demandas. A vocês, queridas e querido, muito obrigada!

À minha amiga da vida Fabi, pelo incentivo constante e por sanar minhas angústias quando elas pareciam infinitas. A você, minha querida, muito amor e obrigada;

À Prof<sup>a</sup>. Virgínia Righetti que, desde a graduação, sempre solícita e generosa, contribuiu grandemente para minha caminhada acadêmica;

À Prof<sup>a</sup>. Bia Abramides por toda contribuição nesta pesquisa, generosidade e disponibilidade;

Ao corpo docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, por contribuir tanto para minha formação;

Ao meu orientador, Prof. Mazzeo, pela socialização do seu notável conhecimento crítico e pela disponibilidade;

Às minhas companheiras de profissão Beth Rossin e Therese Messi, por compartilharem as angústias, ensinarem sempre e me serem constante inspiração;

A todos vocês, muito, muito obrigada!

## LISTA DE TABELAS

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| Tabela 01 – Perfil da amostra..... | 72 |
|------------------------------------|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 01 – Quantidade de Trabalhadores dos Centros de Convivência, segundo o tipo de vínculo - Brasil.....         | 49  |
| Gráfico 02 – Quantidade de Trabalhadores dos Centros de Convivência, segundo o tipo de vínculo – Campinas – SP ..... | 49  |
| Gráfico 03 – Oferta de cursos regulamentados totalmente a distância e semipresenciais por área do conhecimento.....  | 129 |

**LISTA DE SIGLAS**

|          |                                                               |
|----------|---------------------------------------------------------------|
| ABPPESS  | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  |
| ANAMPOS  | Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais     |
| ANAS     | Associação Nacional dos Assistentes Sociais                   |
| ANCINE   | Agência Nacional de Cinema                                    |
| ASSELBAS | Associação dos Servidores da LBA                              |
| CBAS     | Brasileiros de Assistentes Sociais                            |
| CCSL     | Centro Comunitário Santa Lúcia                                |
| CEBs     | Comunidades Eclesiais de Bases                                |
| CEDAP    | Centro de Educação e Assessoria Popular                       |
| CEPIS    | Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae      |
| CF/88    | Constituição Federal de 1988                                  |
| CFESS    | Conselho Federal de Serviço Social                            |
| CLT      | Consolidação das Leis Trabalhistas                            |
| CNPq     | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CNSS     | Conselho Nacional de Serviço Social                           |
| CRAS     | Centro de Referência da Assistência Social                    |

|          |                                                          |
|----------|----------------------------------------------------------|
| CREAS    | Centro de Referência Especializado da Assistência Social |
| CRESS    | Conselho Regional de Serviço Social                      |
| CSAC     | Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle           |
| CUT      | Central Única dos Trabalhadores                          |
| DOAS     | Departamento de Operações da Assistência Social          |
| EAD      | Ensino à Distância                                       |
| ENPESS's | Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social   |
| FEAC     | Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas         |
| Febem    | Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor                  |
| FHC      | Fernando Henrique Cardoso                                |
| Funabem  | Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor                  |
| IAFAM    | Instituto de Ações da Família                            |
| IBEG     | Instituto Brasileiro de Geografia Estatística            |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano                         |
| INPE     | Instituto nacional de Pesquisas Espaciais                |
| JOACRI   | Juventude Operária Cristã                                |
| JOC      | Juventude Operária Católica                              |
| JUVI     | Juventude Universitária                                  |
| LBA      | Legião Brasileira de Assistência                         |
| LOAS     | Lei Orgânica da Assistência Social                       |

|                     |                                                     |
|---------------------|-----------------------------------------------------|
| MDS                 | Ministério do Desenvolvimento Social                |
| MOPS                | Movimento Popular de Saúde                          |
| MP                  | Medida Provisória                                   |
| MPAS                | Ministério da Previdência e Assistência Social      |
| MST                 | Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra              |
| NOB                 | Norma Operacional Básica                            |
| ONG                 | Organização Não-Governamental                       |
| OP                  | Orçamento Participativo                             |
| OSC'S               | Organizações da Sociedade Civil                     |
| PAEFI<br>Indivíduos | Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e   |
| PL                  | Projeto de Lei                                      |
| PNAS                | Política Nacional de Assistência Social             |
| PSB                 | Proteção Social Básica                              |
| PSE                 | Proteção Social Especial                            |
| PUC                 | Pontifícia Universidade Católica                    |
| RH                  | Recursos Humanos                                    |
| SCFV                | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SESF                | Serviço Especializado de Proteção Social à Famílias |
| SUAS                | Sistema Único da Assistência Social                 |

|         |                                   |
|---------|-----------------------------------|
| UNE     | União Nacional dos Estudantes     |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |

## RESUMO

SOUZA, A. L. Dimensão Pedagógica do Serviço Social: As Formas de Mediação no Cotidiano Profissional do Assistente Social Trabalhador do SUAS em Campinas - SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo – 2020.

Esta dissertação busca compreender e analisar a dimensão pedagógica do serviço social e as formas de mediação expressas no cotidiano profissional do assistente social trabalhador do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no município de Campinas – SP. Levando em consideração as condições materiais e objetivas da classe trabalhadora, que está sujeita à instabilidade do emprego protegido como resultado das flexibilizações das leis trabalhistas que resultam em subcontratos de trabalho e, por conseguinte, nos contratos de pessoas físicas autônomas ou jurídicas, na precarização e na terceirização. Além disso, também é levando em consideração por este estudo, o cenário político e econômico contemporâneo, neoliberal e neoconservador, em que estão configuradas as políticas sociais. O estudo é qualitativo e está apoiado no materialismo crítico dialético para realizar a análise dos dados coletados. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, na perspectiva de entender como a dimensão educativa e política se inserem e se expressam no cotidiano profissional. As conclusões apontam que a dimensão pedagógica do serviço social fica comprometida e subutilizada em virtude das contradições postas entre as funções ocupacionais e a mediação pautada no Projeto Ético-Político do Serviço Social, além da deficiência da formação profissional e das contradições na configuração do próprio SUAS com sua oferta de serviços.

Palavras Chaves: Serviço Social, Dimensão Pedagógica, Dimensão Política, Mediação, Cotidiano Profissional.

## **ABSTRACT**

SOUZA, A. L. Pedagogical Dimension of Social Work: The Forms of Mediation in the Professional Daily Life of the SUAS Worker Social in Campinas - SP. Dissertation (Master's degree in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo – 2020.

This dissertation aims to understand and analyze the pedagogical dimension of social service and the forms of mediation expressed in the professional daily life of the social worker at Unified Social Assistance System (SUAS) in the city of Campinas - SP. Taking into account the material and objective conditions of the working class which is subject to the instability of protected employment, as a result of the flexibilization of labor laws that lead to precarization of work and, consequently, generating self employment of individuals and legal entities, creating precariousness and outsourcing process. In addition, it is also taking into consideration by this study, the contemporary political and economic scenario, neoliberal and neoconservative, in which social policies are framed. The study is qualitative and is supported by critical dialectical materialism to carry out the analysis of the collected data. Therefore, individual and semi-structured interviews were carried out in order to understand how the educational and political dimension are inserted and expressed in the daily professional work. The findings further underline that the pedagogical dimension of social service is impaired and underutilized due to the contradictions placed between occupational functions and the mediation based on the Social Service Ethical-Political Project, furthermore , the lack of professional training is worsened due to contradictions in the configuration of SUAS itself regarding its service offering.

**Keywords:** Social Work, Pedagogical Dimension, Political Dimension, Mediation, Daily Professional.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                    | <b>17</b>  |
| <b>CAPÍTULO I .....</b>                                                                                                    | <b>23</b>  |
| <b>O SUAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO .....</b>                                                                               | <b>23</b>  |
| 1.1 A Assistência Social no Brasil: da LBA ao SUAS.....                                                                    | 23         |
| 1.2 Os impactos da crise do Capital e a interferência do Estado .....                                                      | 29         |
| 1.3 Os impactos da crise e a interferência no mundo do trabalho .....                                                      | 36         |
| 1.4 Os impactos da crise e a interferência na esfera cultural e<br>ideológica.....                                         | 43         |
| 1.5 O SUAS no contexto do Município de Campinas .....                                                                      | 47         |
| <b>CAPÍTULO II .....</b>                                                                                                   | <b>54</b>  |
| <b>A Realidade Explicando as Contradições .....</b>                                                                        | <b>54</b>  |
| 2.1 A dimensão pedagógica do Serviço Social .....                                                                          | 54         |
| 2.2 O trabalho educativo e político no cotidiano profissional .....                                                        | 60         |
| 2.3 O assistente social e a relação com os movimentos organizados .....                                                    | 65         |
| <b>Capítulo 3 .....</b>                                                                                                    | <b>70</b>  |
| 3.1 Metodologia da Pesquisa .....                                                                                          | 70         |
| 3.2 Transcrição das Entrevistas .....                                                                                      | 72         |
| I. Entrevista 1 .....                                                                                                      | 72         |
| II. Entrevista 2 .....                                                                                                     | 85         |
| III. Entrevista 3 .....                                                                                                    | 102        |
| IV. Entrevista 4 .....                                                                                                     | 108        |
| V. Entrevista 5 .....                                                                                                      | 113        |
| 3.3 Análise da Pesquisa.....                                                                                               | 119        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>                                                                                                    | <b>125</b> |
| <b>Referências bibliográficas .....</b>                                                                                    | <b>130</b> |
| <b>ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE .....</b>                                                   | <b>139</b> |
| <b>ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada a Ser Aplicado com<br/>Trabalhadoras do SUAS em Campinas – SP.....</b> | <b>141</b> |

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, é possível perceber as transformações das demandas da profissão, bem como o fortalecimento da dimensão político-profissional, diretamente influenciadas pelo contexto socioeconômico e político de cada período da história (MOTA, 2017).

A profissão emerge e se particulariza pela intervenção direta e imediata na realidade desde os anos 1940, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em cujo curso as classes sociais fundamentais teceram suas sociabilidades. A sociabilidade das classes dominantes transitou pela modernização conservadora, deslizando da aristocracia latifundiária e agroexportadora para o industrialismo tardio, tendo, na tênue democracia e nos arroubos autocráticos, as mediações das suas práticas sociais, econômicas e ideopolíticas. (MOTA, 2017, pg. 45).

Segundo Iamamoto (2007), durante o período ditatorial, muitos profissionais buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política das classes e grupos profissionais. Neste período também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas que, durante o período desenvolvimentista, tiveram lugar nos trabalhos comunitários e de educação popular com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire.

Com o esgotamento da ditadura civil-militar, a elaboração dos Códigos de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, o Serviço Social fortaleceu sua dimensão político profissional para responder as demandas postas por aquele contexto socioeconômico e político dos anos 80 (IAMAMOTO, 2017, s/p).

Em seguida, com a Constituição Federal de 1988 e o conceito de seguridade social, a assistência social passa compor o sistema de garantia de direitos e com o surgimento da Política Nacional de Assistência Social e

implementação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), há uma expansão dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

A partir deste cenário, as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, dentro da construção de conhecimento na área das Ciências Sociais, contribuíram para uma intervenção profissional que permitiu a construção de outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares, suscitando na percepção de sujeito coletivo.

Na contribuição de Abreu e Cardoso (2009), vemos ainda que a partir de então, emergem na profissão às práticas pedagógicas vinculadas aos interesses das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda humanidade – base do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Assim, a função pedagógica do Assistente Social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe, consubstanciando o princípio educativo, reelaborado por Gramsci na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando cultura como as “atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1).

Desse modo, provocados pela observância empírica da prática profissional cotidiana, suscitou motivação para estudar a dimensão pedagógica do Serviço Social e as formas de mediação no cotidiano profissional, em que a prática institucionalizada do Serviço Social, por vezes, tolhe a intervenção profissional, fazendo com que os assistentes sociais sejam meros operacionalizadores de serviços.

Nesse sentido, considerando a contribuição de Mazzeo (2015), pensar em ação política como núcleo de transformação social sob a ótica marxista, pressupõe um processo de educação em movimento permanente. Para Marx a *práxis humana* é o elemento central que transforma o homem, logo, o homem é

*produto de sua práxis*. E essa ideia de *práxis* posta na lógica educacional é a ideia de aprendizado permanente, a que o autor denomina como “ação-pensamento/pensamento-ação” para expressar o processo de constante avaliação das nossas práticas para que suscite outras práticas.

Além disso, de acordo com a análise de Yazbek (2009), as condições históricas no contexto da divisão social e técnica do trabalho vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando os limites e especificidades no processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos.

Se pensarmos ainda que, na medida em que a Assistência Social vai se consolidando como direito, desde a Constituição Federal de 1988, seguida da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), os instrumentos teórico-metodológicos da profissão se ampliam, uma vez que o cenário passa a exigir da profissão intervenções mais complexas.

Sendo assim, a intervenção profissional passa a ter também possibilidade de contribuir para a formação do processo de consciência do indivíduo que é atendido, difundindo outra concepção de mundo vinculada aos interesses das classes populares, suscitando na percepção de sujeito coletivo.

Neste sentido, entender a *práxis* do assistente social em sua atuação na política de Assistência Social, operacionalizada pelo setor público e/ou privado, se faz necessário para entender sua contribuição frente ao enfrentamento das expressões da questão social.

E é na teoria social de Marx e Engels, estruturada na ontologia do trabalho como forma de *práxis*, que esta pesquisa se apoia. Pois, para a teoria social marxiana, “a materialidade é inerente e constitutiva do ser social”. Além disso, a dialética materialista marxiana nos possibilita analisar as formas sociais, suas contradições e expressões temporais superando o empirismo e, portanto, nos permite analisar a apreensão da totalidade do ser social.

Entretanto, analisar a *práxis* do assistente social é entender também como se dão as complexas relações de trabalho, na sociedade capitalista atual em que, os serviços sociais estão estabelecidos. Seja no setor público ou privado – tais serviços estão institucionalizados e, por conseguinte, atendem aos interesses institucionais que por vezes conflitam com os interesses da classe trabalhadora. Principalmente por pensar ações de regulação social em vez de autonomia e emancipação.

Para isso, precisamos considerar o cenário contemporâneo das relações trabalhistas, em que o trabalho do assistente social integra a dinâmica das relações de compra e venda da força de trabalho em todas as esferas da produção e da reprodução social e também participa política e ideologicamente das resistências enquanto sujeito coletivo, através das suas entidades representativas e da formulação de um projeto profissional articulado ao projeto societário da classe trabalhadora (RAICHELIS, 2017, p. 37).

Ainda de acordo com a autora, é no setor de serviços, onde se insere o trabalho do assistente social e que se observa maior precarização e intensificação do trabalho. Neste contexto cresce o desgaste mental, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais.

É nesse complexo contexto que a prática profissional toma forma. Sem deixar de considerar a forma como o Serviço Social está configurado nas instituições (públicas e privadas), às atividades atribuídas ao cargo, à dinâmica viva do trabalho em si, aliada a falta de clareza das próprias atribuições vividas por grande parte dos profissionais que se configuram alguns dos inúmeros desafios da profissão.

Além disso, o atual contexto político nos faz reviver o neoliberalismo em que o Estado se ausenta cada vez mais das políticas sociais e as leis que flexibilizam sua atuação frente às demandas da sociedade, fragilizam cada vez mais o sistema de garantia de direitos.

Atualmente, vivemos uma era de terceirizações em que a sociedade civil (nas suas mais diversas denominações jurídicas: ONG's, associações, fundações empresariais e etc.) passam a executar políticas sociais através das denominadas parcerias ou cofinanciamentos.

Tais flexibilizações contribuem diretamente para a precarização do serviço ofertado ao usuário, bem como as condições de trabalho do assistente social, que se vê submetido às condições postas pela instituição empregadora, que muitas vezes possuem (em suas missões e estatutos) fundamentações religiosas que contribuem para afirmação de algumas “protoformas” - como intitula Netto (1992) – no âmbito do desenvolvimento das políticas sociais. Deste modo, nos vemos em um conflito entre os interesses institucionais do serviço social institucionalizado – campo de atuação da nossa prática profissional - e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Também é necessário registrar que essas complexas relações de trabalho, somadas à gestão dos serviços sociais, estão configuradas em um contexto político de fortes tendências neoliberais, intensificadas após o Golpe Parlamentar de 2016. Desde então, vemos as políticas sociais se reconfigurarem numa constante e a cada reconfiguração, o acesso ao direito se distancia cada vez mais do indivíduo. Assim, nossas observâncias como profissionais atuantes na execução desses serviços, sejam no setor público ou privado, são retrocessos na consolidação dos direitos que resultam no agravamento ou resurgimentos de problemáticas antes superadas ou minimizadas, como a fome e o desemprego, por exemplo.

A exemplo disso, temos os cortes e mudanças nos critérios elegíveis do Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, além da diminuição da oferta de serviços da Proteção Social Básica, conforme prevê o Sistema Único da Assistência Social, entre outros. Também é importante registrar que, neste cenário em que se enfraquece, precariza e fragiliza políticas públicas sociais, o Estado apresenta como alternativa o assistencialismo, a caridade através de programas e projetos que apenas minimizam questões pontuais do usuário,

mas não pensa na emancipação humana e muito menos legitima o direito social.

Estamos registrando aqui, a diminuição da oferta de políticas sociais e a precarização das mesmas, através da escassez de recursos para executá-las mediadas por contratos terceirizados que prejudicam as condições de trabalho do profissional.

Como citado anteriormente, isso reforça o universo contraditório das políticas sociais que se distanciam cada vez mais da perspectiva da universalização (RAICHELIS, 2018, p. 27). Aliado a isso, a interpretação do Serviço Social na sociedade capitalista se configura numa relação tensa e subordinada entre o projeto profissional e o trabalho assalariado.

Contudo, no capítulo 1, contextualizaremos a política de assistência social no cenário contemporâneo<sup>1</sup> situada em Campinas-SP, onde a pesquisa foi realizada.

No capítulo 2, aprofundaremos o conceito de dimensão pedagógica e a problematização das contradições presentes no cotidiano profissional além de conhecer as formas de resistência da categoria em expressões organizativas.

Por fim, no capítulo 3, apresentaremos a metodologia e a análise dos resultados, bem como as conclusões obtidas por esse trabalho.

---

<sup>1</sup> nos referimos ao período de 2018 à 2020.

## CAPÍTULO I

### O SUAS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

#### 1.1 A Assistência Social no Brasil: da LBA ao SUAS

Para iniciarmos a reflexão sobre a Assistência Social no Brasil, precisamos relembrar sua trajetória histórica para compreender algumas das questões contemporâneas desta política pública.

Aqui, partiremos da década de 1930, em que o governo Getúlio Vargas, elabora a nova Constituição de 1934 em resposta às demandas do movimento paulista, intitulado Revolução Constitucionalista de 32. O documento em questão tinha em suas disposições caráter liberal e progressista, além da expansão dos direitos sociais, entre eles: os direitos trabalhistas e a previdência social.

Recordemos também que a Era Vargas foi marcada pela implantação do Estado Novo e pela expansão da industrialização que acarretou no aumento do contingente urbano proletariado e, conseqüentemente, demandou do Estado a criação de mecanismos de controle social, contexto fundamental para acumulação capitalista.

Embora algumas medidas deste governo tenham corroborado para a expansão dos direitos sociais, dentre eles, os trabalhistas, por outro lado, o Estado também corroborou para a manutenção da dominação capitalista presente nas alianças entre burguesias, proprietários rurais e forças políticas.

Também foi um governo marcado fortemente pelo *populismo* e se valendo disso, algumas reivindicações da classe trabalhadora foram legalmente reconhecidas como “outorga”, que contribuía para a contenção das pressões populares.

A contribuição de Iamamoto (1982) chama atenção para o populismo varguista que obscurece a legislação social para a classe trabalhadora.<sup>2</sup> A autora complementa ainda sobre a necessidade do Estado corporativo criar novas instituições para cumprir a função de controle e combater a falsa ideia de atendimento às reivindicações, pressupondo assim, o surgimento constante de novas instituições – seguro social, justiça do trabalho, assistência social, entre outros.<sup>3</sup>

É neste contexto histórico que no ano de 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica, nascia, então, a primeira grande regulação da assistência social.

Dessa forma, é nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência.<sup>4</sup>

Anos depois, em 1942, é fundada a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados enviados a Segunda Guerra Mundial, já que o Brasil havia aderido à guerra.

[...] a LBA é organizada sobre uma estrutura nacional (órgãos centrais, estaduais e municipais), procurando mobilizar e coordenar as obras particulares e as instituições públicas, ao mesmo tempo em que, através de iniciativas próprias, tenta suprir as brechas mais evidentes da rede assistencial. (IAMAMOTO, 1982, p. 258).

---

<sup>2</sup> Veja-se Iamamoto, 1982, p.244.

<sup>3</sup> Veja-se Iamamoto, 1982, p. 245.

<sup>4</sup> Como pontuam Lonardoni, Gimenès, Santos e Nozabielli em “O processo de afirmação da assistência social como política social”, Serviço Social em Revista, vol.8, n.2, 2006.

Assim, começa a ser constituído no Brasil, o conceito de proteção social, vinculado às esferas pública e privada.

Outro ponto a destacar, como aponta Rossin (2012):

[...] Na década de 1950 (governo Juscelino Kubitschek – 1957/1958) foi regulamentada a dedução de doações a instituições sociais, com certificação filantrópica, na tributação do imposto de renda e isenção da cota patronal previdenciária. Foram instituídas formas de subsidiariedade do Estado à sociedade civil, com práticas filantrópicas e paliativas para o enfrentamento da “questão social”.

Com a Ditadura Militar, é criado então, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e, em 1969, a LBA passa a ser uma Fundação vinculada a esse Ministério, passando a ter programas e projetos.

Com o processo de pauperização da classe trabalhadora ao final desse período, as demandas do Estado passam a aumentar em todos os setores e é quando a política social se direciona à classe trabalhadora expandindo seus programas sociais como alfabetização, casa populares, alimentação entre outros. Seria o que podemos chamar de salto histórico, uma vez que a política social deixa de ter caráter unicamente filantrópico e passa a ter relação social de produção.

Durante o período de Ditadura Militar, também vale ressaltar a contribuição de Rossin (2012), como sendo um período:

[...] histórico no qual o Estado alia assistência social com repressão, expressa na criação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) e Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem) (ROSSIN, 2012, p.30).

Na contribuição de Iamamoto (2017), percebemos ainda que, durante o período ditatorial, muitos profissionais buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão, do arrocho salarial e da desmobilização política das classes e grupos profissionais. Nesta mesma época, também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas que, durante o período desenvolvimentista, tiveram

lugar nos trabalhos comunitários e de educação popular com apoio nas contribuições do educador brasileiro Paulo Freire.

No início da década de 1970, a Ditadura Militar começava uma curva decrescente. A crise do petróleo em 1973 trouxe sérias consequências à economia brasileira e colocava fim ao período de crescimento com queda real do PIB, contribuindo para os questionamentos e insatisfações. Chegava ao fim o mandato de Médici e o próximo presidente precisaria lidar com essas inquietações.

O sucessor escolhido foi o general Geisel e tinha a missão de iniciar o processo de abertura política de forma lenta e gradual. Começavam então, os primeiros passos rumo à redemocratização. Entretanto, o caminho precisava ser seguro para os militares, principalmente para os que cometeram crimes durante o período de ditadura.

Deste modo, o general Geisel iniciou a abertura política no Brasil e durante seu governo, implementou medidas de relaxamento do AI5<sup>5</sup>, mas também, aplicou medidas de repressão e contenção, quando achou necessário. Como exemplo disso, temos a manutenção das prisões, assassinatos e torturas quando o então presidente entendeu necessário.

Como sucessor de Geisel, Figueiredo foi escolhido para terminar o processo de abertura política. Nessa época, o Brasil era um barril de pólvoras e o esgotamento da ditadura começava a dar sinais com o crescimento das insatisfações populares e questionamentos à Ditadura. Crescia também a pressão dos movimentos sociais não apenas pela redemocratização, mas também pela lei de anistia. Sendo assim, destacamos no processo de abertura política ações como o afrouxamento da censura, o fim do AI5 e a lei de anistia.

Com o esgotamento da Ditadura Militar e o fim da repressão, o Brasil viveu um processo de ascensão da luta de classes com as greves operárias e sindicais e os movimentos sociais que ganharam força durante esse período e

---

<sup>5</sup> Ato Institucional Número 5

deste modo, as expressões da questão social entraram em pauta. Sendo assim, cresce a pressão proletária que demanda políticas sociais como modo de enfrentamento de tais questões sociais.

Com a contribuição dos movimentos sociais, pautas como saúde, educação entre outras, passaram a ser pensadas para que fossem inseridas na Constituição Federal de 1988. Nesta mesma perspectiva, o Serviço Social desenvolveu múltiplas articulações e debates. As Associações Nacionais dos Servidores da LBA (ASSELBAS e ANASSELBAS) se organizaram na geração de debates, documentos, proposições para que a assistência social fosse também pauta garantida na nova Constituição.<sup>6</sup>

Assim, com a pressão dos movimentos organizados, a assistência social passou a integrar a Constituição Federal de 1988 como um direito social, compondo o conceito de seguridade social junto à saúde e a previdência social.

Entretanto, ainda faltava regulamentação para institucionalizar a política de assistência social e a criação de leis orgânicas era imprescindível. Diante disto, em 1993, foi sancionada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Mas, embora a promulgação da LOAS garantisse alguns avanços propondo mudanças estruturais e conceituais, como ampliação de espaços democráticos, cofinanciamento das três esferas de governo, descentralização público-administrativa entre outros, o período histórico evidenciava fortes ações neoliberais<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Como demarcam Lonardoni, Gimenès, Santos e Nozabielli em “O processo de afirmação da assistência social como política social”, Serviço Social em Revista, vol.8, n.2, 2006.

<sup>7</sup> Referência à Reforma do Estado de Bresser Pereira, iniciada na década de 1990, propondo a redução do tamanho do Estado através de privatizações, terceirizações e redução de investimentos em políticas sociais.

Como pontuado por Yazbek (2004):

[...] plena de ambigüidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais.<sup>8</sup>

Após a LOAS, em 2004, derivada de um movimento de discussão nacional, foi aprovada uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com o intuito de implementar um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ocorrido em 2005.

Entretanto, como pontua Yazbek (2004), apesar da árdua e lenta trajetória rumo a legitimação da assistência social enquanto direito social:

[...] permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários” (YASBEK, 2004, p. 26).

Neste contexto, são muitas as contradições e questionamentos acerca do SUAS, no entanto, como aponta Rossin (2012):

O SUAS, embora tão recente, já contabiliza resultados expressivos no que se refere à construção de uma nova arquitetura institucional para assistência social brasileira. No entanto, é importante alertar sobre as armadilhas de considerar apenas o avanço histórico das transformações desta política, sem as conexões com as demais políticas sociais, como seguridade social e, sobretudo, com a política econômica.

Contudo, embora a assistência social seja política pública legitimada, não podemos perder de vista que, o modo de produção capitalista é permeado

---

<sup>8</sup> Veja-se Yazbek, 2004, p13.

por um projeto hegemônico que impõe contradições que distanciam cada vez mais o proletariado da emancipação humana.

## **1.2 Os impactos da crise do Capital e a interferência do Estado**

Na contribuição de Rodrigo Dantas (2009), relembremos que em 2007/2008, teve início a maior crise do capitalismo pós-guerra. Além disso, devemos retomar também que a grande crise de 1929 se estendeu ao longo da década seguinte e só pôde ser “revolvida” na Segunda Guerra Mundial. Nascida no epicentro do imperialismo estadunidense que determinou o fim do período de expansão e que se seguiu à restauração capitalista na Rússia, no Leste Europeu e na China. Neste cenário, as derrotas sofridas pela classe trabalhadora e o fim do primeiro século da revolução social, abriram caminho para a ofensiva global do capital, suprimindo suas barreiras e favorecendo a reprodução ampliada.<sup>9</sup>

Ainda de acordo com o autor, a partir de então, não há mais produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar o imenso contingente de capitais sobreexedentes que circulam nos mercados financeiros do mundo. Após esse período de expansão no processo de reprodução ampliada do capital, a superprodução, a sobre-acumulação e o sobre-investimento de capitais estendeu-se como em todas as crises de superprodução (é a extração de mais-valia ampliada a partir da mais-valia já acumulada).

Aqui, cabe um parêntese para lembrar que é neste contexto econômico global em que o Brasil inicia a implementação do SUAS.

---

<sup>9</sup> Dantas, 2009, p.47.

No entanto, a esse respeito, falaremos um pouco mais adiante, pois, antes disto, é importante entendermos ainda o papel do capital especulatório neste processo de agravamento da crise.

Sendo assim, nos atentamos para os estudos econômicos que apontam para a trajetória da taxa de lucro desde os anos 70 e a análise de tendências estruturais do capitalismo que apontam para o declínio das forças produtivas, culminando no aprofundamento da crise.<sup>10</sup> Logo, o capital não terá outra saída a não ser utilizar os meios mais violentos para restaurar as condições de reprodução ampliada.

Após o período de crise que se aprofundou nos anos 70 e se estendeu até parte dos anos 80, para Dantas (2009), a massa de capitais sobre-acumulados investidos no mercado financeiro, na mesma medida em que ampliava-se o crédito (do investimento e dos processos de direitos de valor e mais-valia), crescia a multiplicação dos mecanismos de valorização fictícia do capital. Capital esse que, não correspondia a nenhum valor e capacidade de produção e extração da mais-valia adicional.

Por conseguinte, ao tentar romper com o “regime de acumulação financeira”, o capitalismo produziu uma massa de capital fictício inédita na história. Nascia assim, uma pirâmide financeira de capitais fictícios, títulos especulativamente valorizados, créditos e dívidas artificialmente construídos e inflados pelos organismos internacionais do sistema financeiro estadunidense e suas autoridades monetárias em todo o mundo. Deste modo, a insuficiência de mais-valia diante da super-produção e da super-acumulação de capitais especulativos e parasitários que não produz valor novo, tampouco criam condições para produzi-lo.

Marx chamou “hiper-equação da taxa de lucro” a soma da mais-valia extraída em cada um dos setores da economia dividida pela soma de todos os capitais investidos. Esta equação nos dá a taxa média de lucro do capital. Se a vemos a partir do ingresso destes capitais

---

<sup>10</sup> Dantas, 2009, p.48.

especulativos e parasitários, a mais-valia segue sendo o resultado da soma de mais-valia que se extraiu na produção, mas os capitais que perseguem as condições de sua valorização especulativa crescem cada vez mais, sem que esse aumento ajude a produzir mais-valia adicional. Ao longo deste processo, quanto maior o sobre-incremento da composição orgânica do capital produzido pela expansão do crédito e pelos mecanismos de valorização especulativa e fictícia do capital, mais acirrada a disputa entre os capitais – fictícios ou não – pela apropriação da mais-valia produzida. O montante de capitais na esfera da circulação, à medida que se tornava cada vez maior em relação ao montante de capitais investidos na extração de mais-valia, não poderia deixar de produzir a queda da taxa de lucro para o sistema do capital como um todo (DANTAS, 2009, p.51).

Não se trata, portanto, de uma crise financeira e sim, de uma crise de superprodução.

Segundo Netto (2012), todo este cenário econômico global, reflete em transformações societárias profundas emergentes desde a década de 1970 e redesenharam o capitalismo contemporâneo. Tais mudanças, estão diretamente ligadas às mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” em que algumas teses (equivocadas) chegaram, inclusive, a especular sobre o “fim da sociedade do trabalho” e o “fim do proletariado”.<sup>11</sup>

Destaca-se ainda a revolução técnica e científica iniciada no século XX, potencializada pela “revolução informacional” e pelos avanços da microeletrônica, da biologia e da química. São as transformações que afetam amplamente os circuitos produtivos e incidem diretamente na totalidade social, configurando, desde o fim dos anos 1970, a chamada sociedade *tardo-burguesa*.<sup>12</sup>

A partir dos anos 70, diversos países do mundo intensificaram as iniciativas para reformar o Estado em função do déficit de capacidade institucional de gestão. Os organismos internacionais iniciaram um movimento para repensar a função do Estado. Entre algumas justificativas para essa

---

<sup>11</sup> Discutiremos com mais profundidade acerca das mudanças no “mundo do trabalho” no item 1.3.

<sup>12</sup> Veja-se Netto, 2012 em Crise do capital e consequências societárias.

necessidade, estavam: crise fiscal, globalização, inovações tecnológicas e o tamanho da organização estatal.

Diante disso, as soluções propostas foram condicionadas pelas particularidades econômicas e sociais de cada país.<sup>13</sup>

No cenário brasileiro, durante a década de 1990, a reestruturação produtiva do capital alia-se ao neoliberalismo e a política econômica adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que é marcada pelas privatizações dos aparelhos do Estado e pela precarização da oferta de políticas públicas sociais que ainda reverbera nos tempos atuais.

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do "Estado mínimo" pretende, fundamentalmente, "o Estado máximo para o capital"; nas palavras de Przeworski, constitui um "projeto histórico da Direita", dirigido para "liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia". Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolveu-se, a partir dele, uma "cultura política" antiestatal - e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil nem a certas formulações políticas que, renovando velhos equívocos anarquistas, pretendem-se "de esquerda" (NETTO, 2012, s/p).

Com a “desregulação” sendo apresentada como “modernização que valoriza a “sociedade civil”, liberando o “Estado protetor” e, neste contexto, antiestadista com priorização da sociedade civil decorrem dois fenômenos:

- 1) a transferência, para a sociedade civil, a título de "iniciativa autônoma", de responsabilidades antes alocadas à ação estatal (aqui, a multiplicação assombrosa de ONGs é emblemática);
- 2) a minimização das lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais. As implicações da incorporação desse

---

<sup>13</sup> Veja-se Araújo e Borges, 2018, 20 anos do plano diretor da reforma do aparelho do estado no Brasil: avanços e limites.

antiestatismo pelas forças opositivas pode significar não uma politização de novos espaços sociais (ou a repolitização de espaços abandonados), mas a *despolitização* de demandas democráticas, numa quadra em que - precisamente pelas características das práticas neoliberais - as lutas pela democracia se revestem de maior importância.<sup>14</sup>

Contudo, Netto (2012), atenta ainda para a hipertrofia do Estado burguês culminando em outra dimensão, o chamado “novo assistencialismo” e “nova filantropia” que saturam as várias iniciativas mediante as chamadas “parcerias público-privadas” que configuram as políticas públicas. Políticas estas, implementadas para enfrentar as demandas da questão social que não estão distantes da tradicional filantropia que marcou os modelos de assistência social emergentes no séc. XX, nem dos programas protetores ou de promoção social, institucionalizados a partir do Estado de Bem-Estar Social.

É importante termos em vista que este contexto, em que a função das políticas de proteção social, atende às demandas da população através dos direitos sociais muito distantes da perspectiva da universalização além de ter foco na população economicamente ativa. Além disso, trata-se de uma medida que corrobora para a manutenção do ciclo de produção, distribuição e circulação de consumo.<sup>15</sup>

Na contribuição de Abramides (2006), vemos que a universalização das políticas sociais não se sustenta no modo de produção capitalista. Há uma expansão de políticas e programas compensatórios e assistenciais com foco nas populações mais empobrecidas, em miséria relativa ou absoluta e partícipes do exército industrial de reserva.

Logo, podemos afirmar que as políticas sociais, ao mesmo passo que representam conquistas históricas, também exercem função na dominação da

---

<sup>14</sup> Veja-se Netto, 2012 em Crise do capital e consequências societárias.

<sup>15</sup> Veja-se Rossin, 2012, p. 91.

classe trabalhadora. Seria, essa, apenas mais uma, das contradições do capitalismo.

Retomando Abramides (2006), essas contradições se assentam no modo de produção capitalista de valor e se expressam nas esferas da economia, da política, da ideologia e da cultura.

Deste modo, a classe trabalhadora é colocada nas atividades produtivas e, por conseguinte, no acesso ao consumo como bem opera a chamada Social Democracia, respondendo às demandas do modo de produção capitalista. Contexto esse em que se deu a implementação do SUAS, durante o governo Lula.

A este respeito, vimos, na contribuição de Alves (2013) que se trata do neodesenvolvimentismo, cuja adoção de políticas redistributivas, opera na linha de menor resistência do capital, criando nas condições de crise crônica de superprodução, expectativas de capacidade aquisitiva em mercados de grande porte, como o Brasil. Produzindo assim, a ilusão do desenvolvimento como realização das necessidades humanas e que ganha sustentação de base ideológica.

Temos então, no período de gestão petista (governos Lula e Dilma – de 2003 à 2016), os direitos sociais “viabilizados” pelo Estado, na forma de políticas públicas que apostam no alívio da pobreza e que visa promover o Estado de Bem-Estar através do acesso a bens, consumo, inclusão produtiva, programas de transferência de renda, crédito e etc., além de trabalhar na manutenção do capital.

Além disso, embora a política econômica e social deste período tenha apresentado modificações no âmbito dos direitos sociais, não tem como objetivo a emancipação humana.

No período Pós-Golpe 2016, temos um período marcado pela regressão dos direitos sociais e trabalhistas, através da adoção de propostas

explicitamente neoliberais como resposta para a superação da crise econômica. Em seguida, iniciou-se um amplo processo de reformas que comprometem o sistema de proteção social, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Dentre as reformas pautadas a partir do governo Temer (2016) e consolidadas no governo Bolsonaro (que teve início em 2019), estão as reformas da previdência e trabalhista, que comprometem a seguridade social e precarizam as relações trabalhistas, respectivamente.<sup>16</sup>

Também são exemplos disso, os cortes e mudanças nos critérios elegíveis do Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, além da diminuição da oferta de serviços da Proteção Social Básica, conforme prevê o Sistema Único da Assistência Social, entre outros. É importante registrar neste cenário que enfraquece, precariza e fragiliza políticas públicas sociais, o Estado apresenta como alternativa o assistencialismo, a caridade através de programas e projetos que apenas minimizam questões pontuais do usuário, mas não pensa sua emancipação e muito menos legitima o direito social.<sup>17</sup>

Contudo, temos assim, um período de desregulamentação que culmina no agravamento das expressões da questão social, pavimentado através da supressão das políticas sociais e de medidas econômicas que reforçam o Estado neoliberal e, por conseguinte, priva a população do acesso aos seus direitos sociais.

---

<sup>16</sup> A este respeito, veja-se: Tavares, Chaves e Araújo, 2018 em Pós Golpe 2016 no Brasil: regressão dos direitos sociais e trabalhistas.

<sup>17</sup> A redução de orçamentos para as Políticas de Assistência Social para o ano de 2018, disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1425> acesso em 20/05/2018

### 1.3 Os impactos da crise e a interferência no mundo do trabalho

Iniciemos esta discussão levando em consideração a contribuição de Alves e Antunes (2004), em que os autores destacam que a classe trabalhadora vem perdendo direitos significativamente. Na era da globalização, a crise metabólica do capital, precarizou o trabalho por meio dos subempregos, desemprego e intensificando a exploração da classe trabalhadora.

Por outro lado, embora diversas teses apontem para o fim do trabalho, vemos que este processo de degradação das relações de trabalho é na verdade a degradação do emprego protegido e não necessariamente do trabalho.

Neste sentido, se faz necessário analisarmos as mutações na objetividade e na subjetividade no mundo do trabalho no contexto de mundialização do capital. Por conseguinte, se faz necessário considerar que a classe trabalhadora do cenário contemporâneo não é a mesma existente no século passado, assim como também não caminha para o desaparecimento e, tampouco perdeu o sentido ontológico estruturante.<sup>18</sup>

Sendo assim, vamos considerar a classe trabalhadora, na definição de Antunes (1999), como sendo a classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, homens e mulheres que na sua totalidade, vivem da venda da força de trabalho, não necessariamente assalariados, como aponta Raichellis (2017), se considerarmos as flexibilizações que contribuem para precarização e culminam na uberização/ pejotização do trabalho no cenário atual.<sup>19</sup>

Ainda de acordo com Alves e Antunes (2004), tal mudança na identidade da classe trabalhadora do século XXI, deu-se de modo processual e multiforme, estando diretamente ligada às mudanças nos modelos de produção que retraiu os modelos taylorista e fordista, reduzindo o proletariado tradicional

---

<sup>18</sup> Veja-se Antunes e Alves, As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.

<sup>19</sup> Veja-se Raichellis, A nova morfologia do trabalho no serviço social.

(manual e fabril). Esses trabalhadores vêm perdendo espaço para os terceirizados, temporários e subcontratados que crescem em escala global, graças às diversas flexibilizações das condições de trabalho no mundo além de, formar um enorme contingente de trabalhadores desempregados.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da "flexibilização" (da produção, das relações de trabalho), da "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da "privatização" (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital, parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a "desregulamentação" liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à "flexibilização", embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista. (Netto, 2012, s/p.).

Outro ponto a ser destacado é o fato do mundo do trabalho contemporâneo, ter um aumento significativo do trabalho feminino, cabendo destacar aqui, a média inferior na remuneração das mulheres, embora incidam sobre os mesmos direitos sociais e do trabalho.

Como destaque também, dessa classe trabalhadora contemporânea é a expansão dos assalariados médios do chamado "setor de serviços", resultado da reestruturação do modelo de produção industrial, políticas neoliberais e privatizações. Em países como os EUA, o contingente ultrapassa os 70% e os números se assemelham a países como França, Alemanha e outras potências econômicas mundiais.

Além disso, precisamos destacar também as mutações organizacionais e tecnológicas que afetam fortemente o mundo do trabalho neste setor de serviços como, por exemplo, a drástica redução de trabalhadores bancários no Brasil nos anos de 1990 ou ainda os servidores públicos que foram privatizados e em seguida desempregados.

Aqui, cabe pontuar que é no setor de serviços, onde se insere o trabalho do assistente social, que se observa maior precarização e intensificação do trabalho. Neste contexto cresce o desgaste mental, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais. Além disso, as tendências do Estado, Pós-Golpe de 2016, expõe o paradoxo entre o alargamento das demandas profissionais no campo das políticas sociais proteção social, e a expansão e aprofundamento das diferentes formas de precarização.<sup>20</sup>

Neste cenário contemporâneo do mundo do trabalho, existe ainda, a tendência da crescente exclusão de jovens e idosos que por sua vez, aumentam o contingente dos trabalhadores precários, desempregados e sem perspectivas de absorção pelo mercado de trabalho.

Diante desse cenário, ascende o chamado “terceiro setor:

[...] assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista.<sup>21</sup>

Diante deste contexto, convenientemente, as estratégias adotadas pelo Governo na condução da dominação de classes com investimento ideológico no empreendedorismo, empregabilidade, “inclusão social”, responsabilidade

---

<sup>20</sup> Veja-se Raichelis, Vicente e Albuquerque em A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social. 2017.

<sup>21</sup> Veja-se Antunes e Alves, 2004, p.339.

social, viabilizados diretamente pelos capitalistas, por meio de ONGs, fundações privadas e entidades empresariais, todas, invariavelmente, subsidiadas pelo Estado (ROSSIN, 2014).

Entretanto, a este respeito, cabe ainda a reflexão dos autores de que, embora na sua gênese o “terceiro setor” esteja exercendo um papel funcional ao mercado, não se trata de uma real alternativa duradoura. Com o fim do *Welfare State* e dos direitos sociais, essas atividades contribuem como mecanismos para amenizar o desemprego estrutural. Além disso,

[...] elas cumprem uma função, ainda que limitadíssima. Porém, quando são concebidas como um momento efetivo de transformação social, convertem-se, em nosso entendimento, em uma nova forma de mistificação, que imagina ser capaz de alterar o sistema de capital em sua lógica, processo este que, sabemos, é muito mais complexo (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 340).

Outra característica e tendência que precisa ser destacada é o trabalho domiciliar, permitido pela desconcentração dos processos produtivos e pela expansão das unidades produtivas, permitidas pelas flexibilizações ao redor do mundo. A exemplo disso, temos desde empresas de atendimento remoto ao cliente, até grandes indústrias como a Nike que fazem uso deste tipo de produção, muitas vezes em outros países – que não o seu de origem – e com isso aumentando as atividades de trabalho produtivo a um custo cada vez mais reduzido. Chamamos isso de transnacionalização do capital e do sistema produtivo, em que novas unidades industriais emergem ao passo que outras desaparecem.

É este, portanto, o desenho diverso e heterogêneo que caracteriza a nova classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e

fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.<sup>22</sup>

A este respeito, Antunes (2014) complementa ao ressaltar sobre a intensidade da fragmentação da classe trabalhadora com sendo esta divisão, o 'centro' do processo produtivo com trabalhadores de tempo integral e que usufruem de maior segurança no trabalho. Enquanto na 'periferia' da força de trabalho estão dois subgrupos: o primeiro são trabalhadores em tempo integral, com habilidades facilmente encontradas no mercado, se caracterizam por alta rotatividade (secretárias, setor financeiro, trabalhos manuais menos especializados), e o segundo são os trabalhadores em tempo parcial, contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados, com menos segurança no trabalho do que o primeiro.<sup>23</sup>

Neste cenário – “acentuado pós-crise 2008”- vemos que as medidas adotadas pelo capitalismo que se reinventa a cada crise, também entendidas como mutações do modelo de produção, beneficiam o setor privado e enfraquecem o setor público, além de, destruir empregos e legitimar a precarização do trabalho.

Tendo em vista ser de interesse desta pesquisa, entender a dimensão pedagógica e as possíveis formas de mediação no cotidiano profissional dos trabalhadores do SUAS, é importante entendermos o mundo do trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos, bem como os trabalhadores que acessam a política de Assistência Social. Logo, as possíveis mediações no cotidiano profissional, se fazem mais palpáveis.

Também é importante considerar o atual cenário econômico, as estratégias adotadas pelo governo na condução da dominação de classes com investimento ideológico no empreendedorismo, empregabilidade, “inclusão

---

<sup>22</sup> Antunes e Alves, 2004, p.340

<sup>23</sup> Antunes e Alves, 2004, p.340

social”, responsabilidade social, viabilizados diretamente pelos capitalistas, por meio de ONGs, fundações privadas e entidades empresariais, todas, invariavelmente, subsidiadas pelo Estado.<sup>24</sup>

Para tanto, compreender as novas formas de ser no trabalho, a classe trabalhadora hoje, precisa também considerar que ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da sua força de trabalho.

Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital [...] abrange também os trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. [...] também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados.<sup>25</sup>

Os autores destacam ainda, neste desenho analítico, a exclusão dos gestores do capital, dos pequenos empresários, da pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção além daqueles que vivem de juros e da especulação.

Sendo assim, a classe trabalhadora, se conceitua em um universo amplo, porém bem delimitado e, embora diferente e mais complexa que a configuração do Século XX, entretanto, tão complexa e multiforme que se distancia da extinção, como especulado no início do texto.

Ainda de acordo com a contribuição:

[...] na era da mundialização do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o

---

<sup>24</sup> Rossin, 2014.

<sup>25</sup> Antunes e Alves, 2004, p. 342 e 343.

afloramento de uma subjetividade autêntica, ou seja, de uma subjetividade para-si (ver Tertulian, 1993). Múltiplas formas de fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, na qual o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no como “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”.<sup>26</sup>

Atenta-se ainda, para a alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades. Nessas condições, a subjetividade da classe é transformada em um objeto, em um “sujeito-objeto”, que funciona para a auto-afirmação e a reprodução de uma força estranhada. O indivíduo chega a auto-alienar possibilidades mais próprias, vendendo, por exemplo, sua força de trabalho sob condições que são a ele impostas, ou, em outro plano, sacrifica-se ao consumo de prestígio, “imposto pela lei de mercado” (TERTILIAN, 1993 *apud* ANTUNES; ALVES, 2004).

Por fim, embora o trabalho esteja subordinado ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Veja-se Antunes e Alves, *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*.

<sup>27</sup> Idem

#### **1.4 Os impactos da crise e a interferência na esfera cultural e ideológica**

Na contribuição de Lima e Hypólito (2019), vimos que o movimento neoconservador surgiu no período pós Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em torno dos anos 1960 e 1970. Trata-se de um dos grupos que compõem a chamada Nova Direita (uma espécie de aliança entre neoliberais e neoconservadores) e se caracteriza por defender o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, propondo uma nova forma de administrar o Estado pós-crise de 1970 nos países centrais ao capitalismo.

Nesta perspectiva, os neoconservadores se caracterizam por defender valores culturais do passado como sendo melhores que os atuais e lutam por tais tradições culturais.

A análise de Barroco (2015) complementa ainda que trata-se de uma reprodução ideológica conservadora supondo sua inserção num processo histórico movido por determinações conjunturais e estruturais, fatores socioeconômicos, político-culturais e pela dinâmica da luta de classes.

Sua difusão é facilitada pela reificação, que, no capitalismo tardio, invade todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações, e pelo irracionalismo, que dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo (LUKÁCS, 1972; *apud* BARROCO, 2013b).

Deste modo, para enfrentar as tensões sociais no contexto da crise mundial do capitalismo nos anos de 1970, o conservadorismo se reatualizou e incorporou princípios econômicos ao neoliberalismo. Para tanto, o chamado neoconservadorismo então se apresenta como uma forma dominante de apologia da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, visando uma sociedade sem restrições de mercado, reservando ao

Estado a função coercitiva de reprimir com violência, todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.<sup>28</sup>

Neste contexto, a moral desempenha uma função de destaque, passando ser base fundante na sociabilidade e na política. Além disso, essa visão ideológica associa as expressões da questão social à degradação moral, à desestruturação do modelo tradicional de família e a perda dos valores tradicionais, como aponta a autora. Seriam, portanto, problemas de ordem moral, facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo que contribuem diretamente para o ocultamento das determinações socioeconômicas e para sua naturalização.<sup>29</sup>

Podemos perceber que nos últimos anos, em dimensão global, a onda neoconservadora toma força e se reflete em conflitos políticos ao redor do mundo.

Na América Latina, temos como exemplo, não apenas o *impeachment* de presidente Dilma, mas também exemplos como os ataques permanentes à Hugo Chávez e posteriormente à Nicolas Maduro na Venezuela, Manuel Zelaya em Honduras, Fernando Lugo no Paraguai. Todos esses casos citados se assemelham por contrariar os interesses estadunidenses e das elites locais.

A onda direitista se reflete ainda, em território latino-americano, com o resultado das eleições na Argentina, que elegeu o liberal Mauricio Macri além dos constantes processos judiciais contra a ex presidente Cristina Kirchner<sup>30</sup> que sempre deixou claro seu posicionamento de esquerda. Vale também mencionar o recente golpe contra Evo Morales na Bolívia e a derrota da Frente Ampla no Uruguai para a direita, em 2019.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> Veja-se Barroco, 2015, p. 624-625.

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> Membro do partido União Cidadã que historicamente pautava as lutas da classe trabalhadora.

<sup>31</sup> Veja-se Santos em “A natureza regressiva do governo bolsonaro”, 2019 – Dossiê Marxismo 21, disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/> - acesso em: 13/02/2020.

Podemos observar ainda, como uma expressão da onda do pensamento neoconservador, a eleição de Donald Trump nos EUA e a emergência de partidos neofascistas na Europa.

Na conjuntura brasileira, temos como exemplo desta realidade, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro representando a extrema-direita. A radicalização, o conservadorismo e o reacionarismo abriu espaço para seu governo neofascista, ultra-neoliberal e militar tradicional.<sup>32</sup> Como resultado, na contribuição dos autores, se apresenta no cenário contemporâneo:

1- O bolsonarismo, centrado na figura do líder e movido a milícias digitais nas redes sociais, é quem permanentemente mobiliza e dirige a massa do movimento neofascista - dando-lhe motivos reais ou imaginários para ataques e agressões aos adversários.

2- A Lava Jato e os operadores do direito (integrantes do Ministério Público, Promotores e Juízes), que se atribuem a função messiânica de limpar o país da corrupção e dos corruptos (os “Savonarolas” contemporâneos), se encarregam de criminalizar “legalmente” os adversários, manter um clima de suspeita e medo, colocando a “luta contra a corrupção” como uma tarefa permanente e inacabável.

3- As igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais, que unem em um só sujeito o casamento do neoliberalismo com o neofascismo - explícito no programa político da Frente Parlamentar Evangélica entregue a Bolsonaro após o primeiro turno das eleições -, se incubem do controle e manipulação políticoreligiosa da massa desorganizada e mais pobre das periferias, inculcando-lhes preconceitos, valores morais arcaicos e individualistas, o anticomunismo histórico, mentiras e medos.<sup>33</sup>

É neste cenário ideopolítico contemporâneo, nutrido de conservadorismo e esvaziamento de reflexões críticas, cujas análises superficiais de conjuntura contribuem para as respostas imediatas, demarcam a separação da teoria como referência para compreensão da realidade e passa a ser justificada à medida em que os indivíduos deixam de se apropriar do funcionamento geral

---

<sup>32</sup> Veja-se Filgueiras e Druck, 2019. p. 4.

<sup>33</sup> Idem

da sociedade, perdendo a noção da totalidade social dos processos que compõem, como afirmam Mota e Amaral (2016).

Como exemplo disto, temos os ataques e cortes às instituições de científicas (IBGE, INPE, CNPq); violência contra população indígena e movimentos sociais; ataque à cultura (ANCINE) e às universidades públicas, extinção de conselhos populares e etc.

Neste cenário contemporâneo de neoconservadorismo, neoliberalismo, diminuição da oferta de políticas sociais e precarização, que o trabalho profissional do assistente social está inserido e que configura novos e expressivos desafios para a mediação profissional.

## 1.5 O SUAS no contexto do Município de Campinas

Considerando a assistência social, enquanto política governamental vemos, historicamente, as transformações postas nas relações de apropriação econômica no exercício de dominação política, presentes na sociedade brasileira. Logo, para a assistência social ser entendida no contexto amplo das relações de produção, se faz necessário analisarmos o movimento histórico das relações sociais.<sup>34</sup>

No município de Campinas, a estrutura histórica da assistência social, mostra que o papel das organizações sociais sempre esteve fortemente entrelaçado ao Estado. Na década de 1980, a então Secretaria de Promoção Social tinha sob sua responsabilidade o “Serviço de Coordenação de Entidades Sociais” com transferência de recursos aos projetos supervisionados pela Prefeitura. Nesta época, já se fazia presente a Federação das Entidades Sociais de Campinas, que posteriormente veio a se chamar Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), oferecendo transferência monetária para custeio de parte da manutenção das entidades sociais, bem como assessoria financeira, contábil e social.

Embora a política pública de assistência social seja de responsabilidade do Estado, a operacionalização desta política passou por transformações em dimensões lógica e histórica, refletindo as políticas econômicas adotadas pela história recente do Brasil (desde o governo FHC, passando pelos governos do PT, Temer e Bolsonaro).

Como visto anteriormente<sup>35</sup>, com a reestruturação do Estado na lógica neoliberal e a expansão do chamado “terceiro setor”, houve, por conseguinte, uma expansão também das chamadas parcerias público-privada na execução das políticas sociais e, nesta pesquisa trataremos, especificamente, da política de assistência social.

---

<sup>34</sup> Veja-se Souza, 2012, p.52.

<sup>35</sup> Vejam-se itens 1.2 e 1.3.

Como reflexo dessa refuncionalização do Estado, a execução dos serviços socioassistenciais passou a ser executada massivamente pelo terceiro setor através de parcerias público-privadas numa lógica de “alternativa eficiente” para atender às demandas da questão social, que são de responsabilidade do Estado.

São as soluções legais contidas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social 2009) e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS - 2006), que permitem que as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) executem serviços complementares.

Valendo-se disso, o município de Campinas, como solução legal para ofertar, especialmente os serviços dos CREAS, criou diversos serviços complementares para que fosse possível, a execução deles pelas OSC's. É o caso do SESF (Serviço Especializado de Proteção Social à Famílias), uma versão customizada do PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos).

Entretanto, o município não restringe suas “parcerias” na execução dos serviços da política de assistência social à Proteção Social Especial (PSE), o mesmo acontece com os serviços da Proteção Social Básica (PSB). Esse é um reflexo da realidade brasileira quando tratamos de execução dos serviços socioassistenciais, como apontam os dados do Censo SUAS:

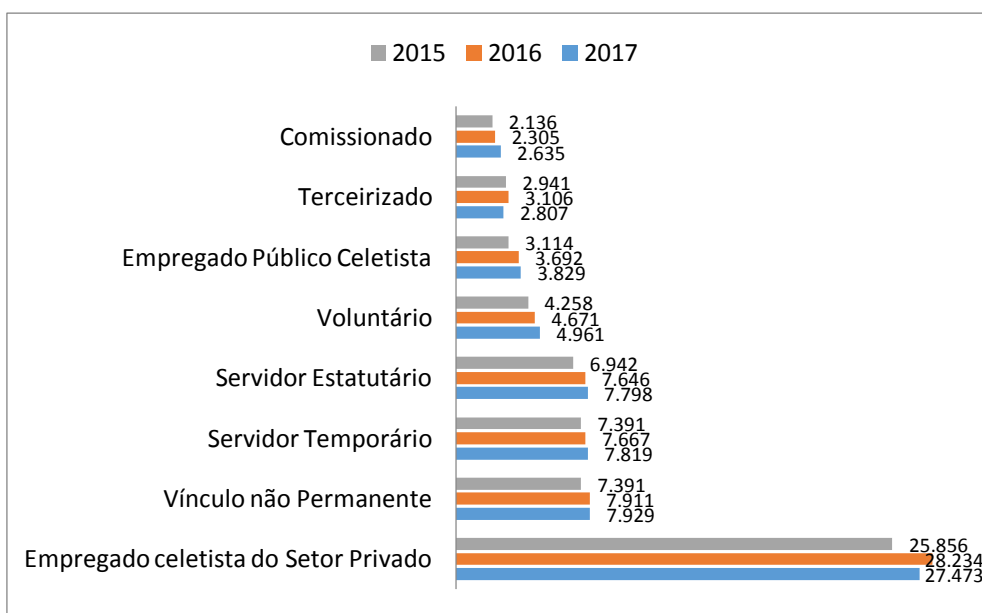


Gráfico 1 – Quantidade de Trabalhadores dos Centros de Convivência, segundo o tipo de vínculo - Brasil  
Fonte: MDS - Censo SUAS 2017. Elaboração própria.

Ao analisarmos essas informações, podemos ver de forma mais evidente, a discrepância entre o número de trabalhadores do setor público e do setor privado, reforçando que de fato não é o Estado quem operacionaliza a política pública de assistência social.

A título de comparação, podemos ver a realidade campineira:

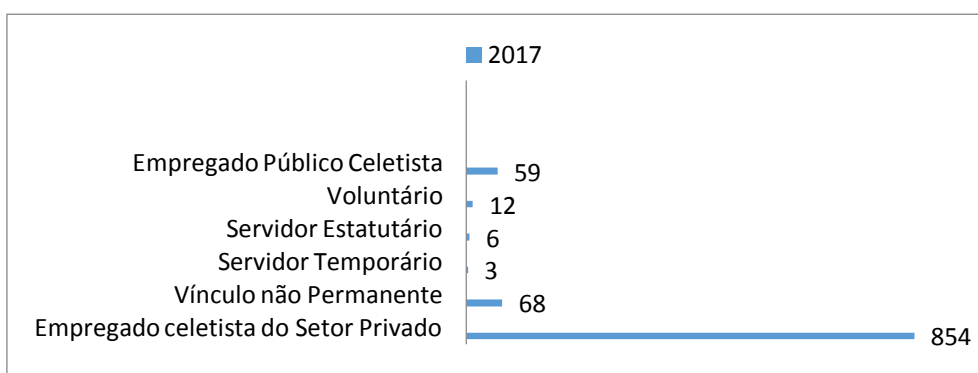


Gráfico 2 – Quantidade de Trabalhadores dos Centros de Convivência, segundo o tipo de vínculo – Campinas – SP  
Fonte: Plano Municipal de assistência Social – 2018<sup>36</sup>. Elaboração própria.

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/pmas\\_18\\_21.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/assistencia-social-seguranca-alimentar/pmas_18_21.pdf) acesso em 20/02/2020.

Os dados acima, mostram os reflexos da precarização do trabalho e das históricas relações de subalternidade dos trabalhadores do SUAS, inerentes à própria política de assistência social no âmbito da seguridade social. Além disso, trata-se de uma questão mais ampla do próprio SUAS que é a profunda relação entre as transformações em andamento do regime de acumulação da ordem capitalista, sobretudo nas mudanças que caracterizam a esfera da produção e o do mundo do trabalho (YASBEK, 2013 *apud* ROSSIN, 2012, p.135).

Quando analisamos mais profundamente os precários vínculos de trabalho, temos que ter em vista que esse é apenas um reflexo da precariedade da oferta do serviço pelo Estado, com o agravante da precarização ter rebatimentos na vida do trabalhador e, por conseguinte, na oferta do trabalho prestado respingando assim, na população que acessa os serviços.

Como aponta Rossin (2012):

É importante observar que, segundo o MDS, os vínculos precários de trabalho têm rebatimentos para a qualidade na oferta dos serviços pelas unidades competentes, todavia, não apontam os corolários dessa precarização para a vida dos trabalhadores. Não há nenhuma referência acerca da precariedade a que está submetido o trabalhador, quando este se depara com a insuficiência de recursos humanos, ausência de insumos para o trabalho, dentre outros constrangimentos na execução dos serviços.<sup>37</sup>

A autora continua a análise estendendo ao cotidiano dos trabalhadores e à ética do trabalho que, por vezes, tenta velar a precarização, conclamando o trabalhador para a realização da tarefa sob a justificativa do compromisso com o usuário.

A utilização desses subterfúgios é, na verdade, uma forma de manutenção da precarização através da captura da subjetividade do

---

<sup>37</sup> Veja-se Rossin, 2012, p. 137.

trabalhador que deve carregar solitariamente a responsabilidade pela oferta do serviço.

Além disso, a precarização recai sob os ombros dos trabalhadores nas tarefas que apontam para a mensura de produtividade, alimentação de sistemas de informação que condicionam o recebimento de benefícios, ingressos a programas e etc.<sup>38</sup>

São profissionais, inseridos no mercado de trabalho por organizações não governamentais e empresariais, sendo assim, tendo sua força de trabalho transformada em mercadoria, conforme vemos abaixo:

Na compra e venda da força de trabalho, o trabalhador receber o valor da troca desta mercadoria – traduzido no equivalente monetário de seu tempo de trabalho socialmente necessário -, e entrega ao empregador o seu valor de uso: o direito de consumo dessa força de trabalho durante um período de tempo, equivalente a uma dada jornada de trabalho segundo parâmetros estabelecidos pelo contratante e formalizados no contrato de trabalho. (Iamamoto, 2007, p. 421-422, *apud* Raichelis, 2017, *idem* p. 37).

A autora reforça ainda que o assistente social, parte dos trabalhadores que compõem esse cenário, integra a dinâmica das relações de compra e venda da força de trabalho em todas as esferas da produção e da reprodução social e também participa política e ideologicamente das resistências enquanto sujeito coletivo, através das suas entidades representativas e da formulação de um projeto profissional articulado ao projeto societário da classe trabalhadora.

Além disso, as tendências do Estado, pós Golpe de Estado de 2016, expõe o paradoxo entre o alargamento das demandas profissionais no campo das políticas sociais proteção social e a expansão e aprofundamento das diferentes formas de precarização.

---

<sup>38</sup> Veja-se Rossin, 2012, p.138.

Complementada pela análise de Rossin (2012), diante das orientações do MDS referente à gestão do trabalho no âmbito do SUAS, não podem ser compreendidas desconectadas das questões macrossocietárias intrínsecas à sociabilidade do capital. Nem tampouco como responsabilidade do trabalhador, embora seja possível constatar diariamente a difusão de argumentos que proliferam nessa direção e acarretando na ampliação da competição entre os próprios trabalhadores.

Sendo assim, se faz necessário refletir acerca das condições de trabalho de forma crítica nas suas dimensões físicas, intelectuais e psíquicas, tendo em vista que as requisições e demandas por resultados não desaparecem com esse cenário de precariedades. O que, por conseguinte, afeta a subjetividade do profissional que diante das situações impeditivas da estrutura, vê seu trabalho cada vez mais distante de atingir as metas.

Esse cenário campineiro das políticas sociais é reflexo da realidade brasileira e é herança da contrarreforma do Estado do governo FHC, agravando-se à medida que o neoliberalismo e o neoconservadorismo avançam no governo Bolsonaro.

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes de capitalizar politicamente a assistência social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da *pedagogia da hegemonia*, consistiu em definir este segmento de classe como 'excluídos' e os programas de assistência social como estratégia de inclusão.<sup>39</sup>

Abrimos aqui um parêntese, para caracterizar essa população, a que o SUAS se refere como “usuário” que procura pelos serviços da política de assistência social. Trata-se da classe trabalhadora precarizada, terceirizada e/

---

<sup>39</sup> Veja-se Mota, 2007, p.134.

ou desempregada vítima do processo de acumulação nas relações de trabalho vivenciando os rebatimentos da política neoliberal do Estado.

Na contribuição de Rossin (2012), vemos que embora durante o período de governo do PT houvesse uma ampliação da oferta de políticas sociais, não houve combate às raízes das desigualdades sociais e, sobretudo ameaçar seu poder político e ideológico na ordem da reprodução do capital.

Contudo, como aponta Mota (2007), o desafio profissional da categoria é distinguir e compreender a necessidade objetiva concreta de ampliação da assistência social diante da pobreza, sem hiperdimensionar seu papel no enfrentamento da questão social. O que, por consequência, demanda da categoria profissional, construir mediações no cotidiano para enfrentar a precarização e seguir operacionalizando a política pública.

## **CAPÍTULO II**

### **A Realidade Explicando as Contradições**

#### **2.1 A dimensão pedagógica do Serviço Social**

Como salientam Lima e Jimenez (2011), Lukács, analisando os elementos ontológicos fundamentais em Marx, compreende-se o trabalho como fundamento do ser social, embora a totalidade do ser social não se limite ao trabalho, precisamos reconhecer sua importância nesse processo de formação. Isso porque o indivíduo é capaz de produzir mais do que é necessário para a reprodução do seu produtor, assim, o trabalho inaugura um processo de complexificação, expandindo o horizonte da reprodução humana, criando novas necessidades e ampliando as formas de satisfazê-las. Por conseguinte, essa complexificação, apresenta à vida novos e deferentes complexos sociais que estabelecem relações e forma uma totalidade social, ou seja, um complexo de complexos.

Ainda na visão lukacsiana, a análise de cada complexo singular componente da sociedade é compreendida como complexo dos complexos e, nesta análise, o autor faz considerações importantes acerca reprodução social com o objetivo de tornar claro o quão diversamente são estruturados tais complexos.<sup>40</sup>

Complementados pela contribuição de Lima e Jimenez (2011), vemos ainda que, ao examinar dois complexos basicamente opostos entre si, a linguagem e o direito, o autor demonstra como o processo de estruturação dos complexos é singular e diversificado pela especificidade nas relações entre os complexos singulares e na totalidade do complexo social.

No que diz respeito à linguagem, o primeiro complexo examinado por Lukács, trata-se de posições teleológicas primárias e secundárias, respondendo às necessidades sociais surgidas a partir da relação homem com

---

<sup>40</sup> Veja-se Lukács, 1981, p.225.

a natureza. Assim sendo, a linguagem se relaciona na ação de refletir sobre a realidade na consciência dos homens ao mesmo tempo em que realiza funções teleológicas secundárias importantes, construindo instrumentos para influenciar outros indivíduos e agindo sobre a consciência humana. Logo, o complexo da linguagem caminha em duas direções: o impulso à crescente generalização e a necessária determinação individualizante (LIMA; JIMENEZ, 2011, S/N.).

O segundo complexo analisado por Lukács, o direito, diz respeito às necessidades surgidas em consequência da divisão de classes. A esse respeito, o autor analisa que, as necessidades de regulamentação das atividades sociais desempenhadas pelos singulares, surge nos estágios iniciais do desenvolvimento da sociabilidade e, com a divisão do trabalho, passa a ser necessário criar formas de garantir que as funções singulares sejam desempenhadas em conformidade. No âmbito da sociedade primitiva, a divisão era algo supérfluo, sendo assim os chefes das tribos, caçadores, guerreiros e anciãos, tinham funções predeterminadas pela tradição. Desta forma, a função de regulação social era produzida espontaneamente, mantida pela força da tradição e a ruptura com esse sistema, desencadeia nas classes sociais. Com a divisão da sociedade em classes, surge a necessidade de uma forma de regulamentação e é assim que emerge o complexo do direito.<sup>41</sup>

Cabe ressaltar que a análise lukacsiana certamente apresenta outros elementos significativos em relação aos complexos, entretanto, em virtude do objetivo desta pesquisa, iremos recortar os aspectos essenciais para compreender um pouco mais sobre o complexo de educação que irá nos ajudar à compreender um pouco mais sobre dimensão pedagógica do Serviço Social.

Deste modo, na síntese de Lima e Jimenez, 2011, vemos:

A educação é um complexo social fundado pelo trabalho e, como os demais complexos sociais, estabelece com ele uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa (LIMA; JIMENEZ 2011, s/p.).

---

<sup>41</sup> Veja-se Lima e Jimenez, 2011, s/p.

Como vimos anteriormente, o trabalho é o ponto inicial na humanização do homem e como categoria fundante do ser social, tem prioridade ontológica em relação às demais categorias e complexos sociais. Tais complexos só atingem a sua autonomia, na socialização do desenvolvimento do trabalho. Entretanto, tal autonomia não se configura de forma absoluta e, por isso, é sempre relativa. Ademais, por estar fundada no trabalho, a educação estabelece com o indivíduo uma relação de identidade (identidade e não-identidade) e se caracteriza pela objetivação de posições teleológicas, realizando assim, a relação entre teleologia e causalidade. Na análise ontológica de Lukács é, a educação não é trabalho, é *práxis* e suas funções se vinculam à reprodução social.<sup>42</sup>

Na contribuição de Abreu e Cardoso (2009), vemos que a função pedagógica dos assistentes sociais é historicamente demandada pelas classes dominantes na busca por controle e consentimento da sociedade ao contexto de produção e reprodução social no marco da exploração econômica e dominação ideológica sobre o trabalho.

Por outro lado, com a regulamentação da profissão, a construção do Projeto Ético-político do Serviço Social, a construção Código de Ética profissional, além do contexto de redemocratização pós-ditadura, o assistente social fortaleceu sua dinâmica político-profissional e sua prática profissional passa a ter caráter crítico-pedagógico nas intervenções junto aos espaços político-organizativos para executar as políticas sociais e favorecer a garantia e ampliação de direitos<sup>43</sup>.

Ainda na contribuição de Abreu e Cardoso (2009), vemos também que a partir de então, emergem na profissão às práticas pedagógicas vinculadas aos interesses das classes subalternas fundadas nas conquistas emancipatórias da

---

<sup>42</sup> Lukács, 1981, p.152.

<sup>43</sup> A articulação da profissão entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão (Iamamoto, 1992).

classe trabalhadora e de toda humanidade – base do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Assim, a função pedagógica do Assistente Social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe, consubstanciando o princípio educativo, reelaborado por Gramsci na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista pelas classes subalternas e instauração de uma nova sociabilidade, caracterizando cultura como as “atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1).

Portanto, a função pedagógica do assistente social tem base ideológica no processo de organização da cultura e sua intervenção compõe o cotidiano do embate entre as classes sociais através dos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas e privadas, na formulação e na gestão de recursos humanos, serviços sociais e nos processos de luta e resistência das classes subalternas.

Segundo Abreu (2002), isso demarca o perfil pedagógico da profissão, a organização da cultura, além de suas nuances societárias e perspectivas sócio-históricas que contribuíram para que este perfil fosse dividido em dois eixos: a ajuda e a participação.

Sendo a ajuda, presente desde a institucionalização do Serviço Social como profissão na formulação de Mary Richmond no que se refere ao Serviço Social de Caso, de tratamento prolongado, ajuda psicossocial individualizada e visando o desenvolvimento do indivíduo na adequação ao mundo que o cerca. Além disso, a ajuda possui intuito claro de assistência individualizada voltada para a reforma moral e reintegração social fundamental para a composição do mundo do trabalho que, naquela época correspondia ao fordismo e taylorismo, visando o trabalhador moderno e integrado.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Veja-se Abreu e Gomes, 2009, p.6.

Embora estejamos falando do período Pós Segunda Guerra Mundial, em que a cultura de bem-estar era difundida ao redor do mundo, vimos esse modelo se expandir em tempos atuais, se reatualizando conforme as novas exigências da acumulação capitalista e difusão do neoconservadorismo. Para Martins (2013), no Brasil, assim como nos demais países periféricos, o capitalismo dependente ajudou a aprofundar ainda mais a subalternização dos sujeitos alvos dessas políticas sociais fortalecendo os componentes ideológicos das contradições do capitalismo.

Já no que diz respeito ao eixo participação, começou a tomar forma no período desenvolvimentista do governo brasileiro que via a participação como uma possibilidade de integração social das políticas sociais de desenvolvimento da época.<sup>45</sup>

Segundo Abreu e Gomes (2009), a participação é incorporada ao Serviço Social como uma inovação metodológica, afirmando os processos de organização e mobilização como elementos do desenvolvimento de comunidades que, contraditoriamente, contribuem para a criação e recriação de condições sócio-históricas e intelectuais. Também vincula a atuação profissional aos interesses e lutas populares em que a participação é elemento estratégico.<sup>46</sup>

Para Abreu (2002), o enfoque da intervenção profissional na comunidade, que a autora faz questão de destacar que em termos espaciais “não ultrapassa a dimensão local”, não superou o enfoque individualista e conservador da prática. Desse modo, a participação popular também passa por um refinamento crítico e desenvolvimento teórico que ajudam a redefinir a prática profissional numa perspectiva de politização das relações sociais.

---

<sup>45</sup> O projeto desenvolvimentista modernista surge em países periféricos como uma resposta ao subdesenvolvimento, contando inclusive com a participação comunitária.

<sup>46</sup> O Desenvolvimento de Comunidade tem como pauta a resolução dos problemas sociais nas comunidades, através da constituição de núcleos básicos. Deste modo, a participação popular nos programas do governo, era considerada essencial na proposta de integração social e desenvolvimento do país.

É também nesta época que a profissão passa por uma guinada política que culmina no Projeto Ético-Político do Serviço Social, passando a ter maior aproximação dos movimentos sociais, inclusive da organização da própria categoria:

[...] sobressaem à criação de entidades sindicais nas unidades da federação e do sindicato nacional – Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS, 1982) – e os redimensionamentos políticos da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e o conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) (ABRAMIDES; CABRAL *apud* ABREU; CARDOSO, 2009:7).

Para Abreu (2002), em resumo, os perfis de “ajuda” e “participação” se refuncionalizam de acordo com a demanda do capital e as tendências passam a ocorrer de duas formas: a primeira é restrita ao compromisso com as lutas das classes subalternas no sentido de defesa dos direitos na perspectiva do Estado de Bem-Estar e a segunda, comprometida com as lutas das classes subalternas na perspectiva de superação da ordem burguesa.

Contudo, no contexto neoliberal e neoconservador que se apresenta na contemporaneidade<sup>47</sup> do exercício profissional, quando falamos em dimensão pedagógica do Serviço Social, parece não haver consenso na categoria. Agravados pelo cenário do mundo contemporâneo do trabalho de precarização e terceirização; o Estado se distancia cada vez mais da execução direta das políticas públicas sociais, delegando ao “terceiro setor” (que muitas vezes possui base religiosa) a execução precarizada de tais. Além disso, a refilantropização e o conservadorismo reverberam na observância empírica da

---

<sup>47</sup> Estamos tratando o período Pos-Golpe 2016 aos dias atuais.

prática profissional e nos faz perceber o quão a dimensão pedagógica ainda se constitui num limbo metodológico para a profissão.

## **2.2 O trabalho educativo e político no cotidiano profissional**

Como vimos anteriormente, as práticas educativas no Serviço Social, estão historicamente vinculadas ao controle exercido pelas classes dominantes, na obtenção do consentimento do conjunto da sociedade nos processos de produção e reprodução social, na exploração econômica e na dominação política-ideológica sobre o trabalho. E, a partir da década de 1980, essas práticas educativas passaram a ser consubstanciadas na perspectiva societária das classes subalternas fundadas nas conquistas emancipatórias - base do Projeto Ético-Político da profissão.<sup>48</sup>

Desse modo, as práticas educativas se inserem no cotidiano profissional do assistente social nas dimensões técnico-operativas e ético-políticas através da mobilização social e da organização de suas expressões.

Entretanto, ao analisarmos a prática cotidiana do profissional, temos que ter em vista o apontamento de Iamamoto:

[...] essa perspectiva re-atualiza o debate oriundo dos anos 80, que torna fluidos os limites entre profissão e militância política revolucionária, pois equaliza inserções e dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político, visto não ser a categoria politicamente homogênea, por tratar-se de uma especialização do trabalho na sociedade e não de uma atividade que se inscreva na arena da política stricto.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Veja-se Abreu e Cardoso, 2009, p.1.

<sup>49</sup> Veja-se Iamamoto, 2008, p. 323.

Desse modo, esperar que as práticas educativas se expressem no cotidiano profissional na perspectiva da emancipação humana seria um tanto ingênuo, haja vista o caráter heterogêneo e contraditório da profissão. Isso sem falar da mediação cotidiana entre a relação capital e trabalho.

Para Iamamoto (2009), seria como esperar por um Serviço Social socialista no marco do Estado burguês em que as empresas e a sociedade civil (nas suas mais diversas formas jurídicas) estão inseridas. O projeto emancipatório perpassa por um contexto complexo, marcado pela desmobilização dos movimentos sociais populares e pela incorporação dos sindicatos aos planos governamentais. A autora salienta ainda:

[...] a formulação do perfil “pedagógico emancipatório do assistente social”, enquanto norte defendido para a profissão, no contexto brasileiro, está restrito a um segmento minoritário das classes subalternas, altamente politizado e solidário a um projeto socialista da sociedade.<sup>50</sup>

Mais uma vez, a observância empírica, motivação para essa pesquisa, reafirma os apontamentos da autora no sentido de nossos pares assistentes sociais não representarem uma categoria homogênea, politizada e crítica e a formação acadêmica não contribui para isso.

No cotidiano profissional, fica evidente a distância entre o que Iamamoto nomeia de “radicalidade da proposta emancipatória” voltada a construção de uma sociedade socialista e as práticas ditas educativas muito presentes na prática profissional: ouvidoria, orçamento participativo, renda mínima vinculada à educação, balanços sociais, programas de qualidade de vida, fortalecimento de grupos subalternos direcionados à ampliação de direitos, denúncias da precariedade das condições de vida e formas alternativas de produção e gestão das relações sociais.

Todas essas ações citadas, se fazem muito presentes no dia-a-dia dos assistentes sociais.

---

<sup>50</sup> Veja-se Iamamoto, 2008, p.329.

Em se tratando da contribuição de Abreu, no que diz respeito às práticas educativas de mobilização e organização, se estruturam em duas partes.

Sendo a primeira:

[...] expressões das práticas educativas desenvolvidas em diferentes espaços sócio-ocupacionais, consubstanciam-se em processos de participação social, formulados e implementados de formas diferenciadas pelas classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado – na luta pela hegemonia na sociedade; não constituem, portanto, processos exclusivos da prática dos assistentes sociais.<sup>51</sup>

E a segunda:

[...] no âmbito do Serviço Social, traduzem modalidades da assimilação/recriação desses processos no movimento da prática profissional e, assim, inscrevem-se no corpo teórico-prático da profissão enquanto elementos constitutivos (não exclusivos) e como condição indispensável para sua concretização na sociedade.<sup>52</sup>

Nesta segunda, a autora faz ainda duas indagações: quais os fundamentos e tendências das práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais na sociedade brasileira? E, quais as particularidades da mobilização social e da organização, enquanto práticas educativas presentes na atuação do assistente social?

Iamamoto (2008), faz um importante apontamento que nos ajuda a pensar sobre essas questões. A assimilação de *práxis* do Serviço Social precisa considerar a condição de profissionais assalariados, solicitados em meio à contradição e tensão de classes, isso sem considerar as requisições próprias de cada espaço sócio-ocupacional.

Ainda na intenção de refletir acerca das questões postas acima, Abreu e Cardoso (2000), nos lembram que o caminho para tais respostas centra-se na busca dos fundamentos da função pedagógica da prática do assistente social

---

<sup>51</sup> Veja-se Abreu e Cardoso, 2009, p3.

<sup>52</sup> Idem.

na sociedade brasileira apontando as tendências das práticas educativas no que diz respeito ao eixo da “ajuda” e da “participação”. Convém reafirmar os fundamentos histórico políticos e teórico-metodológicos, sustentando o Serviço Social inscrito na divisão sociotécnica do trabalho como uma atividade de cunho educativo. Além disso, os fundamentos teóricos históricos sociais, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos da mobilização e da organização social dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais – com destaque para a assistência social, enquanto principal espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais – e para as lutas das classes subalternas.

Embora a autora trate como evidente a função pedagógica no cotidiano profissional, por partir da premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), questionando apenas em qual perspectiva essas práticas acontecem, se numa perspectiva emancipatória ou não, no cotidiano da amostra estudada, vemos que as práticas intencionalmente educativas como é de entendimento massivo da categoria profissional. Elas estão restritas aos grupos socioeducativos e às poucas assembleias consultivas, realizadas com a população que acessa aos serviços do SUAS em Campinas.

Trata-se da falta de apropriação do conceito aprofundado da dimensão pedagógica do Serviço Social, como instrumento teórico metodológico que compõem a metodologia de execução da política de assistência social.

Desse modo, vemos que com os usuários que não acessam os grupos sócio educativos, por algum motivo, a única prática pedagógica a que tem acesso é a “ajuda”, segundo a definição de Abreu (2002).

Ainda sob este ponto de vista, ao analisar as tendências, a autora aponta que em decorrência das estratégias econômico-sociais sob a orientação neoliberal e neoconservadora em que se insere o Serviço Social, especialmente nas políticas sociais, as estratégias participativas estão transfiguradas em colaboracionismo e solidariedade no âmbito da produção e

da reprodução social. A realidade mostra o “terceiro setor” mercantilizando as políticas sociais por meio da filantropia em detrimento do atendimento a necessidades como direito e investindo na despolitização e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela chamada responsabilidade social.

A autora se atenta ainda ao fato de que tais estratégias tendem a debilitar as iniciativas e lutas das classes subalternas em função do atendimento das próprias necessidades imediatas, integradas à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, fruto da ofensiva ideológica do capital direcionada para a reconstituição da hegemonia.

Aliado a isso, temos a pouca sustentação teórica por parte dos assistentes sociais no exercício da prática profissional, como contribuição de uma deficiência na formação – dado apontado por todas assistentes sociais entrevistadas nesta pesquisa.<sup>53</sup>

Toda essa conjuntura, como ressalta Martins (2013, p.9), aponta para os processos históricos da categoria profissional, a inicial aproximação estruturalista “particular” Althusser e sua enviesada leitura marxista, responsável pelos equívocos profissionais tais como a edificação da prática profissional como militância que equivoca o entendimento de que o Serviço Social estava no caminho errado e que a teoria marxista é irrealizável utilizando o bordão pseudoconservador “na teoria a prática é outra”, ou mesmo a dimensão que condiciona o assistente social como guardião de uma práxis social revolucionária, desconsiderando que tal protagonismo é na verdade da classe trabalhadora e não apenas da categoria profissional.

Por fim, os assistentes sociais não estão isentos da desmobilização e despolitização contemporânea e tem ainda, como agravante, o fato de estarem reféns das requisições institucionais de seus empregadores. Desse modo, vemos como possível saída dessa situação, o apontamento feito por Abreu e

---

<sup>53</sup> Veja-se item 3.1.

Cardoso (2009), em que as autoras reforçam a importância da organização política da categoria como estratégia de potencializar uma inserção crítica dos assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais.

### **2.3 O assistente social e a relação com os movimentos organizados**

Quando nos referimos ao conceito de movimentos sociais, parece não haver consenso, entretanto, vamos nos referenciar sob o conceito marxiano que se constitui na perspectiva da prática fomentada a partir da contradição entre capital e trabalho.

Na contribuição de Lopes e Santana (2017), vemos ainda que algumas teorias comparam tais movimentos aos fenômenos sociais, submete as explicações culturais e deslocam conflitos de classe para as novas concepções culturais contemporâneas. Segundo os autores, apoiados em Alonso (2009), os movimentos culturais servem como forma de alternativa e complementação aos pensamentos de esquerda/de oposição do sistema.

Entretanto, para conceituar a definição de movimentos sociais, é preciso entender a diferença entre movimento e grupos de interesse. Para tal, os autores se destacam que para que seja reconhecido um movimento, é necessária uma ação coletiva de um grupo com um parâmetro comum ou uma identidade social. Quanto ao modo da ação coletiva, temos como exemplo os protestos, ocupações que são estratégias de ação social, mas que sozinhos, não caracterizam movimentos sociais.

Até meados do século XX, a ideia de movimentos sociais estava associada apenas ao contexto de sindicatos de trabalhadores, pois o método do materialismo histórico analisava a luta de classes como um motor para o

processo histórico em que a plataforma de organização do Estado se disseminava entre os interesses de classe.<sup>54</sup>

Entretanto, as transformações sociais e a tradição democrática, inauguraram a abertura de espaços de discussão onde as negociações passaram a ser fomentadas em detrimento de um sentimento de opressão e de autoridade antes vista pela figura do Estado. Assim, a sociedade passa a descobrir o protagonismo político que deixa de ser centralizado nos sindicatos e partidos políticos e passa a ser direcionado a população organizada em diversos espaços sociais.<sup>55</sup>

Neste sentido, para pensar em que momento o serviço social se insere neste contexto e estabelece uma relação com os movimentos sociais, se faz necessário recordar o período de ascensão das lutas da classe trabalhadora no final da década de 1970 até a primeira metade da década de 1980. Associado a isso, tínhamos o contexto de reestruturação produtiva do capital e das relações de trabalho além da explosão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) onde grande parte dos assistentes sociais está profissionalmente inserida. Importante mencionar também o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Neste sentido, temos a contribuição de Cardoso e Lopes<sup>56</sup>, que nos ajuda demarcar a análise histórica das determinações do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora com uma tendência da prática profissional e destacando os fundamentos históricos que levaram os assistentes sociais a atuar nesses espaços como profissionais.

Ainda de acordo com as autoras, além da relação profissional que se estabelece entre a categoria e os movimentos organizados, temos as

---

<sup>54</sup> Veja-se Lopes e Santana, 2017, p.3.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Na análise sobre O Trabalho do Assistente Social em Organizações da Classe Trabalhadora.

perspectivas teórico-políticas, estratégias e táticas de atuação bem como as de condições de trabalho.

Com o processo de renovação da profissão influenciado pela redemocratização e o contexto de lutas sociais, o Serviço Social passa a incorporar em suas tendências, bases políticas necessárias para a construção de um projeto profissional contra-hegemônico fundamentado na perspectiva marxista. Cresce então, uma aproximação política com os interesses dos setores populares.

A autora destaca que tal proposta apresenta como estratégias básicas para viabilizar, operativamente, o novo projeto profissional junto aos setores populares alguns recursos e instrumentos: a Formação de alianças, como meio de construção de um poder compartilhado entre técnicos, profissionais, sindicatos e grupos das classes dominadas, com o objetivo de alterar a correlação de forças, “[...] tanto no interior das instituições como na sociedade civil, através do apoio às lutas dos movimentos sociais populares” (SILVA e SILVA, 2002, p. 175); a Educação Popular, de influência de autores da pedagogia, sobretudo Paulo Freire – com vistas a constituir uma dimensão educativa libertadora na formação profissional, possibilitando ao assistente social captar o cotidiano de vida e trabalho dos setores populares refletindo com os mesmos sobre sua realidade, apoiando suas formas de organização e reivindicação de direitos, auxiliando-os a sistematizar sua própria prática de vida e a assumir a direção do processo político. (MORO; MARQUES, 2011, p.29).

Segundo as autoras, a maturação acadêmica e profissional gestada em pleno período da ditadura militar, vai permitir que o Serviço Social se posicione de forma diferente no processo de redemocratização do país em conjunto com os sujeitos coletivos. Além disso, o reconhecimento do assistente social enquanto classe trabalhadora, o leva a alternativas políticas e profissionais junto aos movimentos sociais que suscita em aspirações democráticas e populares, além da ampliação dos espaços de participação.

Ainda de acordo com as autoras, a primeira manifestação desse envolvimento político se deu via entidades da categoria. O exemplo mais expressivo, foi a criação da Associação nacional dos Assistentes Sociais

(ANAS) com o intuito de fortalecer os vínculos da profissão com as lutas gerais da classe trabalhadora.

No cenário contemporâneo, as autoras apontam ainda, com base no levantamento das publicações feitas nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS's) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS's), problematiza-se a relação que os profissionais estabelecem com os múltiplos sujeitos coletivos a partir de três dimensões: teórica, político-organizativa e prático-profissional:

No aspecto teórico evidencia-se um afinamento do Serviço Social com determinados autores, incorporados de forma crescente por meio do debate dos novos movimentos sociais. No âmbito político-organizativo, fazem-se presentes dois significativos debates: a organização política geral da classe trabalhadora, sua crise e resistência a conjuntura atual, e a discussão das particularidades que envolvem a organização sindical dos assistentes sociais. E, por fim, a dimensão prático-profissional, menos presente nos trabalhos publicados, evidencia as experiências atuais de assessoria tanto nos espaços organizativos legítimos das classes subalternas como nos canais institucionais de participação popular (MORO; MARQUES, 2011, p. 32).

Entretanto, ressalta-se o baixo número de produção acerca da temática mostrando que o tema permanece com pouca visibilidade nas análises do Serviço Social, totalizando 3,84% das produções no período de 1995 à 2008.<sup>57</sup>

Fazendo um paralelo com o cotidiano profissional, podemos dizer que no campo de atuação, o tema soa mais escuso ainda, uma vez que é pouco debatido no âmbito acadêmico, o profissional que já tem pouco acesso à formação continuada<sup>58</sup>, fica alheio ao debate e, por conseguinte, não se apropria teoricamente. Além disso, o profissional também deixa de conhecer os

---

<sup>57</sup> Veja-se Moro; Marques, 2011, p. 32.

<sup>58</sup> Veja-se item 3.1 transcrição das entrevistas, cujo tema de falta de formação continuada dos assistentes sociais foi pauta recorrente.

movimentos que defendem os direitos da categoria profissional e da política que operam.

Durante as entrevistas realizadas, e na observância dos nossos colegas de profissão, não é difícil encontrar profissionais que não conheçam exatamente os papéis do CFESS/CRESS dos próprios conselhos de direitos, pensando na perspectiva da população atendida.

Contudo, a falta de formação continuada, impede que os profissionais se apropriem desses espaços e potencializem suas práticas educativas na perspectiva da garantia de direitos, construindo mediações frente as contradições postas pelo sistema capitalista. E construir mediações para superação desta fragilidade da categoria profissional, é um desafio que a realidade nos impõe.

## Capítulo 3

### 3.1 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa em questão tem como objetivo principal estudar a dimensão pedagógica do serviço social e suas formas de mediação no cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS.

Para tanto, nos apoiamos no método materialista dialético da teoria social marxiana e nas categorias para conectar o cotidiano ao movimento real da história que nos ajuda a entender as relações de produção e da reprodução social no modo de produção capitalista.

Como descreve Marx (1976), o movimento da história, cria as relações sociais e a sociedade é nada mais que o produto da ação recíproca dos homens. O desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde a determinada forma da produção, do comércio e do consumo que, por conseguinte, correspondem a determinadas formas de constituição social. O autor destaca ainda, como base de toda a história, o fato dos indivíduos não serem livres para escolher suas forças produtivas, uma vez que, toda força produtiva é uma força adquirida, ou seja, produto de uma atividade anterior.

A esse respeito, Marx (1976) destaca ainda, que cada geração posterior, depara-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente e cria na história dos homens, uma conexão com a história da humanidade e as relações materiais, formam a base todas as suas relações.

Neste contexto, a categoria particular do assistente social se insere no mercado de trabalho, nas mais diversas configurações contratuais como vimos no primeiro capítulo<sup>59</sup>, reproduzindo as relações sociais em meio à operacionalização de uma política social contraditória em que muitas vezes a

---

<sup>59</sup> Veja-se item 1.3

condição do profissional pouco ou nada difere do indivíduo que busca o acesso ao direito.

Nosso objeto de pesquisa é a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e nossa intenção é ver além das aparências postas pela imediatividade da organização cotidiana do trabalho e, compreender a essência do objeto a partir de sua aparência. A esse movimento, Marx denominou como dialética.

Assim, partiremos da aparência, para alcançar a essência e buscar conhecimento teórico para compreender os fenômenos do cotidiano profissional do assistente social, trabalhador do SUAS no município de Campinas – SP.

Neste processo, além das pesquisas bibliográficas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de conhecer o cotidiano profissional e como as práticas pedagógicas se manifestam nas ações desses profissionais.

No que diz respeito à amostra, podemos dizer que foi intencional e elegida com base em alguns critérios estabelecidos na sustentação teórica escolhida. Sendo assim, para tratarmos a dimensão pedagógica do Serviço Social, foram escolhidos trabalhadores da Política de Assistência Social no município de Campinas – SP em dois modos de contratos de trabalho: trabalhadores terceirizados e servidores públicos. Foram entrevistados, profissionais com no mínimo onze anos de atuação na política em questão e que transitaram pelo trabalho técnico e pela gestão dos diversos serviços ofertados.

E, no que diz respeito às entrevistas, foram semi-estruturadas como mencionamos anteriormente e também tinham o objetivo de abordar, além do cotidiano profissional, as condições de trabalho e oferta do serviço em que esses profissionais atuam, para que pudessemos entender a relação causal que um elemento incide sobre o outro.

### 3.2 Transcrição das Entrevistas

Tabela 1 – Perfil da Amostra

|                                | Entrevistada<br>1       | Entrevistada<br>2              | Entrevistada<br>3              | Entrevistada<br>4              | Entrevistada<br>5              |
|--------------------------------|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Área de maior tempo de atuação | Orçamento Participativo | Política de Assistência Social | Política de Assistência Social | Política de Assistência Social | Política de Assistência Social |
| Sexo                           | Feminino                | Feminino                       | Feminino                       | Feminino                       | Feminino                       |
| Pós-Graduação                  | Especialização          | Mestrado                       | Especialização                 | Especialização                 | Especialização                 |
| Tempo de formação              | 43 anos                 | 36 anos                        | 33 anos                        | 15 anos                        | 11 anos                        |
| Tempo de atuação               | 39 anos                 | 33 anos                        | 21 anos                        | 15 anos                        | 11 anos                        |
| Tipo de vínculo empregatício   | Servidora pública       | Servidora pública              | Servidora pública              | Terceirizada                   | Terceirizada                   |

#### I. Entrevista 1

**Entrevistadora:** Boa tarde, tudo bem \*\*\*\*? Eu gostaria de agradecer sua participação nesta pesquisa sobre a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e as possíveis formas de mediação. Vou pedir para você começar se apresentando...falando um pouco da sua formação, experiência e o que mais você achar importante...

**Entrevistada:** Meu nome é \*\*\*\*\*, me formei em 1977 na Puc-Campinas e depois fui pro Rio de Janeiro fazer um curso de realidade brasileira, pois a gente estava em plena ditadura militar. Tanto eu como meu marido, nos casamos, nos formamos e fomos para o Rio de Janeiro fazer esse curso de seis meses e depois fomos para o Amapá, através de um projeto da igreja católica.

Fomos o primeiro casal de leigos fazer um trabalho no Amapá para fazer um trabalho junto às comunidades e, neste meio tempo, tínhamos que trabalhar porque a igreja não remunerava ninguém por esse trabalho. Sustentava apenas os religiosos.

Então, comecei a trabalhar profissionalmente no SESC e o \*\*\*\*\*, meu marido, ficou a disposição da igreja, fazendo trabalhos para (inaudível), numa área alagada. E eu fiquei trabalhando profissionalmente e dedicando todo o meu tempo livre para a igreja.

**Entrevistadora:** Isto em que ano?

**Entrevistada:** Isto tudo em 1978. De 1978 a 1987. Fomos para passar dois anos e ficamos nove. Então, aí neste período, fundamos o Partido dos Trabalhadores lá, em 1981. Além de movimento de mulheres, assessoria de sindicato dos trabalhadores rurais, pastoral rural é... várias coisas. Um jornal chamado “Voz Católica” que ajudávamos a fazer para distribuir. Então, nós pegamos esse período aí, de 1978 a 1987. A ditadura terminou em 1985 então, pegamos esse período da ditadura militar.

**Entrevistadora:** E essas atividades que você desenvolvia, não estavam ligadas às atividades do seu cotidiano profissional, que na época era no SESC?

**Entrevistada:** Não, tudo voluntário. No SESC a gente trabalhava com os comerciários. Tínhamos atividades artísticas, atividades de lazer... é lógico que a gente coloca alguma pitada de coisas que possa levar à consciência néh... Não tem como. Então, durante esse período, que foi um período de ditadura militar, a gente fazia isso. Íamos para o interior, fazíamos grupos com as mulheres, sindicato dos trabalhadores rurais, pastoral rural... Isso até 1987.

Em 1987, nos voltamos para Campinas e estavam formando um centro de educação popular. Já tinha um outro centro que era o CESAP, que trabalhava com movimentos sindicais e movimentos populares, mas que aí teve a criação da CUT (em 1982), aí com a formação da CUT, o pessoal decidiu que não tinha necessidade de ter um centro de educação popular com esse viés de sindicato. Aí, a respeito disso, a \*\*\*\*\* (outra entrevistada), vai poder falar melhor pra você, porque ela estava nas duas entidades.

E aí formamos o CEDAP (Centro de Educação e Assessoria Popular)...

**Entrevistadora:** Eu conheci...trabalhei lá por quatro ano e meio.

**Entrevistada:** Ah, você trabalhou?

**Entrevistadora:** Sim, de 2015 até agosto de 2019.

**Entrevistada:** Então, eu e a \*\*\*\*\* fomos as primeiras a trabalhar lá no CEDAP. Eu tinha a proposta de ficar fora de qualquer coisa (de militância) porque já tinha passada muito tempo fazendo muito coisa. Queria ficar um tempo sem fazer nada...sem fazer nada assim, sem me envolver politicamente. Mas aí, estavam formando o CEDAP em outubro de 1987. Eu cheguei (em Campinas- SP), em julho deste mesmo ano e quando foi em outubro já estava “enrolada” com isso.

E aí, formamos o CEDAP e começamos a trabalhar com os movimentos populares. Aí eram só movimentos populares. Começamos a fazer trabalhos em Campinas e na região (Hortolândia, Indaiatuba, Valinhos e vários lugares). Dávamos assessoria e organizávamos cursos, encontros, levávamos pessoas para fazer palestras...

Aí, eu fiquei no CEDAP de 1987...não, de 1988, em 1987 formou (a instituição) e aí eu comecei a trabalhar no CEDAP em julho de 1988. Neste período, entre a minha volta pra cá (Campinas) e o trabalho com o CEDAP, eu trabalhei numa entidade chamada Romília Maria, mas fiquei só seis meses. Pois, como o CEDAP conseguiu uma grana para poder trabalhar – naquela época a gente recebia dinheiro de fora, para ajuda na redemocratização do país.

Aí, a gente elaborava os projetos, mandava e tinha várias entidades (internacionais) que ajudavam a financiar os trabalhos. Aí, então eu fiquei de 1988 até o final de 1994. No começo de 1995 eu comecei a trabalhar na Prefeitura de Hortolândia e, como eu já tinha trabalhado em Hortolândia pelo

CEDAP, eu já conhecia algumas pessoas. Inclusive o vice-prefeito que era o Ângelo Perugini. Eu estava trabalhando lá bonitinho...concursada e tal.

Em 1996, houve uma campanha para a prefeitura (de Campinas) e formou-se uma coligação PSDB-PT, cujo o Perugini participou e como ele já me conhecia, me convidou para ajudar na Secretaria de Saúde com a gerência do serviço de saúde do Santa Clara (um bairro de Campinas).

Aí, em 1997, quando rompeu (a coligação) e teve a campanha presidencial. Aí eu fui para o Programa de Saúde da Família. Ali eu comecei a articular o Fórum de Saúde, tinha mais tempo livre, comecei a articular junto com o conselho de saúde, que era bastante atrelado às autoridades locais. Aí a gente começou a articular como oposição. Isso tudo com o apoio do MOPS (Movimento Popular de Saúde). Aí, formamos um fórum (Fórum Popular de Saúde) e aí nos reuníamos aos sábados de manhã, fora do horário de trabalho com a população e com os profissionais – alguns destes – assistentes sociais.

Eu me aproximava dos colegas e identificava aqueles que tinham mais ou menos o mesmo tipo de visão e começamos a articular para fazer uma oposição. Fizemos manifestações, passeatas, várias coisas e a independência do Conselho que nesta época rachou. Meio a meio! Nesta eleição em questão, até o prefeito foi votar.

Todo mundo foi votar, vereadores, todos. Até então, nunca tinha tido um movimento daqueles na cidade. E a gente conseguiu colocar metade das cadeiras do conselho como nossas. Nossas, assim... com pessoas do nosso movimento néh e a metade das cadeiras eram deles.

Então, rachou a cidade e foi legal (risos).

**Entrevistadora:** Percebo um olhar de satisfação (risos).

**Entrevistada:** Foi bem legal! Isso foi em 1999. Aí, a gente começou a fazer encontros mensais, que foram crescendo e deu nisso. Aí eu fiquei mal vista na cidade (risos). Não pela população, mas pelo poder público.

Aí teve a campanha do PT (Toninho e Isalene) e o PT ganhou. Em 2001 começou a administração do PT e me chamaram para vir comissionada para assistência, mas a saúde não me liberava porque entendiam que meu novo cargo era um “prêmio” e alguém com meu histórico de enfrentamento não podia receber esse prêmio. Então, foi indo, foi indo... mas não me liberavam. Com a morte do Toninho em setembro, a Isalene assumiu e ela intensificou pessoalmente o meu pedido de transferência. Só aí, o vice-prefeito me chamou e falou que não aguentava mais a Isalene pressionando e que ele sabia que era um prêmio pra mim e pra administração do PT e tal, mas que ele iria me liberar. Em seguida em 2002 eu fiz o concurso e aí eu me efetivei.

E aí eu deixei correr os dois anos e desde então eu fiquei até me aposentar em julho de 2016. E fiquei trabalhando no Orçamento Participativo.

Só que neste período em que eles não me liberavam, eu vinha trabalhar como voluntária néh...participava das assembleias para ir me interando.

Aí, fiquei trabalhando no orçamento participativo, nós fizemos várias... Você conhece o material do orçamento participativo?

**Entrevistadora:** Não.

**Entrevistada:** Eu tenho aí...tenho várias coisas e depois a gente pode pegar.... e aí, tinha as assembleias nos bairros. Cada pessoa da equipe tomava conta de uma região. Éramos em cinco agentes e foi isso.

**Entrevistadora:** Como foi sua experiência no Orçamento Participativo (OP)?

**Entrevistada:** Ah, foi muito boa. A gente conseguiu reunir as lideranças, fazer assembleias. Mas tem assim néh...sempre os governos – não o governo do PT que em 2004 perdeu neh - , aí entrou o governo Dr. Hélio (PDT). O Governo Hélio ainda deixou a gente trabalhar, mas foi assim, nós éramos 17 na equipe e fomos reduzidos a cinco. Porque ficou só o pessoal que

era concursado. E aí, a gente (concursados) fez um compromisso com o pessoal do conselho do OP de continuar. Mas, a gente sofreu muita pressão do PT, porque o PT queria que a gente saísse.

Mas tinha sido um compromisso com o conselho e o Dr. Hélio tinha prometido a dar continuidade e nós tínhamos o compromisso com o conselho. Então, assim a gente entendia que ia puxar o tapete do conselho (caso desistíssemos), porque como é que você compromete....tinha sido um compromisso do Dr. Hélio para o segundo turno...tinha sido D. Hélio e...

**Entrevistadora:** Carlos Sampaio do PSDB.

**Entrevistada:** É... e aí o pessoal (do conselho) se comprometeu a votos no Dr. Hélio, porque ele ia dar continuidade no orçamento participativo. E aí, como faz? Sai fora?

Mas o PT pressionou muito, muito e dizia que a gente tinha que ir para qualquer lugar. Mas também a gente não tinha lugar, pois muitos de nós, tinha deixado uma vaga (em um posto). Por exemplo, eu concursei em 2002.

**Entrevistadora:** Como assistente social?

**Entrevistadora:** Como assistente social. A minha vaga era no (hospital) Mário Gatti, no pronto socorro. Pra eu continuar no OP e eu já estava no OP, eu tive que abrir mão daquela vaga e fui para o gabinete da prefeita, no caso. Então a minha vaga era no gabinete e eu não tinha outro lugar que eu pudesse voltar. Justamente para ter gente trabalhando no meu posto.

Então, nem eu, nem Isabel, nem Alfredo...o Alfredo não. Ele é professor e por ser professor ele era obrigado todo ano a fazer aquela... como é que fala aquilo para escolher as aulas?

**Entrevistadora:** Atribuição de aula?

**Entrevistadora:** Atribuição de aulas ele tinha que fazer todo ano. Só ele que tinha essa vaga...ele era professor de tal escola e tinha que fazer isso...como anos depois o Jonas (atual prefeito) fez ele voltar. Aí, mas eu, a Isabel, o Valini, a gente não tinha lugar pra voltar.

**Entrevistadora:** Então, além do compromisso que vocês estabeleceram e a possibilidade de continuidade do trabalho que haviam desenvolvido todos esses anos, vocês...

**Entrevistada:** A gente tinha que encontrar uma vaga e não era fácil encontrar uma vaga néh e além disso eu tinha o compromisso. Então a gente foi levando como dava pra ir levando. O Dr. Hélio não autorizava tirar demandas novas. A gente ficou com as demandas que ficaram...ficaram, durante os quatro anos do OP do PT na administração, foram tiradas 555 demandas e foram feitas 300. Então, sobraram 255.

E o Dr. Hélio foi fazendo devagarzinho, quase parando, porque esse não era um compromisso de campanha.

Ele fazia o governo itinerante e tinha as assembleias e a gente ia, levava o jornalzinho do OP, que a gente conseguia fazer com que a administração fizesse uma, às vezes, duas vezes por ano. O Secretario de Serviços Públicos e ele apontava que aquilo tinha sido demanda do OP e não tinha como não. As obras que foram realizadas nas regiões e tal e eles colocavam o selinho do OP. Isto tudo no primeiro governo do Hélio. No segundo já começou a dar aquelas confusões... [refere-se ao *impeachment*].

Ainda sim, no governo do Hélio foram feitas umas 160 demandas... e sobram algumas demandas pro governo Jonas (atual prefeito). E o Jonas assumiu que ia manter a equipe e iam implementar o OP. Mas não implementaram. Quando eles chegaram já foram apertando a gente...colocando pessoas que eram comissionadas deles junto com a gente. Até que conseguiram tirar o Alfredo que era coordenador para ir pra escola (onde ele possuía vaga), a Isabel foi pra cultura junto com o Valini e eu fiquei.

Eu fiquei porque eu tava próxima da aposentadoria. Faltava um ano e meio. Eu tentei duas vezes ir pra saúde, mas eles não me liberavam. Esvaziaram o meu papel eu já não fazia quase nada então fiquei uma ano e meio lá...sofrendo assédio moral, entendeu? Fiquei lá encostada...não me chamavam pra reunião e pra nada... mas, como eu estava próxima da aposentadoria, não dei bola. Aí continuei e fiquei até sair minha aposentadoria. Mas aí...você quer saber só do lado profissional neh?

**Entrevistadora:** não, eu quero saber tudo.

**Entrevistada:** Ah, porque tem outros trabalhos néh...a gente faz a participação do partido organicamente, na igreja...hoje por exemplo a gente tem um trabalho com o centro ecumênico de estudo bíblico...um grupo que a gente se reuni mensalmente aqui em casa pra gente reforçar a nossa fé e a nossa militância. Tem um núcleo do PT que é o comitê Lula Livre, então eu e o Jorge... a gente tem sempre um envolvimento com as comunidades de base que hoje não é tão “pesadão” assim porque a gente já tá cansado néh...a gente já fez um monte de coisa...mas a gente continua participando... tem um grupo tentando implementar as ideias do papa Francisco na economia...porque essa economia mata néh. O capitalismo mata.

**Entrevistadora:** pelo seu relato, vai ficando evidente que no cotidiano profissional, tem uma prática educativa para tentar fazer essa população acessar direitos, garantir e ampliar direitos, etc. acho que isso fica muito evidente na sua experiência no OP. Você acha que o trabalho educativo e político é presente no cotidiano profissional dos assistentes sociais?

**Entrevistada:** No meu? No meu sim, dos outros...

**Entrevistadora:** Dos nossos pares, dos nossos colegas?

**Entrevistada:** Eu acho que não. Na maioria, não. Eu acho que a gente tem bastante...tem pessoas como a Fernanda, como a Beth....temos vários exemplos... Mas acho que a maioria da categoria não se incomoda muito com

isso não... É assim, acho que além da questão profissional tem q questão da pessoa...

**Entrevistadora:** Nem todo assistente social é sujeito político implicado?

**Entrevistada:** A gente já teve momentos néh...a gente participou do Congresso da Virada em que tava a Luiza Erundina, que foi histórico...nós revertermos a mesa. Tivemos vários momentos, mas num dá pra dizer que é a categoria toda não...

Acho que a categoria faz o trabalho e até reforçam o sistema em muitos momentos, mas num tem esse viés de reverter o quadro.

**Entrevistadora:** Você foi falando da sua participação na igreja, da gestão deste papa que é um pouco mais progressista, participou do processo de redemocratização do Brasil. Como você vê nosso momento político atual?

Nós caminhamos para alguns avanços e agora, nos estamos vivendo essa onda conservadora...

**Entrevistada:** Estamos regredindo...de verdade. Perdendo direitos...é duro!

**Entrevistadora:** E como você avalia, quando os assistentes sociais reforçam esse conservadorismo?

**Entrevistada:** Acho que é muito triste, pra gente que viveu aquele momento...que teve que “amassar barro” mesmo...por exemplo: no Amapá, a gente era vigiado pela Polícia Federal, então, é muito triste. Ainda que nós, não fomos presos, torturados, nada disso... Eu e o Jorge somos um pouquinho depois dessa turma que sofre. E você que a maioria da população acaba não entendendo que aquilo foi conquista dura de conseguir e tem que se manter.

Nós (que vivemos essa realidade), já estamos envelhecidos... a maioria das pessoas não estuda história. Não vê exatamente o que aconteceu e como foi aquela época. E aí, chega até a me dar aflição da ditadura.

Não teve ditadura? Como não teve? Leia a história... é veja o que acontece. Mas, a maioria hoje... Está difícil!

**Entrevistadora:** Como você entende o papel do assistente social na mediação entre a política pública ofertada e a população que a acessa?

**Entrevistada:** Eu costumo dizer que o assistente social é amortecedor do sistema... você já ouviu isso?

**Entrevistadora:** Não nessas palavras.

**Entrevistada:** Amortecedor do sistema...isso nos livros da Década de 70... e como a gente queria sair deste papel. Porque a população não sentia, porque a gente funcionava exatamente pra isso... E eu acho que isso é péssimo. Mas é claro que a gente tem que tomar alguns cuidados, pois, a gente trabalha para o governo. Só que a gente tem que entender que quem paga o nosso salário não é o governo e sim os impostos. Então, o povo é o nosso patrão e é a eles que temos que servir.

Mas muitos assistentes sociais trabalham para servir ao governo. Eu acho até que neste aspecto houve avanços. Mas todo servidor público tem que entender isso. Neste aspecto eu acho que o SUAS foi importante. Assim como é o SUS... é lógico que agora a gente vive uma destruição, mas durante muitos anos o SUS conseguiu se manter independente dos governos que entrasse. Porque tinha um trabalho que ultrapassava os programas de governos porque era permanente. Tem um trabalho que tem uma continuidade independente do programa de plantão.

Porque antes (do SUAS), todo início de governo era a mesma coisa. Todo mundo esperando o que ia fazer...quais seriam os programas. Passavam o primeiro ano de governo todo planejando e só iam executar no segundo e

terceiro ano. No quarto ano, já acabava junto com o governo. Agora acho que isso tá mudando.

Mesmo assim os ataques, tanto à Saúde quanto à Assistência, são violentos. Porque é o neoliberalismo néh?! O Estado mínimo do mínimo e direito nenhum. Esse é o Estado que ganhou nas urnas nas últimas eleições.

**Entrevistadora:** Como você, uma assistente social participante ativa de movimentos populares, vê esse momento Pós-Golpe 2016, seguido do Governo Bolsonaro... como você entende o cenário para os assistentes sociais mediarem a população atendida e os movimentos organizados? A médio e longo prazo.

**Entrevistada:** Olha, eu acho que a gente vai demorar um bocado de tempo. Infelizmente! Nós estamos num período de resistência. A gente tem que se fortalecer para resistir a todos os ataques...é aquele negócio, ninguém solta a mão de ninguém. Então, a gente não pode se isolar, a gente tem que se juntar com os grupos, com as comunidades para resistir. É um tempo de resistência. Temos que tentar salvar o mínimo. E depois reconquistar aquilo que nos foi retirado.

**Entrevistadora:** Como você vê essa onda do pensamento conservador que se põe latente nos tempos atuais? Como você acha que nós assistentes sociais podemos fazer essa mediação no nosso cotidiano profissional? Muitas vezes com nossos colegas de profissão... Quais são nossos caminhos de sobrevivência...

**Entrevistada:** Acho que é difícil. Mas como eu disse, é ficar na resistência mesmo... não tem outro jeito. É encontrar coisas que ajudam a ver coisas que ajudam.. Eu acabei de ver um curso do CESEEP no Tuca. Eu acabei não indo para São Paulo, mas assisti as palestras pela internet. E assim, acho que dá um certo gás. É destas coisas que a gente precisa participar e fazer o outro se envolver. O mínimo (de pessoas) que a gente conseguir fazer se envolver, acho que já está muito bom.

São tempos difíceis. Dentro da família está difícil...nossa eu tenho primos... graças à Deus, filhos não (risos). Meus filhos não são assim, militantes. Só o filho do meio que é conselheiro tutelar. Ele entrou agora e já fez duas gestões. Ele é militante da causa da criança e do adolescente. Ele tem uma leitura super boa da realidade e tal.

O outro não tem esse tipo de militância, mas ele tá cada dia mais esforçado...vejo a cada dia bater boca (sobre alguns assuntos) e penso.. “num tá perdido, neh?!”. (risos)

Ele discute muito essas questões sobre o racismo, sobre o governo Bolsonaro e ele tem bastantes amigos para quem ele passa essas coisas. Não é uma militância orgânica, mas ele contribui de alguma forma.

Só a Maria (outra filha), que você percebe que é...meio alienada (risos). Mas aí ela é outro mundo. Mas quando a coisa aperta que ela se mostra assim... que não é algo do dia-a-dia, mas que isso também é bom.

Agora... meus primos... tenho primos alienados, bolsonarismo. Mas sempre foram. No meu tempo eram malufistas, os pais eram... e hoje são assim, conservadores.

Hoje a sociedade está muito dividida.

(interrupção, o marido da entrevista, Jorge, chega e se apresenta)

**Entrevistada:** Em resumo acho que é isso. Acho que a gente tem que ir encontrando algumas frestas que ajudem a gente tentar fazer alguma coisa. Sobreviver. Acho que a palavra é essa: sobreviver.

A gente não pode se deixar abater por esse governo que tá aí destruindo tudo. Ao mesmo tempo a gente sabe que tem muita gente na sociedade que a gente ainda não entendeu o que realmente está acontecendo...

Que votou pensando em alguma coisa... Aliás, votou contra o PT mesmo. Não queriam o PT de jeito nenhum e qualquer um servia. Só que escolheram mal néh?! Porque está sendo destruído. Mas ainda não entendeu porque “ainda não tá pegando na pele dele”. A hora que isso acontecer...

**Entrevistadora:** Talvez isso leve um tempo...

**Entrevistada:** Talvez não...vai levar um tempo. Eu não vejo muito possibilidade em menos de trinta anos. É verdade, infelizmente é assim...

**Entrevistadora:** [a história] É cíclica...

**Entrevistada:** É cíclica. É um passo pra frente e dois pra trás...o tempo inteiro, infelizmente é assim.

**Entrevistadora:** Estava comentando com uma colega de turma (nos formamos há dez anos), o quanto tem sido assustador trabalhar nos últimos quatro anos... Nossa geração de profissionais não aprendeu a trabalhar com a fome, por exemplo. Não era nossa demanda de trabalho e hoje é...

Trabalhávamos com população vulnerável e a fome não era pauta. Haviam muitas outras possibilidades e potencialidades de trabalho com esse público... o primordial existia. Essa população comia...

**Entrevistadora:** Faziam churrasco, como diz o Lula...

**Entrevistadora:** E aí que nesses últimos quatro anos, essa geração de profissional tem sido pega de surpresa porque é uma pauta que a gente realmente não sabe como trabalhar... Como falar de violência com que passa fome?

A violência do Estado chegou antes...

**Entrevistada:** Aí vem esse discurso do empreendedorismo... Aí vai empreender pra quem? Que é que compra? Não tem... não tem salário e não tem renda.

Pode até empreender, mas você precisa ter consumidor. Se não tiver, não tem negócio que dê certo... Vai empreender pra si mesmo.

É o falso discurso.

**Entrevistadora:** Bom, acho que você responde todas as minhas perguntas e eu gostaria de agradecer sua contribuição nesta pesquisa. Muito obrigada.

## II. Entrevista 2

**Entrevistadora:** Boa tarde, tudo bem\*\*\*\*\*? Eu gostaria de agradecer sua participação nesta pesquisa sobre a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e as possíveis formas de mediação. Vou pedir para você começar se apresentando...falando um pouco da sua formação, experiência e o que mais você achar importante...

**Entrevistada:** Meu nome é \*\*\*\*\*, tenho sou de Campinas e me formei na PUC-Campinas em 1984 em Serviço Social. Mais tarde, em 2015, eu fui para o mestrado na PUC-SP, também em Serviço Social.

Minha experiência profissional começa 1978, quando adolescente, eu participei de um grupo de alfabetização para adultos na periferia (região sudoeste) de Campinas. Era um projeto de alfabetização pautado na pedagogia de Paulo Freire e hoje, olhando pra trás consigo enxergar as contradições... Porque se você pensar, era uma metodologia progressista, executado pelo poder público numa lógica mercadológica.

Eu me lembro, por exemplo, da prefeitura ir fiscalizar, pra ver quantos adultos tinham por turma, era meio que uma competição. Quer dizer, usando trabalho extremamente mal remunerado, porque éramos todos muito jovens e

ainda instigados por um clima de competição por quantidade de “alunos”... Eu me lembro de ter comprado meu primeiro agasalho de frio, com o dinheiro do primeiro salário...

Aí, como eu me formei, no comecinho de 1987, eu fui coordenar as ações socioeducativas do Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia. Naquela época, era a chamada, organização da sociedade civil, formada por trabalhadores metalúrgicos moradores daquela região.

Nessa época eu lembro de ter realizado muita atividade com a comunidade. Tínhamos horta comunitária, panificação, tudo feito fora do horário de trabalho. Eu já não sabia mais o que era a Beth militando e a Beth em horário de trabalho. Das 8h às 20h, sábado, domingo. A gente fazia tudo em parceria com o IAFAM (Instituto de Ações da Família), depois você pesquisa. Eles tinham muitas ações interessantes...

Então era isso... dia e noite, sábados e domingos e a minha filha junto. Eu me lembro de um dia, no meio de uma assembleia, ela devia ter uns quatro aninhos, que ela pegou um potinho/uma bolsinha cheia de moedas, jogou pra cima e gritou diversas vezes: “chega, chega, eu não aguento mais”.

Hoje eu consigo perceber que eu não impunha limites. Não existia diferenciação entre a vida privada e profissional e não sei até que ponto isso é bom ou ruim.

Tudo isso para dizer que, à medida que a gente vai se constituindo sujeito, a participação e o envolvimento com os movimentos ficam orgânicos... Lembro que eu estudava naquela escola ali nas Av. das Amoreiras, Geni Rodrigues, eu ganhei o livro a Ilha, sabe? Um livrinho pequeno assim e quando eu li, eu me encantei. Lembro que um dia eu subi num banco no intervalo e falava com a maior das empolgações para as minhas colegas: “olha gente, é possível ter educação, comida, moradia para todos....olha gente, um país conseguiu isso”...

Enfim, eu fiquei lá no CCSL até 1992. Nesse ano teve o concurso em Campinas e eu me lembro que me divorciei em outubro e em novembro eu assumi o cargo na prefeitura. Embora eu não quisesse muito, porque imagina só, eu era moradora daquela região, eu estava envolvidíssima com o trabalho com aquela população. Por outro lado, a condição material havia mudado porque meu ex-marido era o tipo de homem que dizia: “ se eu não sou marido, não sou pai”.

Então veja, eu mulher, vítima de violência doméstica, quase vítima de feminicídio (meu ex-marido apontou uma arma na minha cabeça), recém divorciada, mãe de uma criança pequena, enfim, o concurso veio muito a calhar.

Quando eu entrei na prefeitura, na gestão do Magalhães Teixeira, eu fui para habitação, fui convidada a assumir a coordenação da Ação Regional Oeste, naquela época a divisão geográfica da cidade era outra. Como eu era moradora daquela região, tinha uma identificação com o território, fui convidada.

Eu me lembro de que era uma época em que eu não tinha Ano Novo. Todo ano novo - primeiro de janeiro, eu estava lá... De galocha e capa de chuva para atender os desabrigados da chuva. Mas também foi uma época muito interessante do ponto de vista da mediação que era possível pedagogicamente falando. Fizemos muitas assembleias com a população, construímos um plano diretor coletivo para apresentar ao poder público...

Mas na gestão seguinte, Chico Amaral, foi tudo desmontado. Lembro-me de terem queimado nosso plano diretor sob o argumento que a partir de então, campinas teria outra subdivisão geográfica e passou a ser (regiões): norte, sul, leste, sudoeste e noroeste. Foi um banho de água fria.

Aí, eu fui para a assistência social, fazer a supervisão dos serviços de atenção à família. Em 1999 eu fui para o CRAS, fazer a coordenação.

Aí, em 2001 foi eleito o Toninho, a gestão começou no ano seguinte e foi quando as relações na assistência já estavam muito desgastadas aí eu fui para a educação. Foi um período interessante, mas era difícil. A escola já era uma instituição muito enrijecida, enfim...

Depois teve a morte do Toninho, a Isalene assumiu e o governo do PT acabou...quem entrou foi o Hélio, foi quando eu fui para o DOAS, fiz supervisão técnica e depois passei para a diretoria.

Hoje eu analiso e fico pensando, até que ponto, essas contradições das relações de trabalho, contribui para a gente infringir nosso Projeto Ético-Político, porque a gente operacionaliza o Estado que está estruturado para a manutenção do capital. O que são essas políticas públicas reguladoras e de contenção? Na gestão do Hélio, por exemplo, me lembro que quanto tempo demorou para o SUAS ser implementado, mesmo tendo recursos...

Então, são as contradições postas pelo capitalismo em que a gente precisa atender as requisições... Tanto do empregador, quanto da população que a gente atende...

Por fim, eu fiquei até 2016 na prefeitura, no último ano eu subia o elevador ímpar para não ter cruzar com ninguém, de tão difícil e assediado que foram os últimos anos...

Bom, o que mais tinha de pergunta?

**Entrevistadora:** Você conhece e/ou participa de movimentos organizados que respaldam os trabalhadores e outros que respaldam a população usuária... Também gostaria que você comentasse esse momento Pós-Golpe para a política de assistência...

Acho que você colocou bem...o quanto a política pública é refém da administração – citando o exemplo do governo Hélio, a implementação do SUAS...com recurso e ainda assim a administração municipal barrava.

Mas, quando eu falo Pós-Golpe, acho que tem todas essas questões junto a isso, as reduções, pauta do governo Bolsonaro...e uma onda neoconservadora muito grande.

É como se...não sei. Estou falando as minhas sensações... é como se o neoconservadorismo esta legitimado (neste governo) e é o *modus operandi*. Eu queria entender como isso se dá na operacionalização da política, já considerando todas as contradições... que já estão postas pelo capitalismo seja na social democracia, seja no neoliberalismo...eu queria que você comentasse um pouco sobre isso.

**Entrevistada:** eu acho que parece que fica mais difícil a gente disputar as narrativas agora néh?! Porque esse ultraconservadorismo está tão entranhado nas pessoas e a gente vê isso nas pessoas que a gente atende e nas colegas de trabalho. Então, essa questão da religiosidade e aí acho que a gente tem que fazer uma discussão que é a formação profissional, os cursos cada vez mais precarizado... o problema não é só o ensino a distância, mas a gente tem ensinios presenciais muito precarizados, com professores também não permitindo o acesso do estudante a obras importantes para compreender a sociedade e os aparelhos ideológicos do Estado.

Então, é... Pós-Golpe de 2016 pra cá, a gente vive o desmonte do que a gente conquistou com a Constituição de 1988, néh?! A gente começa falando dela e o que eu penso e o que tem me instigado muito é fazer essa luta. É lutar contra as reformas que tão aí, mas, não basta. A gente tem que ficar sem pré muito atenta pra ver se a gente não tá perdendo a análise mais à raiz.

Porque se a gente ficar pensando nas eleições, agora a gente tem assim... que liderança a gente tem...quem a gente põe lá... aí isso a gente vai resguardar um pouco do direito...mas não vai... assim, vai até certo ponto. É o reformismo!

Em tempos atuais, como diria o Walter Benjamin, eu acho que a gente vive momentos de perigos e o momento de perigo é esse. É a gente só colocar

essas condições históricas pra gente restaurar direitos. Restaurar um Estado. Mas este Estado é um Estado a serviço do capital, do capitalismo.

Então, acho que nosso exercício profissional, como a gente lida, diretamente, com as expressões da questão social e aí entendendo questão social como a Yamamoto coloca néh?! É intrínseca a desigualdade social própria da sociedade capitalista, a gente já está vivendo...depois desse 2017... as pessoas estão sem emprego, sem trabalho, sem comer. A gente vê claramente um número (expressivo) de pessoas vivendo em condição mais vulnerável ainda...porque não consegue para aluguel, está fora do mercado de trabalho e vai para o trabalho mais precarizado. O trabalho não foi desaparecido, mas o emprego desapareceu. O emprego protegido desapareceu. Então acho que a gente tá precisando pensar mais organicamente em uma luta, não só Brasil e América Latina, mas, olhas para o que está acontecendo na França... pros países europeus, asiáticos, africanos e pensar que é isso. A internacionalização dos movimentos dos trabalhadores.

Acho que a gente tem que pensar no imediato aqui, mas, as nossas lentes precisam sempre ir além porque é isso que a gente dizia ainda a pouco... a gente substituiu o modo de produção escravista pelo feudal, pelo assalariado. Não se trata desse ser a melhor forma de trabalho já alcançado pela humanidade, porque não é. Mas é assim que querem que a gente veja.

“A gente tem liberdade, a gente pode trabalhar ou não trabalhar”. Isso tem uma construção social ideológica tão forte que não é mais escrava néh?! Então se a gente rompeu com a sociedade escravocrata a gente tem liberdade e isso é “o melhor dos mundos que a gente pode viver”. E a gente está vendo que no melhor dos mundos, a gente volta a viver a escravidão moderna... você coloca o cesto do Rappi (app) nas costas e sai de bicicleta não é nem me moto mais... e a buzina é o grito do menino. E são jovens, muito jovens e é para sobrevivência humana.

Então se a gente olha pro SUAS, a conquista que foi um sistema público, financiado pelo Estado com fortalecimento de programas e de

benefícios e de serviços, não só de serviços descontinuados e tudo mais. Mas, parece tão evidente se a gente viveu 2009/2010, viveu esse auge... Então a gente vai organizar a política pública tal qual é a saúde, tal qual é a educação e aí a gente vê que tal qual a saúde, tal qual a educação, não tem mais. Porque o Estado, ele não vai nunca ser forte pro trabalhador, pro social. Ele vai ser forte pro capital!

Então, o que eu vejo, nos tempos atuais é que, a gente vai brigas pelas lutas mais imediatistas, pra que a gente retome o Estado Democrático de Direitos (e num sei se isso é tão possível) mas que é reformista. Ele vai reformar, se é que ele vai conseguir, porque vai depender da crise do capital. Quanto mais o capital se desenrola, porque a gente tá vivendo agora uma quadra histórica em que agente produziu muito. Produziu muito mais do que a gente produziu no século XX na Revolução Russa. A gente não tinha tanta produção pra assumir acumulação de bens materiais pra fazer a transição pro comunismo. Hoje, a gente tem e tem, inclusive, do ponto de vista de tecnologia. E tem uma produção de bens materiais que se a gente quiser a gente não precisa nem trabalhar todos os dias mais.

A OET que não é nem um órgão revolucionário já dizia isso. Se a gente trabalhar um dia por semana a gente tem o necessário para nossas necessidades humanas cotidianas.

E como diria Marx, a gente pode sobreviver com um dia de trabalho. Mas não dá porque a gente tem a propriedade privada e tem a acumulação, a extração do mais-valor. Então, a gente está vivendo uma década histórica onde do ponto de vista das condições objetivas a gente até poderia assumir a livre organização dos trabalhadores se autor gerindo pra produção e reprodução da sua vida social. Mas, a gente não tem ainda as condições subjetivas e também as condições materiais. Tem uma produção ao longo desse período de 300 anos do capitalismo, mas uma reprodução da vida social pautada no individual, na saída meritocrática, “preciso levar vantagem em tudo e pela via do consumo”.

As alternativas estão sempre nos marcos do capital e foi o que a gente viveu de 2002 à 2016. A saída foi pela via do capital, foi pela via do consumo, como nunca na história desse país, os empresários da construção civil deste país, ganharam tanto dinheiro. Como nunca na história deste país os empresários da educação ganharam tanto dinheiro. Aliás, isso foi pavimentado de 2002 à 2016 pra viver o que nós estamos vivendo em 2019. Os grandes grupos da Educação, assumindo a educação brasileira. Grupos nacionais e internacionais...o cara da Lehmann, a Kroton, a Estácio de Sá...enfim. Aí eu soube que faz um ano que o Eugênio também vendeu a UNIP/Objetivo para um grupo internacional.

Então, veja, o papel do Estado e o nosso papel junto às pessoas/usuários (também não gosto desse nome usuário) que a gente atende. Mas quem são essas pessoas da classe trabalhadora que vem pra gente orientar como acessar um benefício ou como conseguir um programa. Mas é tudo tão nas bordas, nas margens, nas fraturas de um modelo de produção que é excludente. Não cabe no capitalismo, não cabe todo mundo. O capitalismo ele tem o progresso que veio com ele, mas, veio junto a barbárie. E é tão cruel, que, mesmo vivendo a barbárie eu ainda tenho saídas individualizantes.

“Eu acredito que se eu conseguir um emprego, se eu conseguir fazer uma faculdade a distância, a minha condição melhora. Eu vou ter uma ascensão de classe”. E a gente (assistentes sociais) lida com essas expressões, essas expressões da luta de classes. Cada vez mais atualizada no contexto que a gente vive.

Se a gente cair na armadilha de “vamos lutar agora”, a gente não barra reforma nenhuma. Passou a reforma trabalhista, passou a reforma de previdência e vai passando. Por quê? Porque se você olha para os três poderes, eles tem uma relação orgânica com o capital. É o legislativo, o executivo e o judiciário. O judiciário está politizado, a política está judicializada

porque tudo se judiacializa na política. Foi o Moro e o Dalagnol nos processos de prisão do Lula.

Então é ilusão achar que se a gente recuperar esse Estado, a gente vai ter uma vida melhor. O dilema não é de um lado a democracia, não estou defendendo a ditadura. Não é a ditadura de um lado a democracia de outro. O dilema é: aqui a ditadura e a democracia e aqui a emancipação humana que é o comunismo.

Por quê? A gente já está vivendo essa barbárie, então tem que ter a revolução. Parece uma coisa fora de moda falar isso, ainda mais agora de 2016 pra cá, o que a gente precisa falar no campo da esquerda é da democracia... é democracia em colapso, democracia em vertigem. Eu não acho que não tenha que falar em democracia, porque, é muito melhor a gente viver sob a democracia do que sob a ditadura. Mas a democracia e a ditadura tão aqui ó [próximas], coladas, juntinhas e do outro lado é que está a emancipação humana, que é a transição para uma outra sociabilidade humana. Porque muda a forma do trabalho.

O que a gente às vezes se equivoca, penso eu, que é colocar a centralidade na política e não no trabalho. Porque a gente tem que superar o trabalho assalariado e livremente os trabalhadores se organizarem numa outra forma de trabalho. Mas a gente fica na centralidade da política.

Vamos mudar o congresso, vamos mudar o executivo, vamos mudar o presidente, o primeiro ministro da Inglaterra. A centralidade está na política. Vamos transformar o trabalho num outro trabalho. Ah, mas que trabalho é esse? Ah, mas não deu certo... A gente nunca viveu isso! Esse trabalho associado a gente nunca viveu. Em nenhuma revolução. Nem no Vietnã, nem na Coreia, nem na Rússia nem em Cuba. Até porque não tem comunismo num país só.

Então, assim, olhar Pós-Golpe é olhar pelo retrovisor, sempre pensando o processo histórico como uma categoria importante pras nossas

análises, fazendo mediações que nos levem a essência pra voltar a essa aparência fenomênica de um outro jeito. É Karel Kosik, tem um claro escuro aí que a gente vê e não vê. O que a gente vê é o desmonte, a destruição de direitos e eu acho que a gente tem que olhar pra isso mesmo e tem que lutar pra que a gente sobreviva com direitos humanos. Porque é muito difícil não falar em direitos humanos. Embora os direitos humanos no marco do capitalismo, também é um direito humano muito cerceado. É a liberdade pela propriedade privada. é o direito do: a minha liberdade vai onde começa a sua. É a liberdade burguesa, porque a gente não tem liberdade (genuína).

Você tem liberdade agora pra falar assim: “eu vou passar um mês na França e não quero trabalhar”? “Quero ter a liberdade de não vender a minha força de trabalho”. Você não tem e você tem a igualdade que é uma igualdade formal pra te colocar num patamar de cidadã e aí vem nós, assistentes social, (dizendo) “quero lutar pela cidadania”, “que lindo a cidadania”. Cidadania burguesa porque se eu elevo o sujeito na condição de cidadão, eu coloco na mesma condição do proprietário e direitos iguais. Então parece que eu tenho direitos iguais quando, na verdade eu não tenho pra compra e venda da minha força de trabalho e pra minha exploração.

Aí a gente enche a boca pra falar da cidadania, mas é uma cidadania burguesa. Uma cidadania necessária pro Estado pra manutenção do próprio capital, do capitalismo. Porque se eu não sou cidadão, eu não consigo formalizar contrato de trabalho e nós somos iguais e proprietários e livres. Não é assim? Só que nós não somos iguais. Proprietários e você tem a força de trabalho nos temos um contrato, olha como é rebuscado esse modo de produção capitalista. É muito diferente do escravo em que você comprava pelos dentes mais bonitos, etc. Você comprava o corpo dele, aí você ficava com ele e depois melhorou um pouco com a mudança pro trabalho feudal, mas o capitalismo tem uma sutileza de exploração que faz você acreditar que você não é explorado. Porque você é proprietário, você é livre e você é igual.

**Entrevistadora:** e você tem as mesmas oportunidades que os outros... e se você não alcança o sucesso a culpa é sua...

**Entrevistada:** É individualizante. E quem fala isso pra você? A escola, a família, a religião, a mídia. Todos os aparelhos, aí pegando Althusser, todos os aparelhos ideológicos. Aí você me fala assim: “então, mas o trabalhador vota no Bolsonaro”. Ou eu vou a essência e entendo a base dessas relações sociais ou vou ficar nessa efemeridade mesmo.

Então, acho que essa quadra histórica nossa, acho que primeiro exige da gente compreender isso e estudar muito. Acho que o Marx deixou um grande legado. Porque assim, as obras marxianas são fundantes pra gente compreender a sociedade capitalista e a gente vive nela. Parece que é ela que a gente quer superar.

O trabalhador, ele quer a emancipação. Ele não quer ser explorado. É da natureza dele não querer ser explorado. Mas, o trabalhador na sua consciência fenomênica, ele quer o lugar do patrão. O trabalhador que se tornar o patrão. É culpa dele? Não, porque ele está nessa formação histórica, social, econômica, ideológica. Isso é o processo de consciência de classe.

Então, acho que a gente tem uma tarefa histórica que eu penso que é essa. Ah, mas porque o Marx? Você está idolatrando o Marx, que bobagem. Não é. Não se trata nem de idolatria, se trata da genialidade do cara. O cara era um gênio. Ainda que a gente teve os detratores dele e também os discípulos dele que conseguiram (Lukács, Mészáros, Harvey, Hobsbawm), eu penso que não for assim, é muito mais difícil.

E também tem uma outra captura que é ideológica, que a ascensão é pela educação e tem um discurso muito hegemônico de que se a gente estudar... estudar o quê, cara pálida? Estudar o Bauman? Vamos estudar a sociedade líquida e não sei o quê? Pegar os fenomenólogos, pegar os positivistas, vamos estudar os economistas e vamos achar que o mercado pode melhorar...

Então, assim, depende do que a gente fala que escola hoje a gente está dizendo que as pessoas vão sair de lá com consciência de classe. Também não estou falando que a gente tem que cair no fatalismo. Eu estou lá na Faculdade de Educação (UNICAMP) e a gente está fazendo muito este debate e eu estou dentro de um grupo marxista. Não, não se trata disto! Dentro das escolas, a gente consegue até consegue fazer debate. Mas a gente tem que entender que o projeto pedagógico não vai para além do capital. É aquele livrinho do Mészáros, mas a gente vive uma pós-modernidade também DNA educação de professores de esquerda... “que, a porque o meu projeto pedagógico é emancipatório, porque nasce do chão da escola” e aí, tem várias correntes...

Então assim, a pedagogia histórica-crítica tem muita dificuldade na educação brasileira, enfim, tudo isso está posto pra gente cada vez mais, pensar com radicalidade. Acho que seria isso. Cada vez mais a gente conseguir fazer mediações que vão à raiz do problema. Como dizia Brecht, a revolução é simples, mas é difícil de ser feita, neh?! É algo simples!

Eu acho que a nossa tarefa de assistente social mesmo, eu sei que o CBAS teve muitas críticas, estava panfletário, um pessoal muito conservador e tal... Eu acho que a gente tem que tomar cuidado também com o panfletarismo, mas, se ele vier junto de argumentos que são da ciência, porque Marx disse que só existe uma ciência, e a ciência é histórica.

Então não dá pra gente dizer que...a gente vai ter eleição agora néh...a gente vai ter disputa do conselho de serviço social e podem vir aí esses pastores e etc. Então, a gente pode ter um grande problema pela frente e nossa tarefa histórica é estudar e estar colada á agitação política dos movimentos. Porque acho que Marx, o grande legado dele, por isso escreveu o Manifesto do Partido Comunista não como um teórico, mas ele queria que o trabalhador compreendesse como ele poderia fazer a luta.

Então também não acho que é a gente fica lá sentada e estudando, mas colar aos movimentos sim. Agora que movimentos são esses? São mais

colados na social democracia, mais do reformismo? E aí a gente precisa ter uma capacidade crítica de por uma lente e fazer essa análise. Não achar que só o reformismo vai dar conta da gente ser feliz pra sempre porque não vai. E é isso.

Como que a gente pode fazer isso? Que trabalho de base agente pode fazer? Eu não estou nem falando mais como espaço do assistente social, mas acho que é com a nossa capacidade de dialogar com as pessoas da nossa classe mesmo. É uma disputa de projeto de sociedade e não só de narrativa. Não sei...fazendo grupos, desmistificando o trabalho. Imagina o cotidiano de uma mulher que trabalha e que pega o filho...que tempo essa mulher tem para pensar no cotidiano dela? Quando que ela suspende esse cotidiano? Na igreja. Com o padre exorcizando para ver se o filho dela para de usar droga ou se o companheiro para de bater se Deus quiser. Porque é aquilo que Marx disse na Ideologia Alemã, o problema não é a religião, o problema é o quanto a religião – aí ele discutindo com os judeus – na Questão judaica, o como a religião foi usada como um aparelho para a manutenção do capitalismo.

**Entrevistadora:** O ópio da humanidade...

**Entrevistada:** É pegar essa última frase que ele usou e era néh?! Numa sociedade em que não tem a exploração do homem pelo homem, precisa ter Deus? Eu preciso transcender? Aí Deus precisa ter um filho que veio, que salvou a humanidade...

Pegando isso que você fala...depois do Golpe, acho que ano passado, esse ano, tudo é graças à Deus, Deus te abençoe, fica com Deus, Deus vai prover. Como nos somos produção e reprodução dessas relações sociais, Aline, até eu me pego... tenho um monte de aluno que me escreve e tenho alunas religiosas leigas vinculadas a uma congregação, ou seja, tem uma visão mais crítica, mas, ao mesmo tempo, transcende. Porque eu não consigo resolver na minha base material da vida social, eu transcendo. Eu ponho naquilo que está distante de mim, mas, tem uma luz... não sei. É incompatível a sociedade comunal como a fé? Eu não sei.

Enfim, eu estou querendo trazer essa questão da religiosidade porque ela dialoga muito com os movimentos e com nosso cotidiano profissional. Não só com as pessoas que a gente atende, mas também, com os nossos pares.

E aí, são religiões de varias matrizes. A católica da mais conservadora a mais progressista, com a teologia da libertação, parece que com esse Papa mais progressista, não se fala em voltar a teologia da libertação, mas tem paróquias ainda tem padres muito conservadores, dessa linha carismática, sectária. Tem também os evangélicos e as religiões de matriz africana. Do candomblé, da umbanda que também é isso. E daí o espiritismo, o budismo é tudo transcendendo e nunca pautando a base material.

Agora, olha a dificuldade de dialogar isso com a pessoa que você atende. Vamos pensar na dimensão socioeducativa do serviço social em um grupo. Não são mediações. São mediações muito, mas muito, delicadas. E são mediações que você pode fazer depois de um tempo que você tem aquele grupo...

**Entrevistadora:** E aí, fico pensando, isso um profissional crítico que tem a pauta da discussão da materialidade, mediando esse grupo. E com qualquer outro par nosso que seja religioso também, vira um grupo de doutrinação, legitimado, dentro da política.

**Entrevistada:** Exatamente. É isso mesmo. E assim, a gente não precisa ir muito longe para pegar essa amostra. Ela está na nossa cara. Nesses grupos de assistentes sociais (de WhatsApp), eu assusto quando eu leio. As pessoas escrevem, acabaram de se formar...é Deus, é Deus...

Aí você volta de novo na formação. Ah, mas a saída é pela educação... Você percebe? Essa é uma análise que é pela rama. É uma análise capturada pela sociedade capitalista. Porque que ascensão você vai ver? Uma ascensão no mínimo na fração da classe. Da classe D, você vai passar pra a classe C, de R\$ 2.000,00, você vai passar a ganhar R\$4.000,00 pela venda da sua força de trabalho.

O que eu trago com isso, a contradição. E o movimento é dialético. E não é essa dialética hegeliana, mas é uma dialética marxiana, porque é o movimento do real. É a realidade que explica a ideia e não a ideia que explica a realidade. É da terra do Céu e não contrário.

A categoria da contradição é tão interessante porque é a realidade que faz com que elas tomem as decisões e elas abstraem. E aí fica um idealismo que leva à cegueira. Eu acabei de ler O Ensaio Sobre a Lucidez, eu tinha lido O Ensaio Sobre a Cegueira do Saramago... como funciona o Estado.

Resolveram não ir votar. Não foram votar no governo. Culpa da chuva? Resolveram fazer outra eleição. E aí, a forma como o autor coloca, Saramago é muito legal. Ele usa um pouco do sobre a cegueira, no da lucidez. Depois que você terminar de ler o que precisa, você lê.

Então a gente vive uma abstração de uma coisa que é da realidade. Essa mulher que pega esse ônibus lotado, não tem política pública de transporte. Não tem creche, tem uma nave-mãe que é terceirizada e você pensa que essa mulher pobre, que por vezes, sofre violência de gênero, vive? A gente precisa olhar para a base material concreta para não cair nessas armadilhas. Não é pela educação. Mas a gente precisa, lutar por uma escola pública referenciada, freiriana. Porque Paulo Freire deixou um legado, mas era fenomenólogo, ele foi um revolucionário para época dele, ele chegou a falar da transformação da realidade, mas parou aí.

Então acho que a gente precisa agora, nessa quadra histórica, cada vez mais, colar a teoria com a prática. E se tem coisa que assistente social gosta de falar é “na prática a teoria é outra”. E essa é uma chave heurística para a gente começar a entender a formação do assistente social. Tá aí a ABEPSS que faz a conexão ensino-pesquisa, mas é muito duro. Porque tem uma formação básica de dissociar uma coisa da outra. E quem trabalha essa conexão é Marx, no materialismo histórico.

Se eu estou lá no grupo socioeducativo e eu começo a doutrinar, como você colocou, eu estou infringindo a teoria. Eu tenho uma teoria. É uma teoria positivista, funcionalista, com arcabouço ideológico conservador. Enfim, se eu defendo que tem que ter um Estado cada vez mais mínimo mesmo, eu defendo uma economia de mercado. E não tem uma teoria por trás disso? Tem. É indissociável a teoria da prática.

Agora parece que é muito difícil a gente sair deste contexto? Nós assistentes sociais podemos fazer dentro da dimensão educativa que a gente tem. Lá no nosso exercício profissional com a autonomia relativa, mas a gente também tem que atender às requisições institucionais que são positivistas, cartesianas, tecnicistas. Estão exigindo da gente cada vez mais o tecnicismo norte americano. Aquele serviço social da Mary Richmond, que eu saiba fazer planejamento, análise de cenário e governabilidade, que construa indicadores. Essa requisição tem sido muito evidente e qualquer análise mais crítica da realidade é bem difícil fazer as mediações. Nisso o método ajuda, porque as requisições são da realidade, das pessoas que precisam fazer os relatórios. Precisa mesmo, também acho.

Como fazer essa agitação política falando da transformação? Acho que são respostas que a gente vai ter que ir construindo. E que eu acho que a gente precisa estar em todos os movimentos, a gente tem que estar. Seja na greve, nos movimentos contra as reformas. Acho que a gente tem que colar nos movimentos identitaristas, não acho que a gente tem que descolar. A gente tem que ir lá disputar as narrativas. Eu também sou anti racista, feminista, defendo o movimento LGBT e anti capitalista.

**Entrevistadora:** Que na verdade é a luta que nos une. Somos todos classe trabalhadora, mas os movimentos identitários parecem que cada vez mais segmenta a discussão...

**Entrevistada:** Eu recebi uma mensagem num grupo, dia desses que dizia: “nessas eleições, vamos votar feminista”. Aí eu escrevi, vamos votar feminista e anti capitalista...

**Entrevistadora:** Não adianta votar na Marina néh... (risos)

**Entrevistada:** A gente votou na Dilma néh?! Pelo menos eu votei.

**Entrevistadora:** Eu também, mas eu entendo que foi numa redução de danos. Era ela ou o Aécio.

**Entrevistada:** É, também acho.

Aí, acho que a gente tem uma outra questão, que é o tempo. A gente tem uma necessidade de resposta muito imediata, néh?! Quanto tempo vai demorar?

O capitalismo tem 250 anos, mas, quanto tempo durou a sociedade escravocrata, feudal? Então, nós revolucionários ou que estamos no campo da esquerda, queremos mais rapidez, mas acho que a gente tem que ter pressa e calma ao mesmo tempo. Tem que ir fazendo esse trabalho na dimensão da consciência de classe. E não é essa consciência fenomênica, achando que a gente vai chegar lá, conversar com a pessoa e instalar nela uma consciência de classe. Não vai. Até porque, a consciência dela é pra ela se sentir um pouco melhor nessa sociedade, ela não quer mudar essa sociedade. Ela quer ter mais dinheiro, comprar mais coisas.

Mas se a gente for mais na essência, ela também não quer ser explorada. Então, é por isso que a classe trabalhadora é o sujeito revolucionário. É esse complexo, lembrando do Lukács agora, é essa unidade dos complexos e é essa dialética mesmo. A gente tem q disputar isso. A formação dessa consciência de classe e na formação desse sujeito histórico que nos também somos. Eu não sei se tem mais alguma coisa...

**Entrevistadora:** Você já respondeu todas as minhas perguntas...

**Entrevistada:** Por fim, é a revolução ou a barbárie. E vai ser quando? Vai ser quando as condições históricas estiverem dadas e a gente não tem que ficar presa pensando no passado.

Se a gente pensar nas condições de trabalho ao redor do mundo, o trabalhador se mata. E gente, o trabalho é só meio de vida. Não é mais o trabalho que o torna mais gente, o trabalho que dá sentido.

Por fim, a centralidade tem que ser no trabalho e não na política, senão a gente cai no politicismo, e vai elegendo governos achando que a gente vai resolver a problemática, a gente não vai.

Acho que a gente tem mais riqueza social produzida e tecnologia, que contribuem para fazer a revolução. Agora, como, quando e em que condições, a gente não sabe. Mas que não está demodê, não está.

**Entrevistadora: \*\*\*\***, eu gostaria de agradecer imensamente, porque foi muita rica sua contribuição. Essa entrevista foi uma aula junto. Muito, muito obrigada. Você me ajudou a ver melhor diversos pontos. Muito obrigada mesmo.

### **III. Entrevista 3**

**Entrevistadora:** Boa tarde \*\*\*\*\*, tudo bem? Gostaria de agradecer sua participação nesta pesquisa sobre a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e as possíveis formas de mediação. Vou pedir para você começar se apresentando...falando um pouco da sua formação, experiência e o que mais você achar importante...

**Entrevistada:** Eu sou \*\*\*\*\*, tenho formação em serviço social eu fiz o curso aqui em Campinas, na PUC, sou da turma de 1985. Me formei nessa época mas fui atuar profissionalmente só em 1997. Porque, na verdade, a minha experiência vem um pouco antes nos momentos sociais.

Eu sou de Campinas, sou de uma família de trabalhadores, meu pai era trabalhador da construção civil e era do sindicato.

Como todo campineiro daquela época, tinha o sonho de estudar na UNICAMP e fui fazer matemática. Como precisa trabalhar, fui ser administrativa numa organização de assistentes sociais (FEAC) e lá eu pude conhecer um pouco mais da profissão. Eu tentei a transferência e como não consegui, acabei desistindo e fui fazer serviço social na PUC.

Mas eu já vinha de uma participação bastante ativa na igreja, você já ouviu falar da JUVI (Juventude Universitária) aí tinham outros grupos; Juventude Operária Católica de participação desde que eu era menina... Aí quando eu entrei na universidade eu já tinha essa ideia de participação na veia...incentivada pela própria igreja porque tinha um padre na paróquia que era da teologia da libertação. Então, quando eu entrei na universidade, eu logo fui me enfiando nos movimentos estudantis, inclusive na UNE.

Nesta época também aqui no Brasil, foi a época da Lei da Anistia, e por conta disso, muito preso político, muita figura importante como o Leonel Brisola, por exemplo, começaram a voltar para o Brasil. Aí, tinha logo em seguida, durante minha vida universitária, o início do movimento de redemocratização do país, pauta muito latente de todas esses movimentos que eu participava...Na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), da CUT, que vem do movimentos chamado ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais). Ela tinha uma proposta de unificar os movimentos sindicais e populares sempre... ela ajudou a construir a CUT. Dentro desse movimento tinham várias pessoas e cada um defendia uma corrente...

Mas porque que eu mencionei a anistia antes? Porque com a anistia, voltaram para o Brasil, muita gente capacitada para trabalhar na reconstrução da democracia no Brasil. E elas foram acolhidas nos centros de educação... Esse período de 1980 à 1987, foram criado s muitos centros de educação pelo

país inteiro. O Pedro Pontual foi um dos que mais experienciou isso...não sei se você o conhece...

**Entrevistadora:** Sim. É uma pessoa incrível...

**Entrevistadora:** Então, ele trabalhou muito tempo dentro destes centros, o CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), centros de educação popular pelo sul, Espírito Santos... Essa foi uma estratégia traçada para fortalecer a luta pela redemocratização do país no intuito de fortalecer a luta.

Esses centros se sustentavam por financiamentos estrangeiros. Principalmente Europa e Canadá – ora ligados à igreja, ora não. Esses centros tinham também atividades integradas a nível nacional, encontros nacionais e latino americano. Nesta época, em 1987, a gente fundou o CEDAP aqui em Campinas nos moldes dos outros centros. Assim, Campinas passou a ter uma referência de trabalho de educação e fortalecimento dos movimentos sociais na região. Neste meio tempo também foram criados outros centros, o Instituto Cajamar...

Nessa época, eu era uma estudante e militava nos finais de semana e, quando eu me formei, não me via na profissão. Aí, fui trabalhar no CEDAP, virei uma liderança do movimento popular. Aliás, nós não nos considerávamos funcionárias...nós éramos “pessoas liberadas”. Sendo assim, recebíamos um salário e estávamos 24h por dia a disposição da militância e éramos donos do nosso próprio tempo.

Você sabe como é movimentos de esquerda néh?! Nós fazemos tudo juntos, aí depois chega uma hora que racha e vai cada um para um canto, criar novos espaços. E nisso, vão surgindo novos espaços. Éramos todos da ANAMPOS. E enquanto eu trabalhava no CEDAP, nós éramos todos muito próximos da ANAMPOS, tínhamos muito apoio e tal...

E como o CEDAP era da educação popular, fazia curso, formação... Porque não era seu foco se envolver nos movimentos sindicais. O foco era mesmo os movimentos sociais nos bairros. Por exemplo, o MST que fazia ocupações aqui na região... Esses movimentos todos participaram de formação política no CEDAP.

Nesta época, nosso trabalho era de base mesmo... Ficávamos acampadas nas ocupações, viajávamos para onde fosse necessário e aí eu me formei educadora popular eu não via sentido em exercer a profissão de assistente social... Pra mim, assistente social era aquela “mulher de salto que ia para as comunidades ensinar a mulher da periferia dar banho em bebê”.

Em 1995 o CEDAP perdeu muito recurso, muito apoio externo. Porque as organizações mundiais que patrocinavam essas ações de redemocratização, entendiam que o Brasil já havia eleito democraticamente o Collor e etc. Depois disso, o foco de financiamento destas organizações, passaram a ser o trabalho com HIV-AIDS... No CEDAP, nossa metodologia de trabalho de educação popular era Paulo Freire na veia.

Eu era uma militante remunerada, não tinha hora, dia e eu estava lá onde precisasse e, eu fui me formatando assim...

**ENTREVISTADORA:** Era isso que eu gostaria de saber, o que é trabalho e o que é pessoal? Você consegue pontuar essa diferença?

**ENTREVISTADA:** Não existia uma diferenciação. Era uma causa. Não do serviço social... Era maior que tudo isso. Só tendo isso (militância) como propósito de vida para fazer.

Ainda no ensino médio, a gente não tinha noção nenhuma do que estava acontecendo com o país (Ditadura), mas a igreja já incentivava uma participação. A Juventude Universitária (JUVI) era mais distante, então nosso incentivo era para participar da Juventude Operária... Depois nós acabamos fundando a JOC (Juventude operária Católica). Na universidade, eu fui

amadurecendo a militância através da participação nos movimentos organizados dentro da universidade e não pelo curso de serviço social, eu fui amadurecendo a militância.

Foi aí que eu me interei que existia ditadura e que havia gente morrendo e essa formação vai te formando para a vida. A universidade passa a ser complemento no que diz respeito à formação da compreensão de realidade.

Aí em 1995 quando eu saio do CEDAP, eu preciso comer néh?! Precisava trabalhar e foi quando eu me lembrei de que era assistente social, foi quando eu fiz meu primeiro registro no CRESS.

E onde eu iria trabalhar? Eu tinha minhas críticas ao serviço público. Tanto que em 1992 eu prestei o concurso público, passei e não assumi.

Aí no governo do Magalhães Teixeira a política de habitação foi descentralizada e minha amiga Beth foi coordenar um serviço lá na comunidade e eu fui convidada para trabalhar lá e só aceitei porque era na favela. Era celetista, porque aquele governo não fazia concurso.

Alí eu fui fazendo meu trabalho de educação popular com as assembleias da população... A região de expansão (Oeste) tinha toda a população que trabalhava no distrito industrial, era uma população em grande parte de metalúrgicos. Foi um período interessante porque a gente saía aos finais de semana e ia para outras regiões fazer trabalho de formação e abria para as organizações dessas regiões participarem.

**ENTREVISTADORA:** Como você vê que o assistente social faz essa mediação no cotidiano profissional... Entre a operacionalização da política pública e o acesso aos direitos da população?

**ENTREVISTADA:** Esse é que o desafio. O assistente social antes do SUAS tinha uma coisa chamada “ação comunitária” que ia para as comunidades, fazia campanha... Nesta época, os centros populares que assistentes sociais como a Beth e a Majô trabalharam, e depois ver a

população que frequentava o serviço virar a diretoria do lugar... É claro que o papel da educação popular desses centros, contribuía muito.

Agora, hoje você tem uma política pública que todos lutaram por ela, assim como os conselhos (que hoje virou o que virou), mas que teve seu momento importante... Temos o profissional dentro do equipamento, mas com pouco movimento dentro da comunidade. Mas isso também porque falta formação política.

Sabe, no meu tempo, a formação tinha uma disciplina que se chamava “ação comunitária”, porque a gente não tinha política e recurso para lidar com a fome, com a miséria e essa formação, ajudava nós assistentes sociais a “pisar no barro”, a entender que assistente social não fica sentado atrás da mesa esperando as demandas virem.... A gente vai para a comunidade e resolve lá, com a população.

Então eu acho que assim... Entre hoje você ter uma política e hoje ter a fragilidade do Estado e na formação. A universidade continua não fazendo formação política e não é esse o papel dela. A universidade é burguesa e vai ensinar o que favorece a manutenção da burguesia.

**ENTREVISTADORA:** Quais são os caminhos que você avalia como possível para isso?

**ENTREVISTADA:** a minha compreensão é que a formação é precária para o enfrentamento da sociedade da forma como ela está configurada. Com todas essas questões que nós temos hoje, política... A formação profissional não oferece essa competência de compreensão. Não tem formação política.

E a precarização da formação EAD? Se presencialmente você não tem essa formação, com uma formação mais enxuta, como é a EAD, muito menos.

**ENTREVISTADORA:** A médio e longo prazo, você vê possibilidades de superação deste cenário descrito?

**ENTREVISTADA:** Se a gente compara a política de assistência em relação à saúde e a educação, ela é uma política muito recente. O SUAS tem apenas 13 anos... Mas o que mais me assusta é este Estado de exceção que se instaurou. Desconfiguram a política e para acabar com ela é muito simples. É tanta medida provisória, tanta lei que não se cumpre... e ninguém faz nada. Estamos vivendo o fascismo e não vejo um cenário positivo de mudança nos próximos anos.

Pra concluir, se uma assistente social, no meu modo de visão, não tem uma visão crítica da realidade, da conjuntura, não precisa ser esquerdista, não estou falando disso. Mas o profissional precisa saber qual o contexto está inserida a política e a população que ele atende para conseguir pensar mediação e, infelizmente, essa não é a realidade da categoria.

**ENTREVISTADORA:** Eu quero agradecer imensamente sua contribuição nessa entrevista, sua disponibilidade, enfim, muito obrigada!

#### **IV. Entrevista 4**

**Entrevistadora:** Boa tarde \*\*\*\*\*, tudo bem? Gostaria de agradecer sua participação nesta pesquisa sobre a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e as possíveis formas de mediação. Vou pedir para você começar se apresentando...falando um pouco da sua formação, experiência e o que mais você achar importante...

**Entrevistada:** Bom, meu nome é \*\*\*\*\*, desde a conclusão do meu curso, em 2005, eu sempre trabalhei na Política de Assistência Social então, como não pude conhecer o cotidiano profissional em outras políticas, vou falar a partir do SUAS.

O SUAS é uma ótima política no papel, mas na questão da execução, ela é bastante falha, inclusive por conta dos investimentos, e facilmente modificada de acordo com o governo atual.

Então, enquanto a gente teve um governo que valorizou essa política, nos pudemos desenvolver um trabalho razoável com a possibilidade de oferta de serviços, isso entre 2002 e 2015 mais ou menos. Neste período, a política de assistência conseguiu atender uma boa parte da população brasileira. O que é atender minimamente? É ter programas voltados para a baixa renda, ter benefício e o que chegou bem próximo de haver uma distribuição de renda. Embora eu gostaria de frisar aqui que não acredito que seja através desses programas: Renda Mínima, Bolsa Família e etc., que a distribuição de renda acontecerá. Mas, conseguíamos atender essa população. Hoje, a gente vive o caos” o abandono de “95%” (empírico) da população brasileira porque não existem mais esses programas e para contribuir com isso você tem a falta de emprego. Então você não consegue vender sua força de trabalho e também não consegue esse respaldo do governo.

Agora, a Política de Assistência Social em Campinas, é a mais esquizofrênica que existe, porque a Prefeitura executa de maneira muito precarizada, com terceirizações (95%), por consequência você tem os trabalhadores precarizados, sem ferramentas de trabalho e isso resvala da população.

Nos não garantimos o direito do usuário porque sempre barra no dilema: “deveria ter, mas não tem”. É uma política que precisa de outras políticas e que o município também não oferta. Eu costumo dizer que a Política de Assistência nunca foi levada a sério. Aí nesse cenário, a assistente social passa a ser “a tia que dá conselho”. Aí a família, na ausência completa do Estado, não tem saúde, não tem habitação, não tem educação, não tem nada... E, quando ela chega à assistência a gente pouco tem o que fazer. Justamente porque toda essa máquina já não funcionou, e aí, de maneira muito caseira, muito paliativa, quase ilusória, amenizar a ausência de tudo isso.

Aí, como Campinas não executa os serviços, que pela lei deveria executar, como saída legal, “criou” os serviços complementares, que seria os serviços de CREAS e CRAS, desconfigurados e as organizações que executam parecem ter que “disputar a tapa” os usuário para mostrar para a CSAC (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle) e eu acho isso tudo muito deprimente.

Uma política que deveria possibilitar o acesso da população aos direitos básicos briga na verdade pela “quantidade” dos atendidos.

Isso sem falar nos CRAS em Campinas, que são verdadeiros “elefantes brancos” sem oferta de serviços e sem recursos. Eu não sei o que o CRAS faz em Campinas... eu só sei o que ele deveria fazer.

O CREAS fazem a triagem dessas famílias, para os serviços cofinanciados... Uma avaliação, questionável, porque se encaminha para assistência, aquilo que não as outras políticas não deram conta. Então parece que como resposta para esse indivíduo, manda para assistência social, só pra ele não achar que está desamparado. É o caos”!

**Entrevistadora:** Você conhece movimentos e setores organizados que respaldam esses trabalhadores?

Em meio a tudo isso, você tem a “fábula” do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), que supostamente fiscaliza o exercício profissional no Brasil (isso para mim é muito distante) e eu não sei em qual Brasil... Tem o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) que também fiscaliza os serviços ofertados e como os profissionais atendem esses usuários... O que também é uma fábula.

Eu participei da gestão do CRESS Campinas de 2014 à 2017 e tudo o que vi foi um serviço para a manutenção das próprias pessoas que estavam ali. E, quando sobre tempo, respalda o trabalhador. Mas para mim é um conselho é uma instituição falida em que os próprios profissionais não se

reconhecem na instituição, justamente por se manter muito distante da classe trabalhadora... Eu acredito que esse é um objetivo do conselho. Mas essa é uma visão muito particular minha baseada no que eu vivenciei lá dentro. Por exemplo, você tem os eventos, em que as pessoas dos 19 municípios vão, nós somos a nona região vai, se hospedam em hotéis muito confortáveis, com alimentação muito boa para discutir a atuação profissional numa esfera cósmica.

Então, o CRESS não me representa, nunca representou! E é com muita tristeza que eu digo isso. Porque se o profissional não se sente respaldado, até no sentido de perceber que a atuação do profissional está sendo fiscalizada e quem dirá a população.

**Entrevistadora:** Em meio a tudo isso que você descreveu, você avalia que houve impactos na execução dos serviços com o contexto pós Golpe Parlamentar 2016? Se considerarmos o contexto político e econômico do Brasil atual, quais são as formas possíveis de mediação que você acha que a categoria profissional pode construir... Nessa pela garantia e possível ampliação de direitos?

**Entrevistada:** É difícil! Porque nós não somos politizados néh?! A própria política que a gente acessa a gente não sabe reconhecer enquanto política. Uma questão governamental, em quais esferas se dão as leis que tiram/anulam nosso acesso aos direitos a gente não consegue diferenciar... Nem a própria categoria de trabalhador quem dirá a população usuária. Isso não é pauta na universidade, deficiência da nossa formação.

E a família, o indivíduo que está ali na ponta, ele quer ter suas necessidades supridas de forma concreta. E quando a gente tenta construir uma “conscientização” sobre os direitos com ele, soa muito vazio. Nós vivemos um estado de tanta ausência, que não faz sentido nenhum naquele momento. Essa politização deveria estar naturalizada desde sempre (para fazer sentido para ele) e então, é desesperador.

Eu entendo também que muitos acadêmicos tem uma resposta muito polida para todas essas dificuldades, para conseguir essa emancipação do indivíduo mas, infelizmente, aqui na Terra isso é muito difícil de conseguir, porque é uma falta/ausência e, essa ausência é pensada...é proposital.

Então, nos sabemos o que causa a pobreza, o que a pobreza causa, nos sabemos o que poderia ser feito e nos também sabemos que a revolução precisa acontecer. Mas numa sociedade em que se morre tanto por ser pobre... Fica difícil reunir forças. Então, falar de revolução fica um pouco complicado. Revolução hoje, é conseguir sobreviver.

**Entrevistadora:** Em sua opinião, existe trabalho educativo e político no cotidiano profissional? Poderia me dar exemplos?

**Entrevistada:** Ele existe ou há uma ótima tentativa dele mas, como eu tinha dito antes, essa educação política deveria existir desde sempre. Então quando o usuário chega com suas demandas, se o que a política oferta não o alcança no concreto, fica difícil acessar essa utopia de direitos. E eu não digo isso porque coloco o usuário no lugar de desprovido de informação... Talvez a informação dele só não tenha sido formatada. E fica cada vez mais difícil formatar, já que a teoria é uma e a realidade por ele vivida é outra.

E aí, a relação que o profissional tem com essa população ainda é muito hierárquica. Parece que a categoria tem uma dificuldade em também se reconhecer enquanto classe trabalhadora... Um reflexo da nossa sociedade, porque parece que classe trabalhadora já pressupõe os privilégios e o fato do profissional estar ali, diante de uma pessoa que tem uma demanda social (“que está numa situação vulnerável”). Isso impossibilita/limita a intervenção...

Em resumo é muito difícil trabalhar nessa política que serve para a manutenção da pobreza. E aí, a gente chega no serviço de convivência, nos grupos socioeducativos para “ensinar” essa população, como se ela não soubesse de nada.

**Entrevistadora:** Muito obrigada por compartilhar sua experiência e contribuir para essa pesquisa.

## V. Entrevista 5

**Entrevistadora:** Boa tarde \*\*\*\*\*, tudo bem? Gostaria de agradecer sua participação nesta pesquisa sobre a dimensão pedagógica do trabalho do assistente social e as possíveis formas de mediação. Vou pedir para você começar se apresentando...falando um pouco da sua formação, experiência e o que mais você achar importante...

**Entrevistada:** Oi, meu nome é \*\*\*\*\*, me formei em 2008, pela PUC-Campinas e estou concluindo uma pós em políticas públicas... Estou na assistência social desde 2009, toda minha experiência é na política de assistência social... Trabalhei em SCFV onde atuo hoje também, já trabalhei com estudo técnico (serviço complementar da prefeitura de campinas, não tipificado), tive uma experiência na média complexidade e atualmente estou na coordenação técnica de três serviços da PSB. Três!

**Entrevistadora:** Você poderia compartilhar um pouco de como é trabalhar na política de assistência social em Campinas? Você também comentou que seu vínculo empregatício sempre foi CLT , isso significa que sua contratação sempre foi através de serviços cofinanciados?

**Entrevistada:** Eu vou dizer bem a verdade... Está sendo muito difícil pensar a respeito dessas questões, principalmente pelo momento que eu estou vivendo dentro da assistência... A realidade de Campinas não é diferente dos outros lugares... Trabalhadores com carga horária exaustiva, sucateados, não tendo isonomia salarial e fica muito difícil você ter... Quando a gente pensa no trabalho a ser executado, a gente pensa nas famílias, nos usuários mas, na prática fica difícil executar tudo isso quando a gente é refém da vulnerabilidade do trabalho. Então isso fragiliza demais essa relação... De vínculo mesmo.

E se a gente pensar como é a oferta para o usuário, a gente vê que é precário... Porque hoje, no sistema que a gente vive, as pessoas estão indo solicitar (os serviços da política de assistência social) o básico... A alimentação! É isso que eu estou dizendo! E durante os atendimentos a única coisa que se pode fazer é reforçar essa questão da criticidade... Por que está faltando isso para ele? E agora nessa época de eleição também, é importante pensar a respeito.

Eu me lembro que o ano passado, quando saiu o edital de chamamento e nos valores repassados, eu me lembro que não era suficiente para cobrir os custos com o RH e aí nós reunimos as famílias para comunicar que a organização ia entregar o serviço porque nas condições postas pela prefeitura, era impossível. E eu me lembro que as famílias super se mobilizaram na época. Elas chegaram a se organizar para falar com o prefeito mas, aí, acabou não sendo necessário porque no final das contas o edital foi impugnado.

Mas assim, foi um momento bem importante para nós, inclusive, por toda essa situação... Aí depois esse desmonte desse governo aí, de querer acabar com tudo até com os conselhos...

Então assim, a participação deles, na verdade de alguns, não foram muitos, na Conferência (municipal de Assistência Social), foi desencadeada por essa conversa mesmo (sobre o edital).

Aí a gente pensa, quais os nossos espaços? Se para o usuário foi a Conferência... Eu não vejo nossa classe envolvida. Precisamos, mas não vejo! Eu particularmente, não faço parte de nenhum. Outro dia estava até conversando com uma colega sobre o quanto nos estamos alienados e apáticos (em relação a tudo isso). O meu conhecimento mesmo é só o CRESS e também em coloco no lugar de que nem acompanho nada...

Em relação aos usuários, nós temos o quê? Os conselhos? Que tá muito fragilizado também. Isso a gente tem conversado muito com os usuários...e o Golpe de 2016 foi um agravante de toda essa situação... A gente (profissionais)

percebe o empobrecimento da população, a precarização do nosso próprio trabalho que vai se acentuando. Falta recurso... Aquela PEC 241? Sobre o congelamento de recurso por 20 anos... O que foi aquilo? E hoje nos estamos vendo as consequências disso.

Tem vários serviços de assistência social fechando e com isso pessoas deixando de ser atendidas. Então o que de fato a gente pode fazer com isso? Acho que é se reunir em coletivos sabe... Para se fortalecer e entender o que é tudo isso, se existe saídas... Se reunir enquanto trabalhadores e conversar com a população a respeito de voto...de voto mesmo!

**Entrevistadora:** Você comentou que trabalha na assistência social desde 2009... Você poderia comentar um pouco como era e fazer um comparativo com essa realidade atual que você bem pontuou?

**Entrevistada:** Nossa, pensando aqui... Estou lembrando de quando trabalhei no CCJSL, em relação a oferta de serviços, acredito que hoje a gente tem até mais. Mas, não é um acesso garantido. A gente não consegue garantir o acesso a essa população. Então, não é efetivo.

Antes, eu via que as pessoas participavam muito mais das atividades, estavam mais juntas... Hoje em dia não! Nós até temos a oferta mas, o público não chega. Acho que por várias questões mesmo.

Em relação ao acho que em relação ao público jovem mesmo a necessidade é outra... É trabalhar e o mercado informal (e precário) absorve isso. E as pessoas não têm para fazer atividades dentro do serviço. O que vem aumentando mesmo é a procura por recursos. As pessoas vêm ali na porta, querendo atendimento, buscando recursos (cesta básica, passe)...

**Entrevistadora:** E do ponto de vista do trabalhador... Como você faria esse comparativo? Em relação as condições de trabalho, etc...

**Entrevistada:** A precarização dessa terceirização vem acontecendo há tempos néh?! Mas se eu for fazer um recorte do tempo em que eu estou

(trabalhando)... Quando nós fomos para a redução das 30h semanais, eu me lembro de algumas instituições dispensarem vários profissionais porque não poderia haver redução de salário com a redução da carga horária... Então várias instituições dispensaram os técnicos para fazerem a contratação de novos profissionais com salário menor. Porque é isso... A gente não tem uma isonomia de salário e isso prejudica nossa relação de trabalho, fragiliza muito. Porque... De vínculo mesmo com o trabalho.

**Entrevistadora:** Quanto ao nosso trabalho profissional, você entende a dimensão pedagógica do nosso trabalho com um instrumento teórico-metodológico do nosso trabalho e se você poderia me dar exemplos que acontecem no cotidiano profissional?

**Entrevistada:** É, pensando na nossa prática, o quanto a gente contribui para a formação dos educadores, que por conta dos salários e das condições, não são os mais capacitados, com os usuários na perspectiva da emancipação – que inclusive está no nosso código de ética -, nós temos sim um caráter pedagógico.

No dia-a-dia, eu tenho os exemplos dos próprios atendimentos e grupos... Para pensar a oferta de serviço a partir de uma necessidade dele e com a própria equipe, principalmente com os educadores... Acho que isso inclusive está organizado de uma forma com que o papel dessa formação da equipe fica para o assistente social.

Mas isso só de fato acontece, quando você tem um profissional que olha para essas necessidades, que esteja apropriado do papel dele. Acredito que na maioria das vezes isso não acontece. É isso.

**Entrevistada:** E a quê você atribui isso?

**Entrevistadora:** Eu estou aqui pensando, hoje, que o papel/cargo que eu exerço hoje... Enquanto assistente social, eu poderia estar muito mais nesse papel. Mas de fato, eu não dou conta porque as demandas são muitas e você

acaba não conseguindo priorizar... Não! Na verdade é isso, como as demandas são muitas, você tem que priorizar. Só que dentro das suas prioridades, algumas passam despercebidas, porque são prioridades do outro aí eu fico pensando muito na minha prática hoje. E aí, você acaba no “fazer por fazer”... e nossa é péssimo isso”

E aí, eu vou voltar na questão das (da redução da Jornada para as) 30h. Eu lembro que como pauta, tinha também a questão da formação e como realmente teve a precarização do salário que diminuiu muito nessa época e a gente não teve respaldo nenhum.

Aí o assistente social passou a ter mais de um emprego e acabou que não tem tempo mesmo para a formação. E quem tem tempo para formação, não consegue porque é caro. E dentro das organizações (empregadoras) deveria haver formações, mas, a realidade não é essa.

Além disso, os cursos de formação EAD que tão aí também, produzindo profissionais mal preparados... E o cenário só piora.

**Entrevistadora:** Como que você avalia, diante deste cenário, quais são as formas de mediação que a categoria pode construir para enfrentar a situação? Diante deste cenário econômico e político.

**Entrevistada:** Começando pelo *impeachment* do Bolsonaro (risos). Brincadeira, um *impeachment* só pioraria o cenário. A única maneira que eu vejo hoje, inclusive para fortalecer essas práticas pedagógicas no Serviço Social, seria começar conscientizando os usuários desse nosso momento político.

E enquanto categoria a gente precisa reunir nos coletivos para pensar sobre o que estamos vivenciando. Acho que aqui em Campinas a Conferência livre foi um exemplo de uma mobilização muito boa.

E assim, eu estou falando por mim tá?! Porque pode ser que tenham movimentos muito mais engajados e eu não conheça. Eu não participo. Então

eu acho q precisamos formar coletivos para pensar esses ataques aos nossos direitos... Cabe a nós. Faltou alguma coisa?

**Entrevistadora:** Deixa eu ver... Ah, como você avalia o papel do assistente social na mediação entre a oferta da política pública e a população que procura esses serviços?

**Entrevistada:** Referente a demanda que se apresenta pra a gente e nós somos essa ponte, nós somos o Estado. Na prática, somos nós dizendo não para o usuário... Eu gostei muito do filme do Coringa, enfim...

Mas acho que a gente tem que saber que não conseguimos nada sozinhos mesmos. É trabalhar dentro da intersetorialidade pensando na legitimação das políticas públicas. É nosso papel colher demandas na verdade eu não sei se é nosso papel, mas é o que acontece na prática.

Infelizmente ainda temos (enquanto categoria), uma postura pouco horizontal com o público que a gente atende. Ainda estamos numa postura muito reguladora. De querer dizer para o outro o que ele deve fazer, o que é melhor para ele...

Enfim, não é muito positivo o cenário atual e eu também não tenho muitas esperanças de mudanças....a gente segue fazendo nosso trabalho.

**Entrevistadora:** Muito obrigada por compartilhar sua experiência e contribuir para essa pesquisa.

### 3.3 Análise da Pesquisa

Para compor essa pesquisa, foram entrevistadas profissionais com entre onze e quarenta e três anos de atuação profissional, o que nos permite dizer que todos as participantes puderam acompanhar a consolidação do SUAS no contexto de Campinas-SP.

No que diz respeito à escolaridade, também podemos afirmar que, todas as entrevistadas buscaram ao longo da sua trajetória, qualificação profissional através de cursos de pós-graduação lato ou estrito senso. Seria um modo de legitimar o embasamento teórico da prática cotidiana. A esse respeito também não podemos deixar de mencionar que, nas requisições do mercado de trabalho, a qualificação se expressa em títulos e, como forma de atender às requisições do mercado, muitas vezes os profissionais se vêm pressionados a buscar uma titulação que nem sempre diz respeito a sua área de interesse ou atuação.

Ainda sobre a amostra entrevistada nesta pesquisa, podemos de dizer que as experiências relatadas no cotidiano profissional se assemelham ou se relacionam em diversos aspectos. A começar pelas histórias heterogêneas de vida, essencialmente semelhantes em um ponto: todas componentes da totalidade da classe trabalhadora. Semelhança essa que contribui para suas respectivas constituição de sujeito como destaca a Entrevistada 2:

Tudo isso para dizer que, à medida que a gente vai se constituindo sujeito, a participação e o envolvimento com os movimentos ficam orgânicos... Lembro que eu estudava naquela escola ali nas Av. das Amoreiras, Geni Rodrigues, eu ganhei o livro A Ilha, sabe? Um livrinho pequeno assim e quando eu li, eu me encantei. Lembro que um dia eu subi num banco no intervalo e falava com a maior das empolgações para as minhas colegas: “olha gente, é possível ter educação, comida, moradia para todos....olha gente, um país conseguiu [...]”<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Veja-se página 86.

Na fala acima, podemos notar o despertar da leitura sobre a sociedade de classes e o que o acesso aos direitos sociais passam a representar a partir do novo modo de ver.

Na contribuição de Alves (2010), vemos a importância de aprendermos a teoria da classe social do proletariado a partir da “condição proletariedade”, pois não é a condição de proletariedade que constitui o lugar da classe social, mas sim a negação e supressão da autoalienação do trabalho. Ou seja, em sua síntese sobre a teoria da alienação de Marx, o autor resume que a transcendência da autoalienação do trabalho, é o problema da consciência de classe capaz de construir efetivamente o lugar ontológico da classe trabalhadora.

Como barreira para alcançar a emancipação humana, temos a estrutura ideológica legitimada nas diversas esferas que incidem em nosso cotidiano: educacional, midiática, religiosa etc., que caminham na contramão do que propunha o autor.

Em complemento a isso, temos a reflexão da Entrevistada 2:

O trabalhador, ele quer a emancipação. Ele não quer ser explorado. É da natureza dele não querer ser explorado. Mas, o trabalhador na sua consciência fenomênica, ele quer o lugar do patrão. O trabalhador quer se tornar o patrão. É culpa dele? Não, porque ele está nessa formação histórica, social, econômica, ideológica. Isso é o processo de consciência de classe. [...] <sup>61</sup>

Ainda amparados pela contribuição de Alves (2013), contrapondo essa lógica, a autotranscendência positiva à alienação trata da construção de um sociometabolismo alheio ao sistema social da alienação que está pavimentada na propriedade privada dos meios de produção e na hierarquia social do trabalho. Sendo assim, ela é positiva no sentido de propor uma nova ordem

---

<sup>61</sup> Veja-se página 95.

sociometabólica como alternativa à ordem alienada. E o caminho para ela, se inicia no despertar da condição de classe trabalhadora, como vimos acima.

Durante a análise dos dados, fica muito presente entre as entrevistadas contemporâneas, a contribuição dos movimentos populares e da teologia da libertação na construção de uma caminho para a emancipação humana.<sup>62</sup>

No que tange a realidade dos trabalhadores do SUAS em Campinas – SP, podemos perceber, com unanimidade da amostra entrevistada, a precarização na condição do trabalhador servidor e mais agravada com o trabalhador terceirizado. O exemplo disso, destacamos o depoimento da entrevistada 5:

[...] atualmente estou na coordenação técnica de três serviços da PSB. Três! Eu vou dizer bem a verdade... Está sendo muito difícil pensar a respeito dessas questões, principalmente pelo momento que eu estou vivendo dentro da assistência... A realidade de Campinas não é diferente dos outros lugares... Trabalhadores com carga horária exaustiva, sucateados, não tendo isonomia salarial e fica muito difícil você ter... Quando a gente pensa no trabalho a ser executado, a gente pensa nas famílias, nos usuários mas, na prática fica difícil executar tudo isso quando a gente é refém da vulnerabilidade do trabalho. Então isso fragiliza demais essa relação... De vínculo mesmo.

Como vimos no capítulo 1, o SUAS no contexto de Campinas, não difere da maioria dos municípios brasileiros, no que diz respeito à execução das políticas sociais precarizadas que, por conseguinte, incidem na saúde do trabalhador.

Neste contexto, adentrando ao objeto da pesquisa, a dimensão pedagógica do serviço social, fica evidente que a prática metodologicamente

---

<sup>62</sup> Ressalto aqui a contribuição da teologia da libertação pautada na educação popular de Paulo Freire, difundida nas igrejas católicas durante o período de redemocratização do Brasil. As participantes mais velhas do grupo de entrevistadas, relataram ter iniciado sua participação em movimentos organizados, através do incentivo da igreja e em grupos organizados pela própria instituição.

pensada torna-se um artigo de luxo em meio ao universo precário em que a existência sobrevivente do serviço se torna um desafio.

Em resposta sobre o trabalho pedagógico no cotidiano profissional do assistente social, a Entrevistada 4 contribui com o seguinte depoimento:

Ele [o trabalho pedagógico] existe ou há uma ótima tentativa dele mas, como eu tinha dito antes, essa educação política deveria existir desde sempre. Então quando o usuário chega com suas demandas, se o que a política oferta não o alcança no concreto, fica difícil acessar essa utopia de direitos. E eu não digo isso porque coloco o usuário no lugar de desprovido de informação... Talvez a informação dele só não tenha sido formatada. E fica cada vez mais difícil formatar, já que a teoria é uma e a realidade por ele vivida é outra. E aí, a relação que o profissional tem com essa população ainda é muito hierárquica. Parece que a categoria tem uma dificuldade em também se reconhecer enquanto classe trabalhadora... Um reflexo da nossa sociedade, porque parece que classe trabalhadora já pressupõe os privilégios e o fato do profissional estar ali, diante de uma pessoa que tem uma demanda social (“que está numa situação vulnerável”). Isso impossibilita/limita a intervenção... Em resumo é muito difícil trabalhar nessa política que serve para a manutenção da pobreza. E aí, a gente chega no serviço de convivência, nos grupos socioeducativos para “ensinar” essa população, como se ela não soubesse de nada.<sup>63</sup>

No relato acima, podemos identificar alguns pontos importantes que essa pesquisa tenta interligar. A entrevistada descreve a condição precária do trabalho, o modo como isso reverbera na prática e ainda cita que a oferta do serviço não supre a demanda trazida pela população.

Além disso, no que tange a dimensão pedagógica e as práticas educativas presentes no cotidiano profissional, o apontamento da entrevistada faz uma descrição do que ocorre na prática e nós o relacionamos à ideia de

---

<sup>63</sup> Veja-se página 114.

educação enquanto conceito de atividade socialmente organizada e controlada pelas estruturas sociais conforme seus interesses.

Claro que nesta pesquisa não estamos tratando da educação no âmbito escolar e sim, apoiados no conceito de Gramsci em que a educação constitui o próprio núcleo de hegemonia, portanto tem caráter político. Nesse sentido, se pensarmos o porquê da dimensão pedagógica não estar inserida ou estruturada na metodologia de trabalho de execução das políticas sociais, podemos concluir que se trata da intenção do Estado em manter a ordem burguesa. Por isso, não se faz interessante estruturar a prática pedagógica como dimensão técnico-operativo da execução da política, visto que, no caso da prática educativa estar estruturada como metodologia de trabalho, sua intenção (emancipatória ou não, como define Gramsci) teria de estar explícita.

No que diz respeito às condições de trabalho do trabalhador do SUAS no município de Campinas, a amostra entrevistada foi unânime em afirmar que a precarização existe e está classificada em instâncias. Sendo os funcionários terceirizados (empregados celetistas do terceiro setor) os mais precários. Tanto no que diz respeito à remuneração, quanto nas condições de trabalho. A esse respeito, as contribuições das entrevistas confirmam:

[...] porque a Prefeitura executa de maneira muito precarizada, com terceirizações (95%), por consequência você tem os trabalhadores precarizados, sem ferramentas de trabalho e isso resvala da população.<sup>64</sup>

Aí, como Campinas não executa os serviços, que pela lei deveria executar, como saída legal, “criou” os serviços complementares, que seria os serviços de CREAS e CRAS, desconfigurados e as organizações que executam parecem ter que “disputar a tapa” os usuário para mostrar para a CSAC (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle) e eu acho isso tudo muito deprimente.<sup>65</sup>

Os trechos extraídos das entrevistas contidos acima, expressam a avaliação dos profissionais quanto à oferta do serviço e as condições aviltantes

---

<sup>64</sup> Entrevistada 4, vide p.108.

<sup>65</sup> Entrevistada 4, vide p.110.

a que os profissionais estão expostos. De forma muito concreta, reverbera na saúde do trabalhador e, por conseguinte, no serviço prestado a população.<sup>66</sup>

Nesse sentido, fica evidente o relato da entrevistada 5:

Estou na assistência social desde 2009, toda minha experiência é na política de assistência social... Trabalhei em SCFV onde atuo hoje também, já trabalhei com estudo técnico (serviço complementar da prefeitura de campinas, não tipificado), tive uma experiência na média complexidade e atualmente estou na coordenação técnica de três serviços da PSB. Três!<sup>67</sup>

A entrevista salienta que coordena três serviços da proteção social básica e reconhece que se trata de exploração do trabalho profissional e da precarização do serviço prestado ao trabalhador.

Para concluir, partimos da reflexão trazida pela entrevistada 2:

O que a gente às vezes se equivoca, penso eu, que é colocar a centralidade na política e não no trabalho. Porque a gente tem que superar o trabalho assalariado e livremente os trabalhadores se organizarem numa outra forma de trabalho. Mas a gente fica na centralidade da política.<sup>68</sup>

Sabemos que os pontos se interligam: o modo de produção capitalista e suas requisições; as contradições da relação capital e trabalho que centra a sociabilidade humana; a atuação do Estado na produção e reprodução social e, em meio a isso tudo; o indivíduo.

No cotidiano profissional é comum evidenciarmos os aspectos políticos da precariedade e individualizarmos as lutas quando na verdade, a categoria que nos une na totalidade é a de classe trabalhadora, como bem aponta a entrevistada 2 no trecho transcrito acima.

---

<sup>66</sup> Veja-se item 1.5, p. 50.

<sup>67</sup> Veja-se entrevista 5, p. 113.

<sup>68</sup> Veja-se entrevista 2, p. 87.

Contudo, ficam evidentes as limitações profissionais estruturadas na formação e na política ofertada como uma estrutura ideológica que limita e se expressa de forma precária no que diz respeito à oferta de serviços da política de assistência social.

## CONCLUSÕES

Ao concluir esse percurso investigativo, retomamos algumas questões levantadas ao longo dessa dissertação a fim de problematizá-las e contribuir para a construção de possíveis mediações.

Como anunciamos inicialmente, nos ancoramos na abordagem teórico-metodológica marxiana materialista histórica na perspectiva dialética centralizada nas relações de trabalho como pauta fundante da formação ser social. Entretanto, pelo fato do capitalismo tornar o trabalho uma condição imposta, de forma alienada que priva o indivíduo de sua capacidade de liberdade e consciência dos meios e da produção que realiza reduzindo sua força de trabalho à mera mercadoria e utilizando-a como a serviço da acumulação, esta conclusão não se faz simples.

Nesse sentido, somos convidados a retomar o caminho pavimentado para fazer algumas análises sobre o objeto estudado, com o objetivo de nos munir de elementos concretos para a construção desse diálogo que se centra na complexificação do mundo de trabalho.

No capítulo 1, vimos que a constituição da assistência social percorre um caminho até se legitimar enquanto direito social inserido em todas as contradições postas pelo Estado burguês. Esse caminho contribui no entendimento de algumas expressões atuais no âmbito da assistência social enquanto política pública no cenário contemporâneo.

Além disso, as crises cíclicas do capital e o modo como as políticas econômicas adotadas frente a elas, desde os Governos FHC, PT, Temer e Bolsonaro, reverberam negativamente quando se trata de garantia de direitos e oferta de políticas públicas sociais para a classe trabalhadora. O atual sistema caótico de políticas públicas sociais, especialmente as de assistência social (foco dessa pesquisa), executada massivamente pelo terceiro setor através das precárias parcerias público-privadas, expressam a terceirização das políticas públicas por parte do Estado que se isenta do dever da garantia de direitos.

Estamos tratando especialmente de dois aspectos: o primeiro se dá na precariedade da própria oferta e fica refém dos valores insuficientes para a execução de tais, sob a justificativa de que as organizações “parceiras” se responsabilizem com o valor complementar a título de contrapartida o que, por conseguinte, afeta a oferta do serviço para a população em termos de recursos físicos e humanos. Ainda sobre o primeiro aspecto, somatiza-se a condição precarizada dos trabalhadores dessas políticas. Além dos salários precários, estão submetidos às relações complexas de trabalho e reféns das requisições institucionais.

No que se trata do segundo aspecto, temos como importante elemento de entrave, o neoconservadorismo presente nas esferas cultural e ideológica contemporânea, legitimado no governo Bolsonaro e reverberando em escalas macro e micro no âmbito da sociedade brasileira em que as políticas sociais estão inseridas. Temos com isso uma desvalorização das lutas identitárias e da classe trabalhadora em geral. Como salientam:

É importante ressaltar que a crítica neoconservadora em relação à intervenção estatal no âmbito econômico e a valorização dos indivíduos são aspectos que aproximam e possibilitam uma aliança entre neoconservadores e neoliberais. Moll (2015b) afirma que foi o socialista Michael Harrington quem cunhou o termo *neoconservadorismo*, referindo-se a um novo tipo de conservadorismo, que em alguns pontos partia de princípios similares aos neoliberais. Para o autor, os neoconservadores, “inspirados no liberalismo clássico, acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento e

prejuízos à produtividade” (MOLL, 2015b, p. 56). Barroco, que também faz uso do termo *neoconservador*, corrobora tal análise e afirma que [...] quando o “conservadorismo se reatualizou, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade” (BARROCO, 2015, p. 624). Assim, para a autora, o neoconservadorismo passa, então, a apresentar-se como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (LIMA; HYPOLITO, 2019, s/p).

Como mais uma das expressões desse contexto de desproteção dos direitos sociais, temos as mutações do mundo do trabalho em contratos autônomos precarizados ou em terceirizados mal remunerados com condições aviltantes. Tal condição reflete na saúde do trabalhador e impacta no serviço ofertado.

Pensar numa possível mediação para essa conjuntura nos faz recorrer a Antunes (2013) em que o autor afirma ser fundamental a compreensão das atuais formas de agregação do valor-trabalho, tendo em vista que a mais-valia não é extraída apenas do plano material do trabalho, mas também do imaterial. Além disso, destaca-se ainda o campo das relações laborais (de trabalho terceirizado, flexibilizado e desregulamentado), para construir mediações que defendam os interesses da classe trabalhadora.

Seguindo o percurso dissertativo, no capítulo 2, onde se apresenta o objeto dessa pesquisa, pudemos refletir sobre o caráter pedagógico do Serviço Social e entender como as práticas educativas se expressam no cotidiano profissional. Vimos ainda, na contribuição de Abreu (2009), que historicamente a função pedagógica é demandada dos assistentes sociais pelas classes dominantes como forma de regulação social no contexto da produção e da reprodução social. O caráter pedagógico da profissão só passa a ter caráter emancipatório após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com a inserção teórico-crítica no âmbito da atuação profissional.

Entretanto, ao realizarmos as entrevistas,<sup>69</sup> pudemos constatar que no cotidiano profissional as práticas educativas se expressam no âmbito individualizado, enfraquecendo as práticas de caráter coletivo com foco na participação social,<sup>70</sup> como expressão de um serviço social institucionalizado, fruto do caráter heterogêneo da profissão e agravados pelo neoconservadorismo que se expressa também em valores ideológicos sobre o trabalho, tolhendo as práticas educativas de uma perspectiva emancipatória.

Além disso, fica evidente na amostra analisada, a deficiência na formação profissional que não oferece arcabouço teórico o bastante para que o assistente social faça sustentação teórica no seu cotidiano profissional. Vimos que o assistente social enquanto sujeito crítico, foi se constituindo ao longo de suas experiências em relação com o mundo e quando questionados, por unanimidade, foram enfáticos em apontar que a formação política não se fez na universidade. Entretanto, fica o apontamento em relação a formação profissional que tem por objetivo além de formar, dar subsídios teóricos para a sustentação da *práxis*.

Nesse contexto, temos a precarização da formação e a expansão do EAD<sup>71</sup> que suscita em volumes estratosféricos de profissionais mal formados disponíveis para o mundo do trabalho.

Dados do último Censo EAD 2019, mostra que a maior área de concentração desse tipo de formação se dá no sudeste brasileiro, cerca de 37% do total. Vemos ainda na figura abaixo o quão expressivo é o número dos cursos oferecidos por área de concentração:

---

<sup>69</sup> Veja-se item 3.1 transcrição das entrevistas.

<sup>70</sup> Abreu define as práticas educativas do Serviço Social em dois eixos: “ajuda” e “participação”. Sendo o primeiro de caráter individualizado, da atenção psicossocial prolongada presente no serviço social institucionalizado e o segundo com foco na integração entre as lutas de classes e os sujeitos sociais, numa perspectiva mais coletiva.

<sup>71</sup> A esse respeito, veja-se CFESS, 2015, Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social, Volume 1, disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1\\_2015-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf), acesso em 20/02/2020.

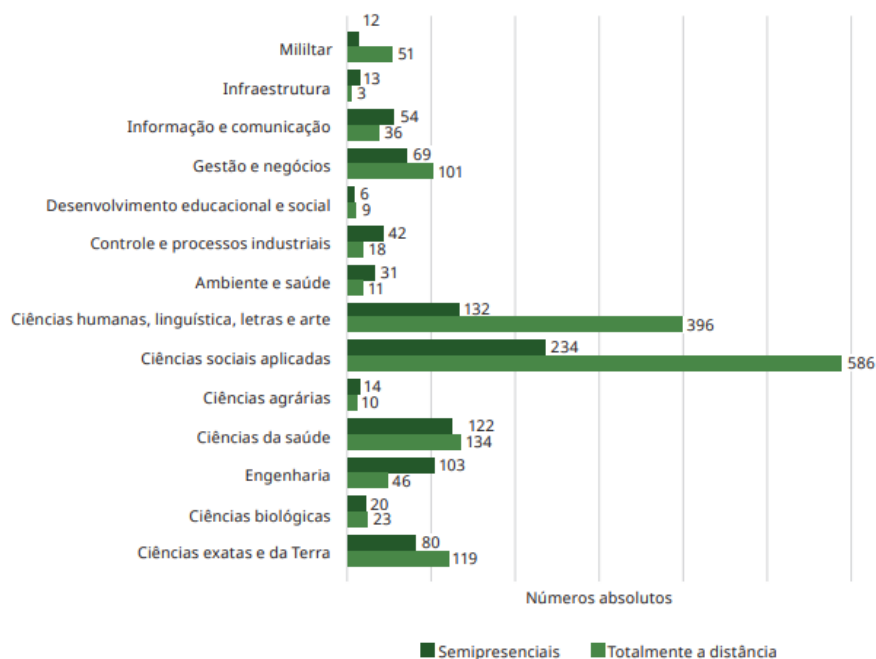


Gráfico 3. Oferta de cursos regulamentados totalmente a distância e semipresenciais, por área do conhecimento

Fonte: Censo EAD 2019, disponível em: [http://abed.org.br/arquivos/CENSO\\_DIGITAL\\_EAD\\_2018\\_PORTUGUES.pdf](http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf) acesso em 25/02/2020.

A expressividade acerca dos números em relação às ciências sociais aplicadas se dá em função dos cursos de pedagogia e Serviço Social, que são os que mais formam profissionais na modalidade EAD.

Como resultado, de toda essa conjuntura em que está inserido o SUAS no município de Campinas, que não se difere muito da realidade de outros municípios, vemos profissionais exaustos e desesperançosos operacionalizando a política cada vez mais sucateada para atender as requisições do capital.

Contudo, vemos, enquanto categoria profissional, um suspiro de esperança em construir mediações a partir dos movimentos organizados com os nossos pares que, apesar de parecer um limbo ideológico para a grande massa dos assistentes sociais que carecem de formação crítica, é o único meio possível para entender a realidade e construir mediações.

### Referências bibliográficas

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, A. E; et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: Ruptura com o Conservadorismo.** Ed. Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro,** 2006. Tese (Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ABREU, M. CARDOSO, F.G. **Mobilização social e práticas educativas. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.**

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil I,** publicado em 20 maio 2013. Blog Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br> acesso em 23/02/2020.

AMMANN, S. B. **A Participação Social,** Ed Cortez e Moraes, 1978.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Revista Edu. E Sociedade. V25. N 87. p. 355-381. Mai/Ago 2004.

ANTUNES, R. **Os novos modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul/set. 2011.

ANTUNES, R. **Reflexões sobre o mundo do trabalho** - Jornal da UNICAMP, Outubro de 2011. Disponível em: <http://sintpq.org.br/index.php/blog/item/1354-ricardo-antunes-reflexao-sobre-o-mundo-do-trabalho-outubro-2011-jornal-da-unicamp> acesso em 13/01/2020.

ARENDT, H.. **A Condição Humana** – Por Tiago Rodrigues Braga, Universidade Federal de Goiás, Departamento de Ciências Sociais, 2009.

BARROCO, M. L. **Barbárie e Neoconservadorismo: os Desafios do Projeto Ético-Político**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. N 106.p.205-218. Abr/Jun. 2011.

BARROCO, M. L. **Não Passarão" Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. N 124. p. 623-636. Out/Dez de 2015.

BOFF, L. **O Golpe de 1964 e o Golpe de 2016: A Mesmo Golpe de Classes**. Jornal do Brasil, de 05/09/2016.

BRASIL, Resolução Nº 35 do Conselho Nacional de Assistência Social de 29 de novembro de 2011 – **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. LEI Nº 8.662, de 07 de Junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**.

BRASIL. LEI Nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**.

CARDOSO, F.G. LOPES, J.B. **O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora**. Serviço Social: direitos sociais e competencias profissionais. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/7td9938a021b2W55LR0Y.pdf> acesso em 25/02/2020.

CARRIEL, F. **A organização sindical das assistentes sociais no serviço público municipal de Campinas/SP - a luta pela jornada de 30 horas.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Serviço Social. Puc-SP. São Paulo. 2012.

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONCEIÇÃO, D.G. **O Serviço Social e Prática Pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social**, SERV. SOC. REV., Londrina V. 12, N.2, P. 51-67, JAN./JUN. 2010.

COSTA, G. M. **Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção do serviço social como processo de trabalho com base na ontologia de Georg Lukács**, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pernambuco, CSA, Serviço Social, 1999.

DANTAS, R. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 14, 1/2009.

DORE, R. **Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil**, Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, Campinas, 2006. disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a04v2670.pdf> acesso em 01/02/2020.

DURIGUETTO, M.L.; BALDI, L.A.P. **Serviço Social, mobilização e organização. popular: uma sistematização do debate contemporâneo.**Rev. katálysis vol.15 no.2 Florianópolis July/Dec. 2012.

FILGUEIRAS, L. DRUCK, G. **O neoliberalismo neofascista do governo bolsonaro e os desafios para a esquerda.** Dossiê marxismo 21, disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf> - acesso em 13/02/2020

FREIRE, P. **Conscientização**, Ed. Moraes, 4ª edição, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**, Ed. Paz e Terra, 37ª edição, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Ed. Paz e Terra, 15ª edição, 1970.

GUERRA, Y.. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2007. Consulta em 08 de Outubro de 2009 pelo site: [http://www.cressmg.org.br/Textos/textos\\_simposio/2007.05.19\\_plenaria5\\_yolanda guerra.doc](http://www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria5_yolanda guerra.doc). acesso em 12/11/2019.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Sobral, A. U.; Gonçalves, M. S.( tradução), 22ª ed. São Paulo, Loyola, 1992.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Ed. Paz e Terra, 6 edição. São Paulo. 2000.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16ª Edição. São Paulo/SP. Cortez Editora. 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 7ª Edição. São Paulo./SP Cortez Editora. 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Os Espaços Sócio Ocupacionais do Assistente Social**, 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul. **O Serviço Social em tempo de capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Novaes, C.; Toríbio, A. (tradução). 6. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1963.

LIMA, I.G. HYPOLITO, A..M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. Revista Educação e Pesquisa. V.45. São Paulo, Agosto de 2019

LIMA, M.F. JIMENEZ, S.V. **O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social**. Revista Educ. rev. vol.27 no.2 Belo Horizonte Aug. 2011.

LONARDONI, E. GIMENES, J.G. SANTOS, M.L. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Revista UEL Serviço Social, V8.N2

LOPES, W.C. SANTANA, R.O. **Movimentos sociais em diálogo com o Serviço Social**. Caderno Humanidades em Perspectivas – v.1 n.1 – 2017

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo. Ed. Ciências Humanas. São Paulo. 1972.

LUZ, L. Ap. **A dimensão Educativa na Prática Profissional do Assistente Social no Trabalho com Comunidades em Campinas-SP 2001- 2004** **Dissertação** – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP 2005

MARQUES, M.M. SOUZA, A.A SOUZA, D.N.**Serviço Social e Movimentos Sociais: a pesquisa e extensão com organizações da classe trabalhadora no Brasil**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social. Rio de Janeiro, 2015.

MARX, K. **Miséria da Filosofia, resposta à filosofia da miséria de Pierre Joseph Proudhon**. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda, 1976.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**, Ranieri, J. (tradução) 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2006.

Marx, K. **A ideologia alemã**. Pina, A. (tradução). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Shneider, N. (tradução). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, F. P. **Serviço Social e Perfis Pedagógicos: Elementos Para uma Análise Crítica**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

MARTINS, F. **Serviço Social e Perfis Pedagógicos: elementos para uma análise crítica**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013.

MAZZEO, A.C. **Lenin Teoria e Pratica Revolucionária**. Ed. Cultura Acadêmica, 2015.

MÉSZÁROS, I. A **Educação Para Além do Capital**. Ed. Boitempo. 2 edição. São Paulo. 2010.

Michael Lowe - **O Privilegio da servidão**. Ed. Boitempo. 2 edição. São Paulo. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 1944.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MIOTO, R. LIMA, T.C., **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. Revista Textos e Contextos. V8. N1, p. 22-48. Porto Alegre, 2008.

MORO,M.; MARQUES, M.G. **A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.13-47, jan./jun. 2011.

MOTA, A. E. **Serviço Social e Seguridade social: Uma agenda recorrente e desafiante.** Revista Em Pauta, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

MOTA, A. E., **80 Anos do Serviço Social, Conquistas Históricas e Desafios na Atual Conjuntura,** Serviço Social e Sociedade Nº 128, pág 39-56, jan/abr de 2017.

MOTA, A. E., AMARAL, A., **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro,** Ed Cortez, São Paulo, 2016.

NETTO- J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social – Serviço Social e Saúde.** Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf> acesso em 12/12/2019.

NETTO- J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social,** Editora Cortez, 9ª Edição, Novembro de 2017.

NETTO, J.P. Cavalho, M.C.B. **Cotidiano, Conhecimento e Crítica.** Ed. Cortez. 10 edição, São Paulo. 2012.

NETTO, J.P. **Crise do Capital e Consequências Societárias.** Revista **Serviço Social e Sociedade,** N 111, São paulo, Jul/Set de 2012.

RAICHELIS, R. VICENTE, D. A. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social,** Editora Cortez, Dez/2017.

ROSSIN, E. C. **Organização dos trabalhadores do sistema único da assistência social no contexto das terceirizações, privatizações e precarização do trabalho.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Serviço Social. PUC-SP. São Paulo. 2014.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, A. **A natureza regressiva do Governo Bolsonaro**, Dossiê Marxismo 21 - disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf> - acesso em 13/02/2020.

SOUZA, M.C. **A Assistência Social na Prefeitura Municipal de Campinas e o Diálogo com a Saúde**, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SPOSATI, A. O. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

TAVARES, N.C., CHAVES, R.C., ARAÚJO, M.R. **Pós-Golpe de 2016 no Brasil: regressão dos direitos sociais e trabalhistas**. VI Seminários CETROS, 2018, disponível em [http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-32344-15072018-233949.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-32344-15072018-233949.pdf) acesso em 03/03/2020.

TEIXEIRA, J.B. BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Disponível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf) acesso em 20/02/2020.

YASBEK, M.C. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

YAZBECK, M. C. **O Significado Sócio-histórico da Profissão**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

YAZBECK, M. C. **"Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade."** In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS, ABEPSS. Brasília-DF (2009).

YAZBEK, M. C. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014 677

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

## **ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL**  
**Pesquisa de Mestrado**  
**Orientanda – Aline Leite de Souza**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo**

**Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas de mediação no cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS em Campinas – SP**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Eu, Aline Leite de Souza, RG.42.446.292-8, RA. 00206697, mestrande do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), convido o/a Senhor(a) para participar da pesquisa que realizo, sob a orientação do Professor Doutor Antônio Carlos Mazzeo. Por meio do presente Termo solicito o seu consentimento para gravar e utilizar o conteúdo da entrevista a ser realizada com

.....  
 ..... RG  
 nº.....

Esclareço que as informações prestadas durante a entrevista poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e de publicação. Essas informações serão tratadas de forma confidencial e os dados de identificação não serão revelados. Cientifico que o (a) entrevistado (a) não terá despesas pessoais em qualquer fase da pesquisa, bem como não receberá benefício financeiro por sua participação. O material coletado na entrevista estará disponível todo o tempo, caso o entrevistado queira ter acesso.

Declaro que a pesquisa em andamento “A Contribuição do Assistente Social na Construção da Consciência Crítica do Usuário” tem como objetivo principal entender em que medida os assistentes sociais, no exercício do seu trabalho,

contribuem para a construção da consciência crítica dos usuários nos diversos espaços sócio-ocupacionais que ocupam.

.....

Pesquisadora

Declaro que estou ciente do exposto acima e que concordo com as condições apresentadas, bem como autorizo a gravação em áudio da presente entrevista. Estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a realização da pesquisa, bem como solicitar outras informações. Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento.

....., ..... de.....de 20.....

.....

Assinatura do entrevistado(a)

**ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada a Ser Aplicado com Trabalhadoras do SUAS em Campinas – SP.**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisa de Mestrado**

**Orientanda – Aline Leite de Souza**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo**

**Dimensão pedagógica do Serviço Social: as formas de mediação no cotidiano profissional do assistente social trabalhador do SUAS em Campinas - SP**

1. Você poderia se apresentar?
  - Nome, sexo, idade, cidade onde mora...;
  - Tempo e grau de formação – se presencial ou EAD;
  - O que mais achar relevante...
2. Você poderia me contar um pouco sobre sua experiência profissional em Campinas – SP, desde a implementação do SUAS?
  - Em qual/is Política/s você atuou e/ou atua;
  - Quais cargos ocupou e/ou ocupa, vínculo empregatício, etc;
3. Como você avalia a Política de Assistência Social de Campinas para o trabalhador?
4. Como você avalia a oferta dessa política para a população usuária?
5. Como você avalia/descreveria a relação da Política de Assistência Social em si, com a população usuária? Como você vê o papel do assistente social nesta relação?
6. Em sua opinião, existe trabalho educativo e político no cotidiano profissional, com a população usuária? Poderia me dar exemplos?
7. Como você vê a relação dos assistentes sociais, trabalhadores desta política, com os movimentos e setores organizados?

- 8.** Você conhece movimentos e setores organizados que respaldam esses trabalhadores?
- 9.** E os movimentos e setores organizados que respaldam a população usuária?
- 10.** Em sua opinião, houve impactos na execução da dos serviços com o contexto Pós-Golpe Parlamentar 2016? Comente sobre.
- 11.** Considerando o contexto político e econômico do Brasil atual, quais são as formas possíveis de mediação que a categoria profissional pode construir na luta pela garantia de direitos?